

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**PÂMELLA SYNTHIA SANTANA SANTOS**

**O OFÍCIO DE CABO ELEITORAL: ENTRE CAMPANHAS, COMÍCIOS E O DIA A  
DIA DA POLÍTICA**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**

**Março, 2016**

**PÂMELLA SYNTHIA SANTANA SANTOS**

**O OFÍCIO DE CABO ELEITORAL: ENTRE CAMPANHAS, COMÍCIOS E O DIA A  
DIA DA POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Rios Petrarca.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Professora Dr.<sup>a</sup> Fernanda Rios Petrarca**  
**Presidente PPGS/UFS**

---

**Professor Dr. Paulo Sergio da Costa Neves**  
**PPGS/UFS**

---

**Professor Dr. Igor Gastal Grill**  
**PPGCS/UFMA**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**  
**Março, 2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Pâmella Synthia Santana  
S237o O ofício de cabo eleitoral : entre campanhas, comícios e o dia a  
dia da política / Pâmella Synthia Santana Santos ; orientador  
Fernanda Rios Petrarca. – São Cristóvão, 2016.  
115 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade  
Federal de Sergipe, 2016.

1. Sociologia política. 2. Participação política. 3. Eleições. 4.  
Antropologia política. I. Petrarca, Fernanda Rios, orient. II. Título.

CDU 316.334.3

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por ter me concedido sabedoria e forças para continuar nessa batalha que é a vida acadêmica.

À minha família por ter me apoiado por esse caminho que optei seguir e por suas contribuições à minha pesquisa, quando eu precisava debater fora do ambiente da universidade. Minha base.

Ao meu engenheiro do coração Murilo Souza, por estar presente em mais uma etapa importante da minha vida e me entreter com suas explicações sobre eletricidade me tirando assim um pouco da Sociologia, mas também me emprestando seus ouvidos quando eu não parava de falar sobre política e meu objeto de estudo. Te amo.

À minha orientadora Fernanda Rios Petrarca por ter me aceitado mais uma vez como orientanda, por continuar me ensinando e me corrigindo quando necessário. Ser uma profissional como a senhora é meu objetivo. Obrigada por me inspirar e por aceitar a continuar me guiando no Doutorado também.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe por terem contribuído para com o meu desenvolvimento acadêmico e intelectual.

Aos meus colegas da turma do Mestrado 2014, em especial a Adrielma Silveira, por me ajudar nos estudos e a suportar as adversidades de ser uma pós-graduanda. Estaremos juntas mais uma vez!

À Capes por ter concedido o financiamento através de uma bolsa. Sem ela, dificilmente seria possível terminar essa dissertação.

Aos meus entrevistados por terem disponibilizado tempo e enriquecer mais essa pesquisa.

Muito obrigada!

*“Minha alma é pintada como as asas das borboletas; contos de fada de ontem vão crescer, mas nunca morrer. Eu posso voar, meus amigos! O show deve continuar. Eu irei enfrentar tudo com um grande sorriso, eu nunca irei desistir.”*

*(The Show Must Go On – Queen)*

## RESUMO

Essa dissertação pretende analisar como se “fabrica” um cabo eleitoral e como são apreendidas e incorporadas às habilidades do ofício da política. Dentro disso o objeto empírico central são os cabos eleitorais que atuam como vereadores na cidade fictícia de Arapongas e que representam um caso em que se pode discutir a relação demonstrada acima. A dinâmica desse município é favorável para uma análise mais aprofundada do cabo eleitoral por se tratar de um local que existem dois grupos políticos que regem o seu cotidiano da política. Para compreender sobre o cabo eleitoral em geral, foi necessário um levantamento do que já vinha sendo discutido acerca desse cabo eleitoral e ficou perceptível a necessidade de trabalhos que foquem nesse ator, mesmo assim, foi possível nos basear em leituras que passam pela Sociologia dos Grupos profissionais como as que se encontram inseridas numa linha do Interacionismo Simbólico e que também passam pela Sociologia Política. Para além, nos baseamos em trabalhos da Antropologia da Política e da Ciência Política. O segundo passo se deu para termos ideia de como a profissão política foi sendo desenvolvida observando assim o contexto histórico e político do município de Arapongas e a sua relação também com o Estado. No terceiro momento foi feita uma análise do cotidiano da política com o propósito de conhecer de perto a atuação desse ator político quando o mesmo se encontra em seu “habitat”. E no último momento propomos a encarar o cabo eleitoral como um ofício que tem a sua própria licença e seu próprio mandato, a partir das configurações levantadas através do background desses atores. O fruto dessa atuação muitas vezes “marginalizada” dentro da própria política demonstrou que ser cabo eleitoral requer sim um “saber profissional” instituído de uma habilidade específica para a realização desse “novo” ofício.

**Palavras-chave:** cabo eleitoral, política profissional, cotidiano da política, carreira profissional

## ABSTRACT

This dissertation has the intention in analyze how is “fabricated” a canvasser and how abilities of the politics office are seized and incorporated. Within that, the central empirical object are the canvassers that act as city councilmen of the fictitious city of Arapongas and they represent a case where can be discussed the relationship shown above. The dynamic of this county is favorable for a further analisys of the canvasser because it is a local that there are two political groups ruling the political daily. To comprehend the canvasser in general, a survey of what was already being discussed about him was necessary and the need of works that focus this actor became perceptible, even so, it was possible based on readings passing through the Sociology of Professional Groups as those which are inserted in a line of the Symbolic Interacionism and also passes through Political Sociology. We also rely on works of the Anthropology of Politic and also of the Politic Science. The second step happened to have na idea in how the political profession was beind developed, noting the historical and political contexto of the county of Arapongas and its relationship with the State. In the third part, an analysis of the daily politics was made in order to get to know this political actor when he is in its “habitat”. In the last part, we propose to face the canvasser as an occupation that has its own license and mandate, from the raised configuration of their background. The result of this so marginalized acting inside the own politics has shown that being a canvasser requires an “expert knowledge” of a specific skill to the fulfillment of this “new” profession.

**Key-word:** canvasser, professional politics, daily politics, professional career

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AM – Amplitude Modulada

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CE – Cabo Eleitoral

DEM – Democratas

FM – Frequência Modulada

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCS – Partido Constitucional Sergipano

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PJ – Partido da Juventude

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido Social da Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Relação entre os grupos e os candidatos.....	71
Gráfico 2 – Relação entre os cabos eleitorais e os candidatos.....	72
Gráfico 3 – Relação entre grupos, candidatos e cabos eleitorais.....	73
Gráfico 4 – Relação entre os grupos e os cabos eleitorais.....	98

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>Questões de pesquisa e procedimentos metodológicos .....</b>	<b>11</b>
<b>Inserção no campo: impressões, problemas e dificuldades .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ESTADO DA ARTE: O QUE TEM SE FALADO SOBRE CABOS ELEITORAIS .....</b>	<b>18</b>
1.1 O papel das eleições: alianças, campanhas, eleições e suas implicações aos atores políticos..	19
1.2 Obtendo recursos: escolares, profissionais e políticos.....	22
1.3 Sobre as habilidades: como se obtêm? .....	24
<b>CAPÍTULO 2 - CONSTRUINDO O “CABO ELEITORAL”: DIMENSÃO HISTÓRICA .....</b>	<b>26</b>
2.1 O início da política partidária: acordos, desacordos e alianças. ....	28
2.2 Parentela e a República: novos atores, novas alianças. ....	31
2.3 Reorganizando a parentela em novos contextos políticos.....	38
2.4 – Ribeiros versus Reis: um jogo entre parentelas, alianças inesperadas e a “voz do povo”...	45
<b>CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA DE CADA DIA: ATUAÇÃO DO CABO ELEITORAL.....</b>	<b>53</b>
3.1 Acordos e alianças: como se dão? .....	55
3.2 Os traços da campanha eleitoral e o seu desenvolvimento .....	60
3.3 Caracterização das facções e seus novos e velhos integrantes: o que isso implica na atuação do cabo eleitoral?.....	67
<b>CAPÍTULO 4 - CONSTRUINDO UMA CARREIRA POLÍTICA: SOCIALIZAÇÃO E PROFISSÃO.....</b>	<b>76</b>
4.1 Da lavoura à política: processo de formação social e profissional dos cabos eleitorais. ....	77
4.2 Inserção e consolidação na política para a “fabricação” do ofício de cabo eleitoral.....	85
4.3 Partido x grupo político: dualidade que interfere na política local. ....	93
4.4 Ser ou não ser cabo eleitoral: eis a questão.....	99
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como problema de análise como se “fabrica”<sup>1</sup> um cabo eleitoral e como são apreendidas e incorporadas as habilidades do ofício da política. Dentro disso, o objeto empírico central são os cabos eleitorais que atuam como vereadores no interior do estado de Sergipe. Optamos pelo nome fictício de Arapongas a fim de manter o anonimato dos informantes e a segurança dos mesmos; assim, representam um caso em que se pode discutir a relação demonstrada acima. Ser vereador e exercer a função de cabo eleitoral tem se apresentado como uma importante etapa de constituição e concretização de uma base eleitoral forte, antecipando, assim, a sua própria campanha. Além disso, este estudo permite demonstrar de maneira mais ampla outras questões como a dinâmica das facções, das parentelas, das coalizões, das relações com os grupos. Nesta linha, esta dissertação se situa entre uma sociologia da política e uma sociologia dos grupos profissionais.

Isso é exposto para mostrar que é válido analisar esse tipo de cabo eleitoral em Arapongas, pois se tem mostrado um caso diferenciado em relação ao que usualmente é exercitado. Ao momento em que o cabo eleitoral exerce o cargo de vereador, ele assume a posição de uma liderança política; com efeito, no momento da campanha eleitoral, ele volta à sua base eleitoral, reforçando ao mesmo tempo a sua futura campanha – considerando-se que ele segue uma carreira política como vereador. Há casos em Arapongas em que um vereador tem oito mandatos, sendo o único que, atualmente, poderia se aposentar nesse cargo – caso esse que será explicitado posteriormente.

Deve-se deixar claro que o termo “cabo eleitoral” pode abranger categorias distintas em uma hierarquia política. No nosso caso, será explorado o cabo eleitoral que já se encontra atuando na política profissional, no cargo eletivo de vereador. No geral, eles são considerados lideranças políticas, todavia, não é regra que toda liderança política seja um vereador, mas, necessariamente, um vereador é considerado uma liderança política. Além dos vereadores, prefeitos também podem exercer a função de cabo eleitoral, mas para o presente trabalho foi escolhido o vereador porque ele tem se mostrado importante durante as campanhas eleitorais no que concerne ao nível local e, também, por ele ter uma ampla base eleitoral que pode

---

<sup>1</sup> Baseado no trabalho de Everett C. Hughes, “Men and Their Works” trata em propor um estudo da formação profissional em diversas áreas. Com a ideia de que há uma “aprendizagem”, “iniciação” e no fim, uma “conversão”, o autor traz nessas etapas uma forma de imersão na cultura profissional. No caso do “cabo eleitoral”, apesar de não ser considerado como uma profissão, também perpassa por esses estágios, e assim, trazendo consigo um “saber profissional”, ou melhor, a apreensão de ser cabo eleitoral.

acionar para apoiar os seus candidatos a deputados, senadores etc. Cada vereador tem seus próprios cabos eleitorais, chamados de “cabos eleitorais secundários”, os quais são conhecidos nos locais onde moram e não possuem uma carreira política. São os ditos “homens de confiança” e que só assumem serem cabos eleitorais como mero “bico”.

Pode-se pensar que quando um vereador ascende politicamente, ele irá concorrer ao cargo de prefeito, e pode ser que isso ocorra, todavia, em Arapongas, quem concorre ao cargo de prefeito são aqueles que os grupos Cochara e Matamatá escolhem. Quem não segue um grupo, não tem espaço na política do município. Alguns se candidatam a prefeito sem aliança faccional, trazendo outras opções, entretanto, desde a redemocratização, se opor ao Cochara e Matamatá não tem muito efeito.

### **Questões de pesquisa e procedimentos metodológicos**

O motivo da escolha desse município se deu principalmente porque na graduação a monografia também girou em torno da questão da política local e da dinâmica de grupos políticos (SANTOS, 2014), também por haver muitos elementos interessantes para a Sociologia: como já foi comentado anteriormente, o “cabo eleitoral” é pouco estudado em análises na Sociologia Política, na Ciência Política e também na Antropologia da Política, além disso, como afirma Pereira de Queiróz (1976), a política se inicia no município. Toda a dinâmica política, favorecendo tanto o próprio município como também o estado, é posta em funcionamento pelo cabo eleitoral; como a própria autora afirmou, no Coronelismo os próprios coronéis eram cabos eleitorais. Com isso, pode-se justificar tanto a escolha de se estudar os cabos eleitorais como também a atuação desses cabos na dinâmica da política municipal e, assim, entender a configuração política local, bem como, em parâmetros maiores.

Para fazermos uma análise desse profissional, primeiramente deve-se fazer um levantamento do que já foi falado sobre o mesmo. Um capítulo sobre o estado da arte irá dar conta dessa questão e, assim, aprofundar analiticamente sobre o objeto. Será possível ver que estudos específicos sobre “cabos eleitorais” não existem, pelo menos até a realização desta pesquisa ou, então, não estão disponíveis em plataformas como o Scielo. Apesar de que em estudos sobre o coronelismo a imagem do coronel como um cabo eleitoral já é comentada, eles não conseguem dar conta da complexidade do exercício desse papel, principalmente no que concerne à atualidade.

Em um segundo momento, temos que conhecer o contexto histórico e político do local em que ele atua. A cidade de Arapongas é conhecida em Sergipe tanto pelo seu papel representativo na economia do estado, como também é conhecida pelas acirradas disputas entre dois grupos políticos que perduram há mais de 40 anos. Mas como era a política antes disso? Havia outros grupos? Com isso, podemos identificar a condição da atuação política na cidade e como ela foi sofrendo alterações, seja na sua composição ou na sua representatividade nas atividades do município. Essa análise resultará no segundo capítulo da dissertação, que tratará da formação e consolidação da política, mais especificamente da formação da profissão política, buscando mostrar como foram se formando os grupos políticos e como isso influenciou na construção de um “ser cabo eleitoral” ou uma liderança política no local, baseando-se em Phelippeau (2001) e, assim, mesclando com a história política de Lagarto e outros casos demonstrados por Pereira de Queiróz (1976), Blondel (1957), Lewin (1993), estes dois últimos utilizando o caso da Paraíba para, então, compreender a formação política do município e como ela chegou às facções políticas; como também Dantas (1987; 1989; 1997; 2004; 2013), que traz todo o contexto histórico-político de Sergipe. Além desses, autores clássicos sobre o coronelismo, como Vilaça e Albuquerque (2006), Carvalho (1997), servirão de embasamento para a presente pesquisa.

Como se trata de uma análise sobre profissão política, é necessário conhecer o cotidiano desse profissional para ter consciência sobre sua atuação. Nessa questão entra também a necessidade de estar por dentro dos bastidores, seguindo a linha de Goffman (2002), pois, além desses profissionais atuarem como vereadores, atuam também como cabo eleitoral, logo, essas atuações podem confundir-se ou complementar-se. Conforme o trabalho de Kuschnir (2000) mostrou, o acompanhamento do profissional da política é importante, pois pode nos mostrar como é a sua atuação. Trabalhos como os de Palmeira e Heredia (2001) Palmeira e Barreira (2004), Palmeira (1992; 1996) e Bezerra (1999; 2013), Becker (2008), Whyte (2005) e outros, contribuirão para a construção desse terceiro capítulo, juntamente com o método da observação participante.

Todavia, não só com o cotidiano da política será possível identificar elementos desse profissional da política. O quarto capítulo terá como objetivo identificar o perfil do profissional, não apenas enquanto profissional, mas como um ator que está sujeito à socialização entre os espaços de que faz parte e na construção do ofício de cabo eleitoral, como também como se dá o recrutamento e a inserção nas redes sociais que proporcionam a criação e manutenção desse ofício. A partir de uma cadeia de eventos, a carreira do político

profissional vai se constituindo. Trabalhos como o de Becker (2008), Coradini (2010), Dubar (2005), Hughes (1964), Sawicki (1999), Grill (2008; 2013), que tratam sobre a análise dos atores, a carreira em si, bem como, a carreira do político profissional, irão auxiliar na construção desse capítulo, o qual estará centrado na análise das carreiras dos atores políticos. Uma leitura que contribuirá para a construção desse capítulo, que a nosso ver, é de suma importância, tanto pela forma como foi desenvolvida a pesquisa, como também pelos elementos trabalhados com os atores, é o trabalho de Whyte (2005), o qual trabalha de forma intensa na descrição dos atores e o modo como mostra o desenvolvimento daqueles. Além da literatura, o método da entrevista, onde questões nas mais esferas da vida, sejam elas afetiva, familiar, escolar, profissional, associativa, política, entre outras.

Para esta dissertação, optamos por trocar todos os nomes citados afim de evitar contratempos que venham prejudicar a imagem dos cabos eleitorais e seus candidatos. O trabalho já citado de Whyte (2005) inspirou essa questão e demonstrou que, por mais que se troquem os nomes e criem-se bairros e cidades, o que mais importa são os dados que são mostrados. Para ajudar na figuração desses atores e grupos utilizei de elementos visuais e, assim, demonstrar como esses estão conectados.

### **Inserção no campo: impressões, problemas e dificuldades**

Com o auxílio do diário de campo, ficou perceptível como a esfera política é um universo complexo de se analisar, todavia, não foi tão difícil inserir-se nele. A partir de contatos já pré-estabelecidos no município, o acesso aos cabos eleitorais e o acompanhamento não foi um problema, de igual feita deu-se o acesso a informações que são “privilegiadas” às pessoas do meio político. Não houve grande dificuldade para conversar com os “cabos eleitorais” porque eles sempre se mostravam dispostos a conversar e falar, ainda que informalmente, sobre as suas carreiras políticas.

Em um primeiro momento, a recepção à ideia de ter uma pesquisadora da Universidade Federal de Sergipe estudando sobre os cabos eleitorais em Arapongas atraiu muito a atenção dos cabos, de modo que a todo instante eram feitas perguntas que procuravam saber mais sobre a pesquisa, bem como, comentários como a seguir:

O que você estuda é muito bom! Você tem que estudar isso mesmo, porque ninguém se interessa em saber pela política de verdade, pela política que a gente faz, porque é a gente que tá na rua todo dia, é pra gente que o povo pede. O povo só tem a gente! Político grande nenhum se interessa pela cidade, só quer saber de ganhar seu mandato

e cair fora. A gente que tem que correr atrás pelas promessas feitas, o que deveria ser o contrário, eles que deveriam tomar vergonha na cara e cumprir o que prometem! Seu trabalho “tá” aí pra mostrar como a gente é desvalorizada!

Todavia, os momentos em que alguns estavam conversando sobre os acordos que tinham feito eram poucos os que a pesquisadora podia se inserir na conversa, principalmente quando a essa estava com o caderno do diário de campo em mãos. Esse caderno passou a ser um objeto de desconfiança por parte dos próprios cabos. Mas, ao conversar, a desconfiança desaparecia, mesmo que momentaneamente.

O acompanhamento foi feito não só durante todo o período eleitoral, mas também antes dele, no momento em que as alianças e acordos estavam sendo feitos e/ou sendo analisados. Essa parte é importante porque justifica o motivo de ter sido escolhido o “cabo eleitoral” que é vereador, que faz carreira política e que tem acesso a outros políticos de maior prestígio. É esse o cabo eleitoral que sempre está em contato com os candidatos e que prepara toda a campanha em sua cidade, bem como, quem aciona os “cabos eleitorais secundários”. Reuniões nos gabinetes dos candidatos, em suas próprias casas, ou até então nas casas dos “cabos eleitorais”, inauguração de comitês, comícios, passeatas, carreatas, e demais eventos políticos contribuíram para a análise do objeto na atuação do seu papel de “cabo eleitoral”. Além desses eventos, inserem-se também as sessões na Câmara Municipal de Vereadores, nas quais eles usavam a legitimidade do seu poder político para também fazer campanha eleitoral.

Durante os comícios, passeatas e panfletagens, frequentemente pedia-se para que eu colocasse os adesivos dos candidatos dos cabos eleitorais; em um primeiro momento, eu ficava com receio de colocar e perder minha identidade de pesquisadora e acabar confundindo e influenciando os dados que viria a colher. Todavia, em um segundo momento, passei a ler mais sobre os desafios de se fazer observação participante, principalmente no meio político. Kuschnir (2003), em seu relato, afirmou que também usou o material de campanha, mas não fez parte no que viesse a fazer o eleitor a aderir a tal candidato. Foi então que percebi que essa insegurança e a necessidade de participar “visualmente” da campanha fazem parte do trabalho de campo quando se trabalha com políticos, eleições, entre outros. Percebi também que após passar a usar os adesivos, eu era mais aceita entre os cabos eleitorais secundários, o que não mudava quando aconteciam as reuniões. Os bastidores eram um pouco diferentes, conhecido como o “medo do caderninho”, referindo-se ao meu diário de campo.

Em algumas reuniões com os coordenadores de campanha, alguns cabos eleitorais não se sentiam tanto à vontade com a presença de alguém que não fazia parte desse campo, no

sentido profissional. A situação foi bem parecida com a que Oliveira (2010) relatou em seu trabalho de campo. Em conversas informais, os cabos eleitorais eram bem prestativos para falar sobre as suas visitas, como estava o andamento da campanha de rua, a recepção das pessoas para com os seus candidatos. Entretanto, quando passavam para um assunto “interno” eles tentavam mudar de assunto ou iam falar ao celular, se afastando. Um deles falou para mim que

Eles têm medo do seu caderninho, já percebi. Se têm medo é porque tem coisa pra esconder, né, minha filha? Eu não me importo, porque a gente faz um trabalho sério, sem falcaturia. Isso aí é coisa de pau mandado de chefe político que manda fazer o que não se deve e depois não percebe as consequências.

Fazer pesquisa em um campo como o da política tem suas dificuldades, pois são poucos os têm acesso a todas as informações e poucos são os que se voluntariam a falar abertamente sobre suas atuações. Creio que esse seja um dos empecilhos no momento da pesquisa, em que os atores pensam que possa ser um trabalho para apontar erros, falar sobre corrupção. Afirmo isso, pois a todo o momento era questionada do motivo de fazer essa pesquisa, e quais as pretensões para ela. Realmente o propósito desta pesquisa não é apontar onde a corrupção está presente, mas de compreender a atuação e a apreensão das habilidades deste ofício, um objeto de estudo pouco valorizado nas Ciências Sociais.

Desta maneira, a partir das constatações que foram analisadas no corpo desta pesquisa, pode-se afirmar que o método da observação participante é de fundamental importância, pois possibilita identificar elementos que no cotidiano da política podem passar despercebidos ou serem considerados simplesmente como ações “normais”. Mas, para tanto, foi necessária uma observação intensa, de vários dias e horas, no caso desse objeto. As constatações feitas só foram possíveis graças ao método da observação participante, onde foi possível identificar aspectos que possivelmente passam despercebidos pelos olhos dos atores ou que podem não ter significado, no momento, para eles. Além de trazer essas constatações, foi permitido conhecer de perto o cotidiano de um profissional da política em plena campanha eleitoral, momento crucial para todo o campo político, seja ele em nível municipal ou estadual.

As entrevistas foram momentos cruciais para a dissertação. Não somente pelo conteúdo das respostas feitas às perguntas, mas também por ser um momento no qual o cabo eleitoral não está exercendo esse papel, mas, sim, o de vereador, que abarca todo um discurso político; como também a atuação dele enquanto um ator que tem voz e exerce a representação política no município. O local de todas as entrevistas foi a sala de vereadores da Câmara Municipal de Arapongas. Apesar de a Câmara ser um prédio pequeno, consegue comportar



todos os funcionários, tanto o pessoal dos serviços gerais, os auxiliares e técnicos, como também os próprios vereadores, onde os mesmos acabam revezando a sala de vereadores; quando essa sala encontra-se ocupada, busca-se utilizar a sala de reuniões ou até mesmo a sala da presidência por não haver gabinetes para todos os 17 vereadores que compõem o quadro de vereadores de Arapongas.

Por se tratar de um ambiente em comum, em várias entrevistas houve momentos em que a conversa era interrompida, ora por alguém entrando na sala para poder ver se ela estava desocupada, cidadãos procurando por alguém, ora pelos próprios funcionários que entravam para limpá-la, para entregar café ou água, bem como, outras coisas. Eram nesses momentos que alguns vereadores chegaram a mostrar-se indignados por não serem respeitados em seu próprio espaço; um deles, inclusive, falou o seguinte após a entrevista:

A gente já não é respeitado pelo povo porque acha que a gente é interesseiro, só é político pra ganhar dinheiro e que não faz nada por eles, mas não é bem assim. A gente faz um trabalho sério, e você está aqui entrevistando a gente, procurando saber da nossa visão da política, da nossa vida política e está vendo como somos tratados em um momento único como esse que é conceder uma entrevista para um trabalho de universidade, coisa que ninguém aqui na cidade se prestou a fazer. E até nesse momento a gente é perturbado, como se não fôssemos nada.

Esse tipo de relato foi constante nas entrevistas, como também era sempre mencionado nos discursos feitos no pequeno e grande expediente da sessão na Câmara. Todos os entrevistados mencionaram a sua satisfação de poder participar do trabalho e de ter uma contrerrânea produzindo sobre a importância do “saber político”, como também que seria a primeira vez que alguém dava voz a eles sem pretensão de ascender ou de menosprezar alguém por ser de determinado grupo, e que, além de dar voz, estavam tendo a oportunidade de mostrar o que eles próprios acham sobre a política de Cochara e Matamatá. Um deles, em seu discurso, falou que “é com pessoas como a nossa socióloga que irão mudar a política de Arapongas, pois ela está tentando entender a fundo como essa política é suja e que é preciso evoluir política e democraticamente”. Por mais que esse não seja o objetivo desta dissertação, esse relato demonstra algo que será um dos pontos do último capítulo: a insatisfação da necessidade desses atores políticos de se identificarem com algum grupo político e da exigência da população para eles se afirmarem como Cochara e Matamatá.

Outra característica interessante observada foi a encenação praticada por todos os vereadores. Levando ao pé da letra o significado da palavra “atuação”, essa bastante utilizada pelos teóricos do Interacionismo Simbólico e também utilizada nesta dissertação, que

significa “interpretar um personagem”, “representar”; é possível afirmar que ao atuarem como políticos, na Câmara de Vereadores, esses atores estão representando um papel que não é mais visto quando as sessões se encerram. Enquanto na tribuna eles trocam farpas e insultos entre si, nos corredores e até mesmo nas ruas esses atores estão rindo, se abraçando, como se não fizessem parte dessa realidade política que é vivenciada em Arapongas, independente de ser no “tempo da política” ou não. A rivalidade entre Cochara e Matamatá desses atores políticos só é “encenada” das 9h às 11h da manhã, nos dias de segunda-feira e quarta-feira. Esse fato reafirma o relato desses atores quando dizem que é a população que exige a identidade de pertencimento ao grupo “x”.

Todavia, houve momentos em que o meu papel como pesquisadora ficou em jogo. Durante algumas entrevistas, os próprios entrevistados chamavam outros vereadores para verem o que eles iam falar. Não chegavam a me perguntar se eu aceitaria que eles dividissem esse momento, mas pedia para que a presença de outros não atrapalhasse a sua fala, pois poderia comprometer a legitimidade do trabalho. Por mais que não afetasse, eu deveria colocá-los em posição de objeto. Situação essa diferente da que relatei pouco antes sobre os pedidos feitos a mim para usar os adesivos dos candidatos que o meu objeto apoiava.

Esses pontos das entrevistas e das observações participantes são cruciais para o entendimento desse ofício que, como será destrinchado mais à frente, exige um saber e habilidades; no qual as experiências são significativas para uma consolidação e até mesmo para almejar um crescimento na hierarquia de cargos políticos eletivos ou, até mesmo, os delegados. Por mais que tratemos de um tipo específico de cabo eleitoral, será possível identificar pontos que são universais para qualquer tipo, e será respaldada a relevância do cabo eleitoral para a constituição e dinâmica da política fazendo com que ela não só dependa dos grupos políticos, mas de um conjunto de que fazem parte os cabos eleitorais (vereadores), a população, os próprios grupos políticos e também os partidos políticos. Esse último, apesar de não ser algo que seja exigido como identidade – sou do Partido X, logo sou um político de centro-direita – é o fator que acaba coordenando essas relações e a composição da política de um modo geral.

## **CAPÍTULO 1**

### **ESTADO DA ARTE: O QUE TEM SE FALADO SOBRE CABOS ELEITORAIS**

A partir de uma leitura de uma bibliografia vasta sobre a política no Brasil, ficou perceptível que o “cabo eleitoral” não tem espaço nas análises, apesar de ser um elemento importante no andamento das campanhas eleitorais. Geralmente tem-se dado mais espaço à política partidária, política faccional, mas quando o cabo eleitoral aparece, ele é simplesmente colocado como um mero mediador ou apenas quem arranja voto para o candidato; o seu papel de cabo eleitoral, pode-se dizer, não é levado em consideração no que concerne à dinâmica política, seja local ou regional – por exemplo, o trabalho de Bezerra (1999), em que ele analisa as bases eleitorais e a questão da representação política, colocando o cabo eleitoral como mediador e não um elemento importante para a dinâmica política. Em outro trabalho, Bezerra (2004) afirma que ao deslocar a análise para o plano municipal, o seu objetivo é retomar a proposição, elaborada a partir da pesquisa mencionada acima, de que as ações dos parlamentares orientadas para a obtenção de recursos federais para as localidades a que estão politicamente vinculados estão fundadas numa concepção específica de representação política que não coincide com aquelas discutidas, mais frequentemente, pela filosofia ou ciência política. Mesmo dando prioridade ao município, ele não dá prioridade ao cabo eleitoral, somente aos deputados.

Pesquisas sobre eleições costumam focar mais no processo eleitoral a partir de uma visão institucionalista como, por exemplo, o direito ao voto ao longo da história política do Brasil, ou as mudanças nas leis eleitorais, todavia, o processo eleitoral em si, a campanha de rua, não tem sido um objeto de estudo da Ciência Política, como mostra os trabalhos de Nicolau (2002, 2004, 2012). O cabo eleitoral não é citado nesses estudos; pode-se questionar como um ator político de importância para a campanha eleitoral não é analisado nos estudos eleitorais, entretanto, esta dissertação tentará mudar o quadro do cabo eleitoral no que concerne aos trabalhos acadêmicos, trazendo à vista os estudos a que competem.

Nas últimas décadas houve uma forte expansão da literatura voltada principalmente para o problema das relações entre posição social de origem, ingresso e carreira política. Como não poderia ser diferente, essa bibliografia é fortemente marcada tanto pelas condições nacionais francesas da institucionalização e das discussões políticas como pela evolução das Ciências Sociais. Consequentemente, a bibliografia francesa, apesar de suas divergências

internas quanto a uma série de problemas conceituais e metodológicos, tende a se centrar nas relações entre “classe”, “profissão” ou, então, outros indicadores de posição social, e as modalidades de ingresso, as tomadas de posição e a carreira política (SAWICKI, 1999). Apesar disso, trabalhos como o de Petrarca (2013) questionam essas linhas de pensamento que constituem um “tipo ideal” de profissão e que não se poderiam abarcar os processos de institucionalização diversificados que são encontrados no Brasil e, assim, por mais que não haja um diploma que legitime certo saber profissional, deve-se levar em conta principalmente uma forma específica de acumulação de capital social.

Além de trabalhar com o que não se tem dito especificamente sobre os cabos eleitorais, será analisada a literatura que vem contribuindo com os estudos do cotidiano da política e, assim, abrir portas para debates que vão além da política institucional, como é o caso dos trabalhos do Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ, que vêm sendo feitos desde a década de 1990 e trazem o debate não só para trabalhos efetivamente da Antropologia, mas um discurso multidisciplinar, dentro das Ciências Sociais, onde é possível utilizar as três ciências para trabalhar questionamentos presentes no cotidiano da política brasileira.

### **1.1 O papel das eleições: alianças, campanhas, eleições e suas implicações aos atores políticos**

As campanhas políticas não se resumem a uma disputa de cargos eletivos. Possuem, ao contrário, significados que lhes antecedem e transcendem os resultados eleitorais (KUSCHNIR, 2000). Além da definição de jogos de interesses, alianças e conflitos que se apresentam nesse momento, as campanhas podem ser percebidas através de um dos sentidos dos rituais políticos, que é a expressão de crenças e princípios que justificam e alimentam a própria existência da representação no Estado moderno.

Como as próprias ações políticas (ações próprias do tempo da política) supõem promessas recíprocas (a promessa do candidato e a promessa do eleitor de votar no candidato), elas se enquadram no modelo do favor/ajuda. Assim, mesmo quando não há compromissos preexistentes, as ações políticas são capazes de gerar compromissos. E boa parte da arte do político consistirá em conseguir adesões através de compromissos criados por sua própria ação na época da política (i.e., criados na própria campanha). No âmbito das campanhas políticas, a representação aparece como um dos elementos mais significativos,

dotando os eventos de campanha de oportunidade, por excelência, de transferir direitos e ordenar legitimidades. As campanhas aparecem como uma espécie de tempo inaugural, que define quem irá falar em nome de quem e em nome de que conjunto de valores. Instalam, portanto, um espaço de discussão e construção de atores, discursos e imagens. Essa construção passa longe da espontaneidade, supondo-se que nesse processo conformam-se estratégias e modos variados de se fazer apresentar.

Se para o prefeito a adesão da oposição à sua base parlamentar garante-lhe mais apoio no Legislativo, o fato transforma-se em um problema para os vereadores da situação, pois assim perdem o diferencial que os distingue de seus oponentes partidários: o acesso ao Executivo, o atendimento da indicação ou equivalente. Na medida em que os vereadores migram para a base de apoio do governo, a utilidade esperada do apoio ao poder Executivo diminui, pois aumenta a competição pelos recursos de que este dispõe para distribuição entre os seus aliados. Um elemento de troca do vereador com o Executivo é o seu apoio. Ainda que o recado contido nessas linhas possa não ter consequências práticas, em função da grande dependência dos mandatários proporcionais com relação ao Executivo, há aqui uma sinalização clara da utilidade esperada na troca. O prefeito não é indiferente a esse tipo de sinalização (D'ÁVILA FILHO, JORGE; ALVES, 2014).

Nas situações que Palmeira (1996) estudou, o tempo da política representa o momento em que essas facções são identificadas e em que, por assim dizer, existem plenamente, como verdadeiras facções políticas, em conflito aberto; é nesse período que aquelas municipalidades se dividem de uma maneira pouco habitual nos grandes centros, com o próprio espaço físico da cidade “distribuindo-se” entre as facções e desenvolvendo-se interdições com relação à frequência a bares, farmácias, barbearias; em suma, aos locais públicos controlados pela facção adversária, que tanto impressionaram os que estudaram a política local no Brasil. Todavia, para os cabos eleitorais, o tempo da política começa bem antes daquele que Palmeira (1996) estuda. Começa basicamente até um ano antes do período eleitoral, quando os acordos estão sendo negociados e/ou feitos, quando a procura por apoio nos municípios, por parte dos candidatos, é mais efetiva – isso quando as alianças já não estão concretizadas. Mas, se a polarização é delimitada no tempo, dentro dos limites desse tempo ela é ainda mais radical do que se possa imaginar.

Política é identificada com eleições e, sintomaticamente, o período eleitoral é chamado de *tempo da política*, *época da política* ou simplesmente *política*. Não se trata de mera sinonímia e muito menos de expressões de criação desse ou daquele indivíduo. Está em jogo

certo calendário, certo recorte social do tempo, com implicações tão objetivas quanto às aquelas que decorrem da delimitação do tempo do plantio e do tempo da safra, ou do tempo das festas e do tempo da Quaresma (PALMEIRA, 1996).

Pensar a política como uma atividade não permanente não é tão estranho assim para as Ciências Sociais. Max Weber, que acabou, com a sua teoria da dominação, fornecendo o paradigma ou emprestando o nome ao que se transformou em uma espécie de horizonte da ciência política de nosso tempo, em mais de um lugar, afirmou que as comunidades políticas não são necessariamente permanentes. As relações entre a “profissão” e as lutas eleitorais ou mesmo a ocupação de cargos públicos de caráter “político” são diversas e multifacetadas (PALMEIRA; HEREDIA, 2001). A condição profissional prévia pode ser tomada, em primeiro lugar, como indicação de posição e de recursos sociais e suas possibilidades de reconversão em recursos políticos, em termos gerais ou, então, especificamente no processo eleitoral. Essa mesma condição e o respectivo exercício profissional podem ser tomados também como um problema de afinidade relativamente ao recrutamento e exercício da política, e, inclusive, ao fenômeno da relativa “profissionalização” das atividades políticas ocorrida em alguns países.

Os estudos sobre poder local no Brasil, especialmente, aqueles realizados por pesquisadores brasileiros, que associam muito fortemente as facções políticas às “famílias de tipo patriarcal” dos grandes senhores de terra, mas também às descrições feitas por muitos estudiosos estrangeiros, que se deixam tomar por essa “representação nativa”, tendem a enfatizar a sua relativa fixidez ao longo de períodos de tempo mais longos e a acentuar certa rigidez no seu relacionamento mútuo independentemente de calendários de qualquer ordem. Mas, se as suas exposições ressaltam os episódios ou as considerações sobre os episódios que caracterizam aquela espécie de “guerra permanente” entre famílias, parentelas ou partidos que teriam marcado a história política brasileira até o final da primeira República, e em muitas regiões até os dias de hoje, elas não têm como deixar de registrar divisões de grandes famílias ou alianças (via casamento, por exemplo) entre famílias inimigas ou, muito antes de qualquer “crise da representação”, exemplos numerosos de infidelidade partidária e de mobilidade interpartidária.

Como o que está em jogo não é uma escolha, mas uma adesão, o voto não suscita a elaboração de critérios prévios, como no voto-escolha, em que se espera do eleitor (sob pena de ser considerado um indeciso) que seja capaz de listar os atributos do candidato ou do partido de sua preferência, ou suas próprias motivações pessoais para escolher a e não b. Nas

situações estudadas, ora se tem uma espécie de declaração prévia de adesão a uma facção, em função de compromissos publicamente conhecidos, a manipulação de emblemas como os cartazes afixados na frente das casas, o uso de cores de um determinado partido ou candidato, ou da frequência dos locais identificados, durante o tempo da política, a uma determinada facção; ora, o que se tem é a justificativa, quase sempre *a posteriori*, não do voto, mas do voto que não foi dado.

Interessante lembrar que o estudo de Whyte (2005) traz essa concepção de obrigações recíprocas e Kuschnir (2007) explica resumidamente que o objetivo de Whyte é o de não superestimar a eficácia das relações econômicas no jogo político, pois o dinheiro por si só não é capaz de criar laços e obrigações sociais. Segundo esse pensamento, as pessoas que fazem favores não remunerados são superiores do ponto de vista moral frente àquelas que o fazem por dinheiro, e isso as hierarquiza nas redes de relações e obrigações. Uma conclusão importante de Whyte (2005) é que a política e os políticos criam e fortalecem grupos e relações, mas não operam em uma esfera autônoma. Ao contrário, precisam sempre levar em conta a organização social da comunidade onde atuam. Será possível ver isso empiricamente no capítulo 3, onde trataremos da criação de acordos e alianças.

## **1.2 Obtendo recursos: escolares, profissionais e políticos**

Como foi mostrado por Reis e Petrarca (2015), há dois tipos de vertentes que mais são utilizados para analisar o elo entre profissão e política: no primeiro têm-se as análises das estratégias de reconversão de certas formações escolares ou profissionais em postos e posições políticas, possíveis devido a processos históricos e sociais de legitimação de “qualificações” como mais ajustadas aos recursos necessários à participação no jogo político; já no segundo, vale frisar o exame das próprias condições de profissionalização da política em diferentes contextos, presente desde as formulações weberianas até as reflexões nos marcos da sociologia política francesa. As autoras reafirmam que nesse caso é necessário se atentar, pois, para os limites das aplicações diretas e restritivas da “sociologia das profissões” (quando propõem parâmetros preestabelecidos de circunscrição) para a compreensão do espaço da política e suas particularidades, incluindo a noção de que política não é profissão e, sim, uma vocação, como também outros aspectos comuns a uma profissão como carreira, corporativismo, interesses, gratificações, etc. Com isso, deve-se destacar a análise de vários parâmetros de diferenciação que possibilitam pensar na invenção/prescrição de papéis e nas

condições de institucionalização da política como profissão, como será visto mais à frente no capítulo 4.

Um agente social pode justificar a sua entrada para a política por vários fatores: vocação política naturalizada por uma formação, uma erudição, ter conhecimento na área; vocação política por ter uma capacidade de se comunicar com o público, um saber empreender, etc.; vocação política como missão, predestinação etc. (GRILL, 2013, p. 246).

(...) o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável, nas relações com os profanos ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais (BORUDIEU, 1989, p. 169).

Os espaços de socialização sempre ajudaram na criação e manutenção de alianças políticas, criando vínculos para ajudar nas possíveis campanhas e, conseqüentemente, a necessidade de se relacionar com outros políticos sempre fará parte do cotidiano dessa atividade profissional; e como falou Becker (2008) em relação aos músicos de jazz, “sem o mínimo necessário de competência, a pessoa não pode ter um bom desempenho no novo nível, mas essa competência só resultará no tipo apropriado de trabalho caso se tenha feito os contatos apropriados” (p. 117). A junção de um conjunto de conhecimento com uma rede de relações fará com que o ator político tenha espaço nesse campo profissional. Mais ainda, quando o indivíduo recebe uma “‘herança política’, que é apoiada sobre a criação e manutenção de laços de parentesco (por consanguinidade ou por aliança) e de vínculos políticos que são pensados e enunciados mediante o modelo e o vocabulário das relações familiares (parentesco simbólico)” (PATRIAT apud GRILL, 2008:7).

Certamente o ator social pode exercer outras profissões e se tornar um líder político, isso fará com que a política insira outras esferas sociais e, assim, reconverter em recursos eleitorais, dispensando outras formas de intervenção e admissão social para o ingresso na “política” (CORADINI, 2001, p. 19); mesmo assim, podendo atuar nos dois mundos, ou seja, operando ou não diretamente em atividades instituídas como políticas (CORADINI, 2001, p. 22) e não se valendo do exercício da profissão política (médicos com suas clínicas, por exemplo, que se candidatam; eles não dependem da política no âmbito profissional, mas aproveita da sua formação já com uma clientela constituída pelos pacientes, podendo muito bem tê-los como possíveis eleitores).



Com exceção de uns poucos e pequenos partidos ou grupos políticos programáticos, o que é condenado é o uso do dinheiro ou de outros bens sem a mediação do compromisso para desfazer compromissos preestabelecidos como modalidade exclusiva ou principal de tentar obter votos; ou a utilização de quantidades de dinheiro no processo eleitoral não proporcionais à capacidade financeira dos demais candidatos; ou ainda, a mercantilização de certos elos das redes sociais que se estabelecem no tempo da política, até então preservados. Um candidato dar certa quantia de dinheiro a seus cabos eleitorais (mesmo estimando que haja um preço médio por eleitor) para despesas de campanha em sua área de atuação, assim como a distribuição de refeições ou a doação de pequenas quantias a possíveis eleitores, é considerado absolutamente natural. Entretanto, é condenável dar uma quantidade maior de dinheiro ao cabo eleitoral de um adversário para que ele, virando de lado, aberta ou disfarçadamente, passe a fazer essas mesmas coisas a seu favor. Como também é condenada a distribuição direta de quantidades consideradas elevadas de dinheiro, condicionadas ao voto; ou são condenados os gastos considerados excessivos com propaganda; ou ainda a distribuição ilimitada de certos bens, como as camisetas com nomes de candidatos. É curioso que ao “voto comprado” se contraponha o “voto consciente”, expressões do vocabulário das formações políticas de esquerda para designar o voto ideológico, mas que, aqui, passa a significar voto numa facção, naquela que, no momento, está empenhada em estigmatizar os ganhos eleitorais do adversário.

### **1.3 Sobre as habilidades: como se obtêm?**

É interessante comparar a inserção política nos parâmetros que Cunha (2004) utiliza, lançando mão da noção criada por Hughes (1964), para explorar “sobre a fabricação de um tira”, que são a *aprendizagem*, *iniciação* e *conversão*. O primeiro pode-se exemplificar como sendo a socialização em que o ator vivencia, seja ela em associações, sindicatos, assessoria, movimentos estudantis etc. O segundo é a iniciação, comparada a uma campanha, onde o ator presenciara todo o processo de interação com suas bases político-sociais, já se preparando para o terceiro e último passo, a conversão<sup>2</sup>, quando o indivíduo se vê como tal, sendo impregnado nessa cultura, no caso, um mandato político, pois ele passará a ser a sua identificação.

---

<sup>2</sup> Herança de Everett Hughes vinda do seu lado religioso.

Tem-se na mente que um ator que faz parte de uma elite política, ele obviamente teria vários capitais à disposição para reconversão para um possível trunfo político, entretanto, não é exatamente assim. Um indivíduo pode muito bem ter o seu cargo indicado ou eletivo. Quando eletivo, ele não necessariamente será um político profissional de amplo prestígio e reconhecimento.

“Somente depois de ter servido para desqualificar as maneiras de fazer dos oriundos da antiga aristocracia nobiliária com vistas a entrar na cena parlamentar é que se impôs finalmente falar de “profissionais da política” para designar o surgimento de novas elites políticas, cujas origens sociais mais modestas as obrigavam a empregar métodos eleitorais opostos aos dos grandes notáveis. Essa visão conduz, pois, a confundir o reino dos profissionais da política com o fim dos notáveis” (PHELLIPEAU, 2001:187).

É no momento em que o cabo eleitoral se encontra na rua, para cumprir o seu papel, que ele põe em prática, mas também nos bastidores, fazendo alianças e acordos. Assim, além de se habituar a uma prática que apenas é exercida durante a campanha, ele faz uma espécie de exercício durante todo o tempo que antecede uma eleição – saber com quem se aliar, o que receber em troca de seu trabalho, criar estratégias eleitorais, manter suas bases, cooptar outras bases, e além de tudo isso, como trabalhar também para si mesmo.

Assim como Phelippeau (2001) mostrou, na divergência entre os notáveis e os amadores no que concerne à construção de uma política profissional é comum existir divisões entre grupos ou facções, uns que se achem com mais predisposição à política do que os outros, fazendo com que se crie uma dinâmica política que contribua com as configurações desses grupos, ou seja, o grupo é o que os atores inseridos são e a partir de suas características, carreiras, é que dará uma forma ao grupo.

## **CAPÍTULO 2**

### **CONSTRUINDO O “CABO ELEITORAL”: DIMENSÃO HISTÓRICA**

O objetivo deste segundo capítulo é tratar da formação e consolidação da política, mais especificamente da formação da profissão política, focando nos chefes políticos desses grupos, buscando mostrar a relevância desses com a dinâmica política local e as suas atuações de “cabo eleitoral”, pois como mostra Pereira de Queiróz (1971), o próprio chefe político era um “cabo eleitoral”, principalmente no período do coronelismo, sendo eles peças fundamentais para esse fenômeno, como também para podermos estudar como eram formados e recrutados. Logo, mostrar que com o passar do tempo e com as mudanças na dinâmica política, ser “cabo eleitoral” terá outras participações e configurações.

Como foi comentado na Introdução, o problema de análise desta dissertação é como se “fabrica” um cabo eleitoral e como são apreendidas e incorporadas as habilidades do ofício da política. Com isso, este capítulo irá auxiliar no que concerne a uma história social do objeto e compreender como estudar a política municipal irá ajudar a entender o ofício de cabo eleitoral, para, assim, poder apresentar de forma sucinta como é a dinâmica política no município em questão e, com efeito, compreender como se dão as disputas faccionais e o consequente papel dos cabos eleitorais atualmente, porque a sua atuação dependerá de como se apresenta o cotidiano da política para, então, pôr em prática as habilidades do seu ofício.

A política é feita de estratégias em todo o canto. Fazendo um paralelo com a Antropologia Política clássica, por meio do trabalho de Leach (1996), que trata do sistema político dos povos “kachin” e “chan”, no qual ambos tinham seu próprio tipo de estrutura política e onde tinham o ritual, “(...) para expressar o status do indivíduo enquanto pessoa social no sistema estrutural em que ele se encontra temporariamente” (p.74); como também nos utilizaremos do pensamento de Goody (2008), que critica a necessidade de importar ideais e por em “xeque” a atividade política na América Latina; com isso, queremos dizer que por se tratar da política, atividade essa que vive em constante transformação a depender da sociedade, devemos nos ater a ela como ela realmente é, e como diz Pereira de Queiróz (1976): “os estudos de política entre nós são histórias das ideias políticas que os brasileiros foram buscar no estrangeiro e tentaram implantar nesta terra, no afã de dar ao país uma fisionomia à altura do progresso mundial (...)” (p.18). No mais, trabalhar com uma visão da Antropologia Política poderá abrir vários caminhos para ser aprofundado o estudo sobre essas atividades.

A política no Brasil sofreu muitas alterações ao longo do tempo e influência de fenômenos que controlavam para além da vida política. Ditadura Militar, Coronelismo, Mandonismo, Clientelismo<sup>3</sup> foram os principais fenômenos, apesar de o Brasil sempre exportar ideias e modelos políticos de outros países ocidentais. Todavia, essa exportação não trazia o modelo “puro” – se podemos usar esse termo –, pois quando chegava ao País, sofria a influência desses fenômenos e consolidava vários modelos políticos, trazendo um leque de posições e alterando o quadro político brasileiro.

Durante a história política brasileira, houve mudanças em relação ao sistema político, mas com essas mudanças se sobrepuseram características que foram moldando as relações políticas e, assim, sobrevivendo também de acordo com o contexto econômico. Com isso, os atores políticos exerciam o seu papel de acordo com o que lhes eram impostos. O objeto empírico desta dissertação se encontra nesse palco, também delineado com o passar do tempo para poder acompanhar as mudanças político-históricas e, assim, sobreviver nesta complexidade que é a dinâmica política.

O “chefe político” e seus “cabos eleitorais” são elementos essenciais da vida política, como afirma Blondel (1957), porque a enquadram e, ao cabo das contas, podem conferir-lhe uma realidade. Não obstante, há uma evolução. O chefe político não é mais exatamente um patrão que impõe suas ordens. Torna-se o servidor do povo. O cabo eleitoral não é mais um mero “consegue-voto”; torna-se um intermediador. Pouco a pouco, tipos novos que não são tradicionais foram aparecendo. A evolução econômica e social, que permitiu essas duas formas de transformação, facultou uma terceira, ainda mais característica, se bem que mais limitada: a independência política.

Carvalho (1997) afirma que há amplas evidências sobre fraudes escandalosas que acompanhavam o processo eleitoral em todas as suas fases. O coronel podia controlar os votantes e manipular as atas eleitorais, mas quem definia a apuração dos votos e reconhecia os deputados era o próprio Congresso em acordo com o presidente da República. Esse foi o acordo negociado por Campos Sales com os governadores. A apuração final podia inverter o resultado das atas. Se o voto realmente não valia no final das eleições, para que usar o serviço de um cabo eleitoral? Se o cabo eleitoral se torna algo além do que o seu nome significa, o papel dele continua sendo importante para a dinâmica política. Com as relações clientelistas, a imagem do coronel em si, ou um chefe político, viria a ser dispensada, pois, com a intermediação do cabo eleitoral, essas relações se dariam entre o governo, outros políticos e

---

<sup>3</sup> Como trabalha Carvalho (1997).

com a população (Carvalho, 1997). Todavia, não põe em xeque o papel do chefe político, uma vez que o cabo eleitoral utiliza da sua relação com o seu chefe político para fazer acontecer o que lhe está predestinado.

A existência do chefe político é algo bastante conhecido no Brasil. Leal (1948) trata dessa questão em um plano mais geral: o coronelismo é um caso particular do sistema do “chefe político”. Ele é o sucessor de outro chefe na parentela, na facção, pois é necessária uma ordem. É ele que servia de intermediário entre o mundo exterior e o camponês e é por seu intermédio que este se interessa pela vida política e vota. Para isso, é auxiliado pelos cabos eleitorais que fazem o trabalho cotidiano. O chefe político é aquele que mantém relações com os políticos do governo, e os cabos eleitorais, os que cumprem os acordos. O chefe político garante os votos através dos cabos eleitorais, e o governo responde com os favores, sendo esses colocados em prática pelos cabos, depois de passadas as ordens do chefe político.

## **2.1 O início da política partidária: acordos, desacordos e alianças**

No Brasil, a política se desenvolveu tendo por núcleo o município (PEREIRA DE QUEIRÓZ, 1976). A importância do poder municipal se manteve durante o Império; no município, se o “mandão” local desgostava-se com a corte, a autoridade do governo tornava-se pouco mais do que nominal: em vão, promulgava os seus éditos, não eram obedecidos.

Durante a Primeira República, as lutas municipais continuaram de primordial importância para a política brasileira. E a independência que continuavam a manter os municípios diante do poder central – fosse estadual ou federal – é demonstrada, entre outras provas, pelo célebre pacto que, entre si, estabeleceram chefes políticos do interior do Ceará, entre os quais o Padre Cícero, para evitar a queda dos oligarcas então dominantes. O desenvolvimento interno do País foi se processando por acomodações sucessivas com esse poder de fato – poder municipal nas mãos dos proprietários rurais – que se impôs à Metrópole durante a colônia, governou sob o manto do parlamentarismo durante o Império e abertamente dirigiu os destinos do País durante a Primeira República.

A Independência trouxe aos proprietários rurais a necessidade de enviar representantes seus às Câmaras; obrigados a escolher entre o município e a capital, conservaram em suas mãos o município, que era onde assentava o seu poder, e mandaram para as Câmaras provincial e geral delegados seus, escolhidos entre os membros da família que tinham algum

saber e podiam dignamente representá-la. Formou-se então durante o Império e a Primeira República uma camada de “profissionais” da política, quase todos de profissão liberal, desligados pela educação e pela necessidade de viver nas capitais o ambiente rural que representavam (PEREIRA DE QUEIRÓZ, 1976).

Pereira de Queiróz (1976) mostrou que há uma linha de continuidade interna de nossa política; ela se evidencia, por exemplo, no aparecimento do novo tipo de coronelismo, o coronelismo urbano, para integrar na política brasileira elementos novos; assim, os fenômenos que vão aparecendo adotam formas já conhecidas para se incorporarem no que já existia. Com isso, a autora afirma que dizer que a política brasileira é irracional é algo sem sentido, pois ela tem a sua racionalidade interna que é preciso descobrir e que é forçosamente diferente da dos fenômenos políticos de outros países. Ainda no período do reino já era existia a presença de dois poderosos “mandões” em uma mesma zona, que provocava o desmembramento dela em dois municípios, fato esse que ainda ocorre em Arapongas com as facções políticas. A autora demonstra com o caso que aconteceu no Ceará.

Formara-se, desde a independência, uma camada que podemos chamar de políticos profissionais, aos quais se reconhecia habilidade, saber e competência na direção dos negócios, e que constituíam a chefia dos partidos; mas estavam dependentes dos seus mandatários, no setor político, do senhor rural, da família patriarcal com seus agregados e aderentes. Seu título de bacharel, sua cultura, seu preparo intelectual que o proprietário rural reconhecia não ter, eram outras tantas garantias de sua capacidade para desempenhar o papel de cabeças no Império. Com isso, vê-se uma classe de profissionais da política que detinham de capital que legitimasse a escolha deles enquanto representantes (PEREIRA DE QUEIRÓZ, 1976).

Graham (1997) mostrou que, assim como a autoridade podia ser subdividida, também algumas pessoas controlavam apenas os seus canais de passagem, na medida em que ia passando, como que por uma série de cascatas, do primeiro doador – o imperador – ao último recebedor – o ocupante do cargo; isso no caso da distribuição de cargos já no Brasil do século XIX. Considerava-se que o poder de controlar a distribuição de favores ficava atrás em importância somente do poder de doá-los. Ser capaz de distribuir colocações fazia de alguém um protetor, e facilitava enormemente o trabalho de formar um grupo de seguidores. O papel do cabo eleitoral não se resume somente ao controle das bases eleitorais e da conversão dessas para os candidatos em questão, mas exerce também o papel de ponte entre os diversos favores

e promessas feitos pelos candidatos e os que irão se beneficiar. Com isso, é possível perceber a presença desse ator na constituição política brasileira, desde o Império português.

A atividade política sergipana sofreu várias alterações durante o Império com o surgimento e extinção de vários partidos devido às sérias complicações que surgiam durante a integração de Sergipe ao Estado nacional, depois das questões da autonomia de Sergipe que aconteceu ao mesmo tempo em que a Independência do Brasil, no momento em que a Bahia, em parceria com os revolucionários de Portugal, tentava reapropriar Sergipe a qualquer custo. Foi a presença de tropas movimentadas em território sergipano a propósito da independência do Brasil que garantiu um acordo entre os grupos emancipacionista e recolonizador, cujos representantes dividiram entre si a tarefa da formação de um governo local autônomo (DANTAS, 2004). Tropas ligadas à Vila de Cachoeira, na Bahia, que passou a aderir ao Príncipe-Regente contra o governo baiano partidário dos portugueses, invadiram o Sul de Sergipe e atravessaram parte do seu território, conseguindo adesões à sua causa da independência. Nesse momento os partidos Liberal e Corcunda, os quais buscavam o controle local do poder e o controle externo, bem como, serem representantes dos interesses dos financiadores da agroindústria açucareira em Sergipe. Nesse momento, Lagarto ainda desfrutava das melhorias ao ser elevada à Vila.

As eleições, já nesse tempo, eram invariavelmente momentos violentos em que o partido que ocupava o poder manipulava a seu favor os resultados. Eram embates entre facções de pessoas favoráveis economicamente, cada uma imbuída do desejo de controlar o poder e de demonstrar força sobre a sua “clientela”. A participação política cabia a poucos. Os senhores de terra dominavam uma sociedade basicamente rural, isolada em termos de comunicações dos centros mais adiantados da região. Quanto a isso, Pereira de Queiróz (1976) diz que

“duas eram as razões que levavam os grandes proprietários do interior a tomarem partido diante de problemas políticos: em primeiro lugar, seus interesses particulares; em segundo lugar, suas ligações de família e suas amizades, essa espécie de solidariedade tribal que ligava entre si largas cópias de grupinhos pelo interior brasileiro. Desde que a questão não tocava em suas posses, no que era ou no que esperava que fosse seu, o grande proprietário rural votava de acordo com as ideias de sua família ou de acordo com as ideias do compadre letrado da Corte que entendia melhor das coisas da política; em caso contrário, adeus solidariedade!”.

Depois disso, com a chegada de outros partidos como o partido “Rapina”, “Camondongo”, que posteriormente se dividiu em dois, criando o Saquarema (liderado pelo Barão de Maruim), alguns dissidentes do “Camondongo” criaram o “Bagaceira” e o partido Liberal (OLIVA, 1991). Sob essa outra roupagem, entretanto, os partidos voltaram às formas

violentas de luta, utilizando sempre na ocasião das eleições interferência policial, adulteração de documentos, tentativas de duplicata de poderes e pressões de toda ordem, inclusive ferimentos e assassinatos. Com isso, fica claro que os partidos existentes eram representados por uma mesma classe de proprietários rurais, que se dividiam apenas pela disputa de mandatos, influências ou lideranças, sem considerações de ordem ideológica (OLIVA, 1991).

Enquanto Sergipe passava por várias rupturas políticas, criando outros acordos, Lagarto passava pela elevação à cidade. No sancionamento da lei. A partir de então, com senhores proprietários de terra, bacharelados e a Igreja Católica, começou a criação de articulações entre os mesmos para, então, conseguir a liderança política na cidade, unindo suas forças para delinear os posicionamentos políticos entre o que viria a ser posteriormente Cabaús contra Pebas. Dois grupos com suas configurações um pouco diferentes, mas com o mesmo propósito: ter Arapongas como sua. Com isso, podemos ver o surgimento de vários chefes políticos, aliados ou não, e a formação de uma nova configuração política em Arapongas, devido à criação de novos partidos políticos e novas formas de se fazer política, instaurando chefes políticos locais, submissos aos seus chefes maiores que comandavam na capital sergipana.

O interessante sobre a constituição do grupo Cabaús é o fato de ele ser composto por vários coronéis que poderiam ou não pertencer à mesma família ou tinham vínculo consanguíneo ou de apadrinhamento, e que se torna um exemplo claro da forma como a política não estava somente nas mãos de poucas pessoas, mas, sim, de um grupo que se juntou para “combater” o monopólio feito pelas famílias Brito e Saraiva, como será visto posteriormente. Logo, a política exercida já nesse período representava bem o conceito de parentela de Lewin (1993): família + afins.

## **2.2 Parentela e a República: novos atores, novas alianças**

Enquanto intelectual, Silvio Romero resumiu a dependência organizacional da oligarquia de uma base familiar que entrelaçava as relações de parentesco com as de clientelismo: “A verdade é que estamos divididos em clãs, com seus donos, em grupos, com seus chefes, em bandos com seus cabecilhas: política social, economicamente – é esse o espetáculo geral [apresentado pelo Brasil]”. Lewin (1993) afirma que Romero errou em sua dissecação das causas profundas da oligarquia brasileira, todavia, a sua insistência em que as características da oligarquia foram responsáveis pelo que ele deplorou como a “desunião” do



Brasil estava correta. Entretanto, ao criticar o estilo operacional da oligarquia, Romero comparou o Brasil a “um enorme mastodonte dividido em vinte pedaços” e atacou a sua estrutura, qualificando-a como “uma coleção de verdadeiros clãs de espécies várias”. A dependência da política em relação ao parentesco, disse ele, levou a relações de clientelismo que predispuseram todos a viver “em torno dum chefe, dum patrão, dum protetor, dum guia; todos têm o seu homem” (ROMERO *apud* LEWIN, 1993, p.19). Apesar de criticar a forma como o Brasil estava representado em suas minúcias, Silvio Romero e a sua família encabeçavam o poder político em outro município também do interior de Sergipe, tendo sua representação maior a cabo do próprio Silvio Romero.

Com o surgimento de novos partidos durante a República, como o Partido Democrático Sergipano e o Partido Republicano Federal Sergipano, esse último acabou se dividindo em dois: os velhos políticos, muitos deles senhores de engenho, foram denominados, juntamente com os seus adeptos, de “Cabaús” – nome do mel de engenho –, enquanto os adversários tiveram o nome de “Pebas” ou tatus. Essas denominações apareceram em 1894, quando o grupo composto principalmente por militares e republicanos históricos, inconformado pela vitória dos políticos adesistas nas eleições para a Assembleia Legislativa, resolveu tomar o governo através de golpe (OLIVA, 1991). Isso ocorreu durante o mandato do primeiro presidente eleito do estado, o General José Calazans. Os republicanos, ignorando os resultados eleitorais proclamados pelo governo, ocuparam o palácio e consideraram eleitos apenas os candidatos do seu partido. O presidente Calazans e os deputados que o seu governo havia considerado eleitos saíram de Aracaju para Rosário do Catete, procurando de lá administrar o estado. Mas os republicanos instituíram novo governo, dirigido por João Vieira Leite, e um Legislativo formado apenas por deputados republicanos. Essa situação, que se transformou num caso de repercussão nacional, segundo Oliva (1991), fez a política sergipana dividir-se em Pebas e Cabaús, mantendo-se os pebas no poder até 1898, quando o Monsenhor Olímpio Campos, que se tornara chefe dos Cabaús, conseguiu aliar-se com uma parte dos pebas, criando o Partido Constitucional Sergipano (PCS). Os pebas que não participaram desse acordo com os cabaús, liderados pelo Coronel Valadão, recriaram o Partido Republicano Federal.

Em Arapongas, o grupo Pebas, tendo à frente as famílias Brito e Saraiva, tinha como principal chefe político Antônio Brito, uma das maiores figuras da política do município, estando entre os intelectuais do pensamento social brasileiro sobre a mestiçagem; e os Cabaús, tendo um grupo de coronéis que confrontavam fortemente os pebas durante a

República Velha. Blondel (1957) afirma que em cada estado tinha o seu partido, o Partido Republicano. Desta forma, existiam vários partidos na Câmara Federal, embora fossem partidos distintos pela origem geográfica, nunca pelas tendências políticas (DANTAS, 2004). Esse fato perdura até os dias de hoje, com o modelo político de grupos, em Arapongas; assim como os Pebas e Cabaús, a política faccional teve continuidade com duas famílias que se opõem até os dias atuais – Chocara e Matamatá – e norteiam a política municipal, como também têm destaques em nível federal. Além do caso de Arapongas, há o de São Sebastião, Porto Alegre, como mostra Martiny (2010), além de muitos outros pelo interior do Brasil.

As divergências entre a família Brito e o Pe. José Alves Pitangueira (quem ensinou latim para Tobias Barreto) nasceram a partir da eleição em 1868, por ser ele um dos candidatos eleitos e que obteve absoluta dos votos, podendo exigir o cargo da presidência da Câmara, cargo até então equivalente a prefeito. André Brito aproveitou a formatura do seu filho Benildes e reivindicou a sua para Juiz de Direito em Arapongas, com as prerrogativas de chefe político do Peba, tendo à frente os Brito e Saraiva. Como ferrenho adversário, o Cabaú contava com as figuras de Cel. Isaías Fraga, Cel. Pedro Carvalho, José Silveira, Dr. Herculano Poxim, Cel. Bernardo Almeida e o padre Francisco de Souza (DANTAS, 2004).

O Peba, em Arapongas, recebia apoio incondicional do Dr. Benildes Brito, que na qualidade de Juiz de Direito dava poderes aos filiados para agirem como bem quisessem, porque na cartilha do meritíssimo Juiz, bem como no seu vocabulário, não se conhecia a palavra meio-termo. Depois, vinha Vinícius Romero, que na qualidade de forte negociante, tinha ainda o domínio absoluto sobre os portugueses que moravam em Lagarto – e não eram poucos. Do outro lado, fermentava a ira e o ódio publicamente revelados dos que recebiam a sigla de Cabaú pelo grupo já citado no parágrafo anterior.

Por que coronéis? Pereira de Queiróz (1976) afirma que, apesar da passagem do Império à República, a estrutura econômico-política persistia, e com ela persistiam os “coronéis”, apelação que datava já do Império. De onde vinha o título marcial? Havia se originado dos títulos da Guarda Nacional, criada pouco depois da Independência para defender a Constituição, para auxiliar na manutenção da ordem prevenindo as revoltas, para promover o policiamento regional e local. Os chefes locais mais prestigiosos automaticamente ocupavam os postos mais elevados, eram “coronéis”, ou “tenentes-coronéis”; seguiam-se nos postos de majores, capitães, etc. outros chefes não tão importantes, tendo sob suas ordens todos aqueles que não tinham meios de ocupar melhores posições. Extinta a Guarda Nacional, pouco depois da Proclamação da República, persistiu, no entanto, a denominação de

“coronel”, outorgada espontaneamente pela população àqueles que pareciam deter entre suas mãos grandes ou razoáveis parcelas de poder econômico e político.

Com a morte de André Brito em 1894, começava a ruir o império dos Brito, porque mesmo já em regime republicano, Dr. Benildes, não dispendo da autoridade antes possuía, negava-se a aceitar a derrota, fazendo valer seu título que nenhum poder mais representava. Quando por ocasião da formação dos partidos, antes conhecidos por núcleos, a quase totalidade dos araponganos enfileiraram-se situacionismo, uma vez que os antigos Pebas, representantes da antiga forma de governo, não dispunham de condições para se apresentar como defensores do povo (DANTAS, 2004). Com isso, os Cabaús, antes sofridos e esmagados, galgaram o poder e na medida do possível foram repelindo seus adversários. O chefe político dos Cabaús, o Cel. Isaías Fraga, que ao lado tinha Monsenhor Bragança, Cel. Bernardo Almeida e tantos outros, teve a ventura de ver instalada a democracia em terras do Brasil. Suas qualidades políticas, entretanto, não correspondiam ao que representava: senhor de engenho e de escravos. O engenho São José do Piauí, que foi dado por dote a Isaías Fraga, a pertencer aos currais dos Fraga (DANTAS, 2004).

Apesar desse fato, a economia em Arapongas sempre girou em torno da pecuária e da criação de fumo e algodão, apesar de ter seus próprios engenhos (como Dira, Lomba, Raspador, Barra, Passagem, Santo Antônio, São Carlos, Tijuca, Escurial, Guindaste e outros de menor porte) ao contrário de outras cidades sergipanas que são conhecidas pelos seus engenhos, como Laranjeiras, Santa Luzia do Itanhhy, e Itaporanga d’Ajuda, que tem em sua história, os Barões de Itaporanga e de Estância (pai e filho), sendo o primeiro, sogro do Coronel Sebastião Boto, que segundo Leandro e Santos (2010) foi um dos primeiros a acionar estratégias matrimoniais para aumentar o seu capital político. Segundo Almeida (1991), calcula-se que em 1856 existiram mais de 566 propriedades de gado em Sergipe, a maioria delas em Arapongas, Itabaiana e em Tobias Barreto (Campos). No ano seguinte, fala-se em 927 proprietários com um rebanho em torno de 17.869 cabeças de gado. Apesar de que nesse período, o cultivo da cana-de-açúcar e de algodão predominava na economia sergipana (Almeida, 1984). Até 1985, Sergipe tinha mais de 1 milhão de cabeças de gado.

Um dos fatos que marcaram a história política de Lagarto, como também de Sergipe, foi o assassinato do Juiz de Direito Filomeno Vasconcelos Hora, em 1902, em plena feira municipal em Arapongas, durante o governo de Josino Menezes, que dava continuidade ao

governo de Monsenhor Olimpio Campos. A primeira notícia é dada de Lagarto, sem assinatura do seu autor, e já comentando a nota divulgada pelo jornal *Momento*<sup>4</sup>:

A notícia do bárbaro assassinato do Juiz de Direito de [Arapongas], o inditoso amigo Joaquim Sampaio, divulgada em boletim de “O Momento”, abalou violentamente a população desta cidade. O desgraçado acontecimento, que há de repercutir dolorosamente até os extremos do País, excitou no povo, que viu nele um crime do Governo, sentimentos de indignação, de pasmo, de tristeza, e cheio de pavor e sinistros presságios, diante de tão horroroso acontecimento, apontou como mandante do crime o Padre Francisco de Souza, mancomunado com o Padre Olympio Campos e o Sr. Josino Menezes, Presidente de fato, deste infeliz Estado. Sim. Se uma gota de sangue generoso de Joaquim Sampaio polui a mão do inconsciente mandatário, condena ao desprezo das consciências puras e à execração dos pósteros, os perversos mandantes. O povo tem razão. Um governo que escolhe para os seus soldados os mais célebres criminosos do Estado e dos sertões vizinhos; que anulando a autonomia principal, anda braço a braço com os seus soldados, o conhecido assassino Severo e outros, impedir no Rosário e em outros municípios, onde o poder municipal está nas mãos dos nossos amigos, a cobrança dos impostos; que manda o conhecido facínora Severiano expulsar da comarca de Propriá, o respectivo Juiz de Direito; que manda retirar na sala do júri no Siriri, por um cabo de polícia, um réu posto à disposição da autoridade judiciária; que manda a polícia invadir a casa do comercial Alvino Cardoso, e dela arrastar um pobre trabalhador com ordem de trazê-lo morto ou vivo; que procura inocentar dois soldados da sua polícia, bárbaros autores do assassinato do infeliz Ciriaco, agregado do nosso adenodado amigo coronel Firmino, de Itaporanga; que manda apunhalar o nosso preclaro amigo Dr. João Ferreira e galardoa os vis mandatários, todos ainda soldados de polícia; que manda agredir, a luz do dia, numa das ruas principais da cidade, por soldados de polícia, o Tenente Coronel Raymundo Ribeiro; que manda a polícia insultar, esbofetear e prender oficiais superiores da Guarda Nacional; que manda um sargento de polícia desrespeitar o delegado da Capela e sobrepor-se a esta autoridade; que manda soldados de polícia, capitaneados pelo Padre Francisco de Souza, o bárbaro mandante do mais revoltante assassinato político que se tem dado no País, varejar casas particulares, ameaçar e espancar os nossos amigos, na vila de Buquim; que manda soldados de polícia e assassinos, por meio de tremendas ameaças, impor aos nossos amigos de Nossas Senhora das Dores, as renúncias dos cargos de Conselheiros Municipais; que ordena aos soldados o espancamento dos presos; que deixa impune o Tenente Eloy e os soldados sob o seu comando, autores do espancamento e roubo de 200\$000 (duzentos mil réis), de que foi vítima Pedro de Alcântara; que manda cercar e espionar por soldados de polícia, as casas dos seus adversários; que manda por soldados de polícia as dez horas da noite, levar o terror ao seio das famílias dos seus adversários, já disparando carabinas, já riscando com os sabres, por baixo das portas, já atirando projéteis sobre os telhados das casas; que manda impedir, por soldados de polícia, de carabinas embaladas, a entrada no Palácio da Assembleia, dos deputados legítimos; que finalmente converte os soldados de polícia em agentes da desordem e do crime, e educa-os no desrespeito ao princípio da autoridade, não pode absolutamente eximir-se a gravíssima responsabilidade de todos os ataques à propriedade, a honra e a vida dos nossos coestaduanos. Foi o Sr. Josino Menezes, na sua inconsciência de caixeiro do Padre Olympio Campos, que outra coisa tem feito senão incitar o crime, o desrespeito ao princípio da autoridade, protegendo assassinos desconhecidos e galardoando criminosos. Que outra coisa tem feito S.S., senão espalhar o terror e anarquizar o Estado, a fim de impor-se?

---

<sup>4</sup> Retirada do artigo publicado no site “Serigy”, de autoria de Luiz Antonio Barreto. Encontrado no link <<http://clientes.infonet.com.br/serigysite/includes/serigysite/329/LIBERIODESOUZAMONTEIRO.doc>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

O Governo Josino Menezes fez publicar notas, lamentando os fatos e prometendo providências contra os assassinos. A circunstância, contudo, de estarem envolvidos dois irmãos e um filho do Dr. Libério de Souza Monteiro, já afamado Juiz de Direito, baixou o ânimo das pessoas. A família, que teria o irmão Vicente Sampaio, o cunhado João Vilela e muitos parentes, dentre eles Emanuel Queiróz, três magistrados que seriam desembargadores e teriam renome no Judiciário sergipano, não teve muito que fazer. Os filhos conquistaram mais tarde posições destacadas, como Joaquim Sampaio Filho, dentista, no Rio de Janeiro, e Vicente Sampaio, médico, em Aracaju. Com esse caso, vê-se claramente o papel do mandonismo e a atuação do chefe político demonstrando quais eram as condições da vida política. O interessante dessa notícia é que, além de narrar o ocorrido em Arapongas, narra também fatos de outras cidades de Sergipe, mostrando assim que a atuação do chefe político não só se mantém nas fronteiras municipais, mas abarca todo o estado.

O Cel. Isaías Fraga veio a falecer em junho de 1908, com 67 anos. Suas propriedades ficaram abandonadas, uma vez que seus filhos eram jovens demais (entre eles Hermenegildo, que depois teve em suas posses o engenho “Piauy”) para administrá-las. A produção de açúcar que já havia declinado em virtude das perdas dos escravos para abolição deixou os cofres da família vazios. Em seus últimos anos de vida abandonou a política passando o comando para seu fiel amigo Cel. Bernardo Almeida (DANTAS, 2004).

A amizade e o reconhecimento do Cel. Bernardo eram fortes e, em homenagem ao seu amigo, colocou o nome de um dos seus filhos de Isaías. A fatalidade para sua infelicidade veio com a morte prematura do garoto. Nasceu um segundo filho e novamente homenageou seu amigo com o mesmo nome. Enquanto Bernardo Almeida organizava a política, o Monsenhor Olímpio Campos encaminhava Hermenegildo, filho do Coronel Isaías, ao seminário na esperança de torná-lo um sacerdote. Mas logo viu que sua vocação não estaria ali e liberou o jovem de volta à terra natal. O velho amigo do pai passou a orientá-lo onde fosse necessária a presença de alguém mais experiente, até o dia que se tornasse maduro para organizar sua vida. Cel. Bernardo solicitou ao amigo Monsenhor Olímpio Campos que fizesse gestões junto ao Presidente Dr. Josino Menezes, para que Hermenegildo fosse nomeado escrivão da Secretaria de Arrecadação de Impostos do Estado (DANTAS, 2004).

Atendido ao pedido, ocupou ele, por pouco, as funções, preferindo voltar ao engenho Piauí e tentar levantar o patrimônio legado por seu pai. Hermenegildo era hóspede semanal do seu amigo Hipólito quando no domingo deixava o Piauí e ia para Arapongas. Hermenegildo, a essa altura, já aprendera a arte da política, tornando-se conhecido e frequentemente articulava

movimentos políticos em torno de si. Nesse período, o Cel. Bernardo comandava Arapongas tendo como prefeito Joaquim Silva. Posteriormente Hermenegildo chegou a ser prefeito de Arapongas, com apoio da família Brito, já com os Pebas sendo dissolvido, entre 1926 a 1930 (DANTAS, 2002).

É interessante recorrer ao termo que Pereira de Queiróz (1979) e Lewin (1993) utilizam para tratar dessas relações entre famílias e afins: a base familiar. Com ele, é permitido observar para além das ditas “oligarquias familiares”, pois essas famílias não agiam sozinhas, até porque era necessária a ampliação de suas redes e contatos, e o chefe político precisava desses recursos caso quisesse permanecer no poder. No caso de Arapongas, quanto ao grupo Cabaús, fica evidente essa rede de base familiar, pois não se tratava de um coronel enquanto único chefe político, mas de um grupo de coronéis que acionavam os seus apadrinhamentos para dar seguimento ao poderio do grupo. Obviamente há desavenças que podem aparentar supérfluas, mas que para a política, demonstra que alguém não honrou com o acordo.

Dito isso, especificamos a quebra de aliança entre Hermenegildo e Bernardo após a visita do então Presidente do estado Manoel Dantas, o que causou o rompimento entre ambos, fazendo com que Hermenegildo recebesse o apoio do opositor de Manoel Dantas, Graccho Cardoso; e Bernardo recebeu o seu pedido de aposentadoria e teve carta branca para atuar como representante de Manoel Dantas. Todavia, isso não ocorreu muito bem durante as eleições locais; Hermenegildo apresentou Ambrósio Cardoso, enquanto Bernardo seguia com Joaquim Silva. No decorrer da campanha houve uma série de acontecimentos por parte dos seguidores de Hermenegildo, uma vez que o Dr. Isaque Fraga fora nomeado Juiz de Direito da comarca e tudo fez para que o candidato do seu primo saísse vitorioso. A polícia que estava a serviço de Hermenegildo, segundo relatos, se utilizava das agressões para poder controlar e manter o nome do seu chefe político. Todavia, essa eleição teve como resultado o empate, sendo que no final ambos assumiram o cargo, mas quem teve o nome de prefeito foi Porfírio, com o aval do Juiz de Direito Enoque de Castro (DANTAS, 2002).

Após a vitória do candidato de Hermenegildo, ele teve todo o controle político de Arapongas durante a Era Vargas na década de 1930, sendo os interventores indicados por ele, e o período que antecedeu o regime militar também teve o seu aval, trazendo outro chefe político, Saturnino Barbosa, que inicialmente esteve ao seu lado, só que por problemas, rompeu com o Cel. Hermenegildo, criando outra ala na política de Arapongas (DANTAS, 2013). Hemenegildo só teve um mandato como Intendente em Arapongas (DANTAS, 2013),

entre 1926 e 1930, e Saturnino conseguiu dois mandatos, já com a nomenclatura Prefeito, entre 1958 e 1962, e depois entre 1970 e 1974, em que também este último chegou a ocupar o cargo de governador do estado durante seis meses, anteriormente ocupando o cargo de vice-governador do estado antes de se tornar prefeito do município. Durante esse período entre os seus mandatos, eles não deixaram de estar à frente de seus grupos. Os intendentess e prefeitos que sucederam Hermenegildo e antecederam Saturnino estavam aos seus lados, mantendo sempre a oposição dos dois grupos. Era feito um revezamento no que concerne ao mandato municipal principal, mas isso não queria dizer que esses passavam a dominar os seus grupos. Pelo contrário, continuavam sendo submissos aos mandos de Hermenegildo e Saturnino, que faziam valer suas posições de chefes políticos locais para cooptar novos figurantes que posteriormente viriam a ter mais espaço no cotidiano da política em Lagarto, como será comentado no tópico seguinte.

Como se trata de uma cidade do interior do estado, para introduzir-se na rede política, é necessário o vínculo consanguíneo ou não com pessoas ligadas ao domínio político: “as análises sobre a política em cidades pequenas mostram que a ausência de parentesco ou de aliança com famílias ligadas ao poder praticamente exclui a possibilidade de um novato ser bem sucedido politicamente” (KUSCHNIR, 2000, p. 57), justificando então uma necessidade dessas famílias no poderio político. Por isso é importante dar espaço aos apadrinhados como também aos parentes que não são consanguíneos.

### **2.3 Reorganizando a parentela em novos contextos políticos**

Tendo o golpe de 64 entrado em vigor, houve a instauração do bipartidarismo em todo o território nacional com a edição do Ato Institucional nº2 (AI-2)<sup>5</sup>: Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Nos locais em que o MDB não tinha representatividade, a Arena se dividia em Arena I e Arena II, como foi o caso em Arapongas e outras cidades do interior como Tobias Barreto, Ribeirópolis, em que a oposição encontrava-se dentro da própria Arena, representada pelos antigos chefes políticos que dominavam a cidade. Assim, surgem a Arena I e Arena II, representadas respectivamente

---

<sup>5</sup> AI-2 veio composto por 33 artigos que estipularam o uso definitivo das eleições indiretas para presidente, a dissolução de todos os partidos que atuavam na época e a ampliação do número de ministros do Superior Tribunal Federal. Além disso, o AI-2 ampliou os poderes do presidente ao determinar que ele poderia decretar 180 dias de Estado de Sítio sem a aprovação prévia do Congresso Nacional. Paralelamente, os outros artigos autorizavam a intervenção nos cenários políticos estaduais, a demissão dos funcionários que não se adequassem ao novo governo e a emissão de decretos e complementos relacionados aos assuntos ligados à segurança nacional.

por Hermenegildo Fraga e Saturnino Barbosa, que posteriormente serão representados por Miguel Ferreira Filho (Ferreirinha) e Jonas Vieira. Como forma de separar as “Arenas”, a população busca uma nova identificação para tais partidos, que seriam o Cochara (Arena I) e o Matamatá (Arena II); em Aracaju o MDB tinha seus representantes, embora não em grande prestígio (DANTAS, 1989).

Além da extinção do pluripartidarismo, o governo impunha a eleição indireta para presidente e vice-presidente. Seguia-se uma enxurrada de leis regulamentando a formação dos partidos e disciplinando a realização das eleições sem quaisquer participações efetivas do Congresso. O bipartidarismo era visto como solução para conseguir base parlamentar sólida e as reformas desejadas. Ou seja, o Executivo esperava subjugar o quadro partidário em um processo de polarização explicitada, na medida em que poderia distribuir suas sanções a atores plenamente identificados. Ocorreu a extinção dos partidos existentes, como o PSD e a UDN, dando espaço para o surgimento da Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido representado pela situação, o qual dava sustentação ao governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição.

Essa não existência do MDB em Arapongas, como em outros municípios do estado, se deve às relações que os principais chefes políticos do município tinham com a família Franco, que nesse momento da ditadura conseguiu aumentar sua participação política. Esse poderio chegou até aos dias atuais, pois independentemente do pluripartidarismo e da ocupação ou não de cargos eletivos, essa família ainda consegue estar à frente da política estadual articulando, direta ou indiretamente, com os principais grupos políticos de Sergipe. Assim, com o passar dos anos, ao alterarem os cargos, chegando à política de bastidores, a família Franco continua sendo uma importante mediadora na política sergipana, conseguindo se manter viva politicamente mesmo sem que seus integrantes estejam ocupando cargos eletivos, contribuindo com seu nome familiar para as campanhas de diversos políticos pelo estado afora<sup>6</sup>.

Em 21 de abril de 1963, Ferreirinha toma posse frente ao executivo municipal, despontando-se naquele momento como uma terceira força política na cidade. Era a chamada ala independente, apesar de sua origem referir-se diretamente à liderança de Saturnino Barbosa, líder mor da UDN em Arapongas, mas alheia, a partir de então, aos dois líderes políticos tradicionais. Ferreirinha, como é conhecido até hoje, iniciou sua vida pública na eleição municipal de 1954, quando Saturnino Barbosa (UDN) candidatara-se a prefeito e o

---

<sup>6</sup> Esse fato será mais bem explorado no doutorado com o projeto aprovado sob o título “Em nome da família: os usos de relações de base familiar para a política”, aprovado na seleção para a turma de 2016.



convidou para ingressar na política, primeiro acompanhando-o em eventos políticos e depois se candidatando a vereador. Nessa eleição, ambos saíram vitoriosos: Ferreirinha foi eleito vereador e Saturnino prefeito.

Na eleição seguinte, 1958, ainda pela UDN, aos trinta anos de idade, Ferreirinha resolveu ir mais além se candidatando a deputado estadual, juntamente com seu líder mor de então que pleiteava o cargo de vice-governador. Mais uma vez os dois conseguem êxitos: Ferreira Filho vai para a assembleia legislativa e Saturnino é eleito vice-governador, e entre o período de 6 de junho de 1962 a 31 de janeiro de 1963 assume em definitivo o executivo estadual, em decorrência da desincompatibilização de Luís Garcia, que se candidatara a senador na eleição de 7 de outubro de 1962. A sucessão municipal de 1962 iria reunir alguns atrativos até então não muito comuns no município, o principal deles, sem dúvida, foi o surgimento de três candidatos a prefeito, quebrando, desse modo, uma tradição partidária de poder entre dois grupos. Para ter uma noção exata da especificidade desse acontecimento, basta mencionar que além da eleição de 1962, onde três candidatos concorreram, somente na eleição de 1988 a sucessão municipal foi decidida por mais de dois candidatos. Nesta, além das candidaturas dos dois grupos tradicionais, surgiram as candidaturas do PT e do PDT (recém-criados no município, assim como no Brasil, após o fim da ditadura militar), fato que será comentado mais à frente.

Os três personagens que se apresentaram como candidatos a prefeito nessa eleição dispunham de reais instrumentos que lhes credenciavam a possibilidade de vitória: um, Josué Avelar (UDN), foi apoiado por Saturnino Barbosa e pelo seu aliado, o prefeito Antônio Avelar (UDN); o segundo, Ivan Seixas (PSD), era apoiado pelo influente coronel Hermenegildo Fraga; e o terceiro candidato era Miguel Ferreira Filho, discípulo político de Saturnino, que acabara de romper relações com este e integrara-se ao PRT. Ferreirinha, através de retórica objetiva e com bastante apelo popular, pregava o discurso de renovação na política municipal, dizendo ser “a salvação do povo” e estava tendo eco após dois sonoros mandatos: como vereador (1954-1958) e como deputado estadual (1959-1962). Foi a partir dessa eleição que a participação de Hermenegildo foi diminuindo, mas, ainda assim, sua palavra tinha valor e peso. Logo, com o rompimento de Ferreirinha e Saturnino, o poderio político de Arapongas não estava mais somente entre dois chefes políticos, mas um apadrinhado apareceu para conquistar seu espaço. Como pode ser visto essa vitória política de Ferreirinha só foi possível graças ao crescimento de suas relações políticas por meio,

primeiramente, da sua entrada na rede de Saturnino Barbosa e, conseqüentemente, o desenvolvimento do seu capital político e social.

Essa eleição aparentava ser bastante tumultuada, o que levou o TRE a determinar o envio de tropas federais para garantir a realização do pleito, como é feito até os dias atuais, principalmente nas eleições municipais. Ferreirinha reagiu a essa notícia com certo clima de alegria, já que dias antes na Assembleia teria dito “estar sendo enxovalhado” pelos seus opositores, e se não fosse enviado reforço policial, temia maiores complicações durante a realização do pleito. A trajetória política de Ferreirinha foi, até aquele momento, amplamente vitoriosa. Após conseguir, em duas eleições consecutivas, se eleger como vereador e como deputado estadual, entraria para essa disputa, no mínimo, fazendo muito barulho e com “muita agilidade política”. E sua presença também se fazia sentir na imposição da força. De qualquer forma, o fato é que pelo menos no imaginário coletivo, ele também se impusera sobre esse aspecto. Tudo isso contribuiu para expansão da fama de ser um político polêmico.

Contudo, o resultado da eleição foi decidido dias após a realização do pleito por meio de julgamento do TRE, confirmando a vitória do candidato udenista Josué Avelar, que ganhou a eleição com apenas trinta votos de vantagem sobre Ribeirinho. Todavia, o PSD também entraria na discussão em 6 de dezembro de 1962 a partir de recurso junto ao TRE contra a diplomação do prefeito eleito, mas esse tribunal ratificou a vitória da UDN na sucessão municipal. O prefeito eleito veio a falecer dias depois de ter assumido o cargo executivo em 21 de janeiro de 1963. Há relatos dos aliados de Saturnino Barbosa de que a morte foi devido ao “terrorismo verbal” feito por Ferreirinha. Logo, uma nova eleição foi realizada, entre Ivan Seixas (PSD) e Ferreirinha (PRT), consagrando este último vitorioso com uma diferença de 1525 votos. Assumindo a posição de prefeito uma semana após, deixando o cargo em setembro de 1966 quando retornaria à Assembleia Legislativa, e Saturnino retorna ao cargo de prefeito do município e é precedido por Benedito Ferreira, que era aliado de Saturnino, mas rompe para se aliar a Ferreirinha, seu irmão.

Todo esse relato demonstra como a dinâmica política de Arapongas permanece a mesma até os dias atuais, pois sempre são os mesmos grupos políticos e seus aliados que revezam os postos eletivos, consolidando e reafirmando o que Pereira de Queiróz (1971) e Lewin (1993) colocavam acerca da necessidade de os chefes políticos não se aterem somente às suas famílias, mas darem espaço aos seus “afins”. Com isso, é pertinente usar a noção de redes principalmente na política, porque a política sergipana (a brasileira de um modo geral, como estudos que serão mencionados mais à frente poderão afirmar) se fez e se consagrou

como uma política de base familiar, não somente de uma família, mas de várias famílias com seus agregados, ligadas por diversos aspectos, seja pelo elo econômico, matrimônios, ou outros interesses em comum, que se aliaram para ter a possibilidade de comandar um determinado local (povoados, cidades, estado).

Chega a década de 1970, e no final desta, as denominações são alteradas: os grupos políticos passam a ser identificados como Cochara e Matamatá, em que os representantes ainda detinham características fortes do decadente coronelismo. Essa nomenclatura veio de uma novela da Rede Globo, todavia, essa mudança se deve porque, como já havia mudado os chefes políticos, a população via a necessidade de fazer referência aos grupos, que já não eram os mesmo no tempo de Saturnino e Hermenegildo. Sendo transmitida na mesma época e a identificação dos atores políticos e sociais pelas suas próprias características e com as dos personagens e grupos fictícios, foi mais fácil a nova nomeação.

Os ditos “coronéis” não detinham o cargo político em suas mãos. Entretanto, esses não só influenciavam como também patrocinavam os seus sucessores, já que para ser candidato era preciso ter muito dinheiro<sup>7</sup>. A utilização do paternalismo e do assistencialismo, por si só, não eram suficientes, vez por outra se fazia necessária uma aparição pública, corpo a corpo ou através da imprensa escrita. Mostrar as habilidades do candidato tornou-se fundamental para uma maior persuasão daqueles que ainda estavam indecisos, e até mesmo a confirmação da paixão existente em seus eleitores.

Apesar de haver, segundo relatos das entrevistas feitas para esta dissertação, “perseguições”, “abusos de autoridade”, dificilmente alguém ficava “em cima do muro”, pois, em sua maioria, a cidade estava imbuída de todo um tradicionalismo, o qual perdura hoje. Não obstante, essa “paixão” moldou a política arapongana, de forma que não se via siglas partidárias sem o acompanhamento do Cochara ou Matamatá, O coronelismo deixou sua marca através dos tempos. O amor pelos grupos nessa população não se contentou apenas com a identificação com cada grupo, mas, sim, em lutar, fazer representar-se por cada um deles, passando de geração em geração e que, de tão exigente, famílias não se relacionavam com outras caso fosse do grupo opositor, onde também os próprios filhos não podiam manter amizade ou até mesmo namorar caso fosse do Matamatá e a outra pessoa fosse do Cochara, e vice-versa.

Algo que era comum e seguido à risca, era a não mistura entre grupos, ou seja, quem era Matamatá não poderia em hipótese alguma se relacionar com alguém do Cochara.

---

<sup>7</sup> A figura do coronel típico: chefe político, proprietário de terras, de imóveis, comerciante, médico, advogado; homem rico, poderoso, abastado financeiramente (DANTAS, 1987).

Todavia, como a política existe através de acordos e desacordos, essa característica foi deixando de fazer parte como será visto mais à frente. A paixão política dos cidadãos araponganos era considerada até irracional, não que esse fenômeno seja irracional por completo. Irracional por não ter embasamento ideológico, mas somente guiados pela paixão pelos grupos e seus líderes chegando a ser comparado a times de futebol<sup>8</sup>.

Somente em 1982 aconteceu o embate mais esperado desde o surgimento dos grupos políticos – Matamatá e Cochara. Até então, Jonas Vieira só apoiava os representantes do Matamatá, o qual comandava; estava saindo de um discreto mandato de deputado estadual e após algumas tentativas sem sucesso, finalmente conseguiria candidatar-se a prefeito; mas, no ano de 1982, ele enfrenta o Ferreirinha. Este último era seu primeiro pleito após a cassação de seu mandato parlamentar. E pela nova conjuntura partidária, o partido escolhido por ambos agora era o PDS, o único a participar da eleição, e como os dois não podiam ser candidatos em uma única legenda, a exemplo do que aconteceu em muitas outras localidades, a solução era subdividir o partido situacionista. Assim, Miguel Ferreira Filho e Geraldo Silva (um proprietário de farmácia no município) ficaram no PDS I; Jonas Vieira e Antônio Avelar, que já tinha sido prefeito, acomodaram-se no PDS II. O Cochara perde pela primeira vez uma eleição.

Para Dantas (2004), a explicação para esta derrota foi a relação entre Artur Reis com o público urbano que, conseqüentemente, seria mais instruído, e que crescia na cidade de Lagarto nos anos de 1980. A população da cidade naquela época era de 52% contra 48% da zona rural. Entretanto, a instrução não consegue responder ao crescimento da participação da zona urbana e, com isso, podemos colocar mais uma vez em foco a noção de redes de Pereira de Queiróz (1971), pois quando a parentela necessita se ampliar e quando não consegue mais dar conta do local a que pertence, ela necessita buscar novos contatos para além. Logo, ao ter mais contatos no meio urbano, e conseqüentemente a facilidade do acesso da zona urbana com a política eletiva e não tanto com a política “assistencialista” mais efetiva na zona rural contribuiu para a vitória do grupo Saramandaia.

O conteúdo elementar da eleição anterior se repetiria acentuadamente nesse novo pleito: Ferreira filho se autodenomina o representante dos pobres. No último comício da campanha realizado na Praça da Piedade, em um emocionante discurso, dizia que “se fosse eleito, construiria a Praça do Bolachão”, uma apologia aos mais necessitados. Por outro lado, Jonas do Falcão era tido como candidato dos mais favorecidos, tendo visto que era apoiado

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida pelo Cabo Eleitoral 7, realizada no dia 6 de outubro de 2015.

pela maioria das pessoas influentes economicamente da cidade, onde ele era um grande empresário e bastante relacionado com pessoas do mesmo patamar, porém, pregava o discurso de “que Arapongas voltaria à normalidade”, em uma ofensiva ao opositor que era acusado de “desordeiro”, e a sua campanha era, até certo ponto, agressiva – um dos seus jingles políticos dizia: *agora tá tudo mudado durante essa eleição, é um tal de pinto pelado* [referindo-se à calvice de Ferreirinha] *correndo com medo do gavião* [referindo-se ao apelido de Jonas Vieira, Jonas do Falcão]”<sup>9</sup>.

Durante o processo eleitoral, todos os ingredientes do fenômeno do clientelismo estavam presentes em ambas as candidaturas. Nos três últimos dias antes do pleito cria-se um clima tenso a exemplo do que acontece em todos os pleitos: na cidade espalha-se o comentário de que o um candidato está distribuindo dinheiro e/ou presentes aos eleitores e isso faz com que o grupo adversário saía à procura desse candidato para impedir tal atitude, para isso utiliza os mais variados métodos, desde furar o pneu do carro que executará esse serviço ou se apresentar com arma para impedir que o doador distribua “o presente ao eleitor”.

Mas o pleito de 1988, o primeiro após o fim efetivo da ditadura militar, traria alguns elementos novos na política municipal. Um deles foi o surgimento de outras candidaturas além das tradicionais do Cochara – Ferreirinha e Augusto Couto (PMDB), do Matamatá, José dos Passos (Zezé Almeida) e Mário Vieira (PFL): Salustiano Gomes e Hermano Santos (PT), e João de Sant’anna e Eraldo Cardoso (PDT). Era a primeira eleição após a de 1962 em que concorreriam mais de dois candidatos, contudo, os candidatos do PT e do PDT não somariam mil votos diante de um universo composto por mais de 30 mil eleitores. Outro elemento foi o surgimento de mais partidos, além daqueles, por meio da reabertura política que o País passava.

Tal fato fez existir pela primeira vez no município coligações entre partidos. A chamada redemocratização do País fazia-se sentir no município, pelo menos se a considerá-la em criação de partidos. Assim, Zezé Almeida encabeçou a Coligação Aliança Liberal Trabalhista, composta pelos partidos PTB, PDC, PL, PFL e PSB; Ferreirinha estava à frente da Coligação União Progressista Democrática, composta pelos partidos PDS, PJ, e PMDB. Ambas as coligações eram para prefeito e vereador. Desta forma, a política local viria a conhecer outros partidos além de UDN/PSD, Arena I/II, PDS I/II; entretanto, o peso

---

<sup>9</sup> Série Grandes Líderes, vol.1, organizado por Claudefranklin Monteiro.

fundamental era dado pelos partidos aos quais os dois líderes políticos dos grupos rivais, Ferreira Filho e Jonas Vieira, e neles, estavam suas principais lideranças políticas.

Após a derrota de Ferreirinha, o grupo Cochara só ganharia mais duas vezes as eleições: em 1992, quando Cabo Antônio, irmão de Ferreirinha, se elege; e em 2008, na vitória de Jonas Oliveira, que na época fazia parte do grupo Cochara. A derrota de Ferreirinha, em 1982, pode ser considerada o declínio do grupo político Cochara (que mesmo colocando dois prefeitos no poder: 1992-1996 e 2009-2012, não se reelegem); e a hegemonia do Saramandaia, que já elegeu Zezé Almeida (1988-1992), Mário Vieira, (1997-2002), Zezé Almeida mais uma vez (2002-2008) e Vagner Freire (2013-2016), se estabelece.

## **2.4 Ribeiros *versus* Reis: um jogo entre parentelas, alianças inesperadas e a “voz do povo”**

Além da nova configuração na política em Arapongas, outro fator iria contribuir para uma mudança significativa na história do município: a chegada das emissoras de rádio AM e FM<sup>10</sup>. Um veículo de comunicação importante, pois muitos ainda não tinham as grandiosas televisões e, tendo uma emissora local, podiam-se transmitir os acontecimentos tanto na cidade como no seu interior. Com frequência eram vistos debates políticos entre as facções políticas Cochara e Matamatá nas praças escolhidas para tais “eventos”. Todavia, foi em 1983 que o palco das discussões mudaria; surgiria, então, a primeira emissora de rádio da cidade, a Conquista AM (implantada pelo grupo dos Matamatá) e, no ano seguinte, foi instalada a Nova Aliança FM (do grupo Cochara). A partir daí, os palanques desses políticos se estendem às emissoras radiofônicas.

Durante o final dos anos de 1970, João Paulo Góes, que no momento era um dos grandes empresários do município, foi comunicado pelo então diretor da empresa paulista Vigorelli que o Ministério das Comunicações tinha colocado Lagarto na lista dos municípios que poderiam receber uma emissora de rádio. Para isso, deveria ser formada uma equipe para, assim, valer a concorrência, sendo essa equipe formada por alguns empresários do município. Assim, foi pedido para que além do diretor paulista e do empresário arapongano, fosse formado um grupo com mais quatro pessoas. E em 1983, surge a primeira rádio da cidade, numa sociedade formada por alguns empresários, tais como Luiz Salgado, Estevão Andrade, o líder do Saramandaia, Jonas Vieira e Afonso Bomtempo.

---

<sup>10</sup> A diferença entre rádios AM e FM é que a primeira consegue ter um alcance maior, já a segunda é sujeita a menos interferência causada por ruídos ou emissões de estações de TV, rádio, etc.

No mesmo tempo em que João Góes montou sua equipe, Antônio Ferreira, Cabo Antônio, procurou também concorrer a uma rádio AM, mas perdeu para o grupo do Matamatá. Já em 1984, a história muda para o lado do Cochara, até então sem emissora: surge a primeira emissora FM da cidade, a Eldorado, com Ferreirinha e Cabo Antônio no seu comando. Esse feito foi realizado através das relações políticas entre Ferreirinha e do então governador do estado, Augusto Franco.

A partir da criação das emissoras de rádios, os grupos políticos Matamatá e Cochara, que já tinham um grande embate político, partiram então para a utilização dos seus veículos de comunicação como forma de dar maior voz aos seus grupos e seus líderes. Esses veículos têm uma programação mista que mescla programação musical com a jornalística. A emissora Nova Aliança, assim que foi inaugurada, fugiu dos padrões das FMs que surgiram na década de 1980, que eram estritamente musicais. Nela, além de programas musicais, foi inserida também programação jornalística, destacando-se os comentaristas, que emitiam opinião sobre os mais diversos assuntos. Mesmo assim, nada impediu de utilizarem suas emissoras para levar às casas dos ouvintes mais do que programas jornalísticos ou musicais.

A disputa pelas emissoras foi além dos bastidores. O sentimento caloroso que a política emana em Arapongas toma conta da população, fazendo com que ela aumente mais ainda esse acirramento entre os grupos. Algo comum que é praticado até os dias atuais são as “disputas de som”: cada vizinho ouve a sua emissora com o volume mais alto que puder, em uma tentativa de mostrar o poderio político, seja em frente de suas casas com os carros ligados com o som, ou nos bares e praças. “Tem que estar dois, um ligado na Conquista, o outro na Nova Aliança, [...] isso é um fato que acontece, ainda hoje, na política de Arapongas”, conta um de nossos entrevistados.

Pode-se pensar que essas estações de rádio seriam um espaço para o surgimento de novos atores políticos, por exemplo, os radialistas. Todavia, por se tratar de grupos que são rigorosos tanto com a entrada como também com o lançamento de candidaturas, não se torna fácil a participação dos radialistas dessas emissoras nos cargos eletivos do município, apesar de que alguns tentaram o pleito, como o antigo radialista da Nova Aliança FM, Wilson Carvalho, que não obteve sucesso. Por mais que a utilização de emissoras de rádio para o viés político seja, de certa maneira, “ilegal”, esse fato ocorre naturalmente também nas emissoras comunitárias. A emissora de rádio Vale FM conta em sua programação com programas de apelo político e até o próprio diretor se lança em todos os momentos como possível candidato a algum cargo político, ou declara o seu apoio a algum grupo. Isso serve de exemplo para o

tipo rígido de poder fazer política por meio desses grupos; não são todos aqueles atores que almejam se candidatar que conseguem, independente da liberdade que há nos partidos políticos, pois esses são direcionados e coordenados pelos integrantes dos grupos.

Para Canedo (2002), designar a política como a atividade principal de uma vida implica considerar as diferentes maneiras de entrada, assim como, as chances diversas que são oferecidas aos entrantes, as margens de liberdade de ação para exercer o que se convencionou a chamar de “artes da política”. Qualquer cidadão, preenchendo as condições definidas por lei, pode se candidatar a um mandato eletivo, o qual é juridicamente temporário, pois os eleitores podem votar em outro candidato, quando das eleições seguintes. Todavia, há exigências preliminares que não se encontram escritas na lei e que condicionam o ingresso e a saída da vida política.

Um fato que, com certeza, mudou o rumo da política de Arapongas foi a união entre parte do grupo Cochara, na pessoa de Cabo Antônio, com o Matamatá para as eleições de 2012; tudo isso, como estratégia política para enfrentar o então prefeito Jonatas Oliveira, que tinha apoio da outra parte do Cochara; a vice do prefeito em questão viria a ser Ana Ferreira, filha do “velho guerreiro” Ferreirinha, e sua outra filha, Lúcia Ferreira, candidata a vereadora. Nas emissoras, a facção do Cochara liderada por Cabo Antônio apelidava o irmão de “cochara do Paraguai”, mesmo tendo ele também “traído” a sua “identidade” de cochara ao se aliar ao grupo opositor.

Todavia, apesar dessa união de Cabo Antônio e o Matamatá, houve situações difíceis para o primeiro; foi acusado por Jonatas Oliveira de fazer propaganda política para o Matamatá, fato que é ilegal de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações:

Nenhuma estação de radiodifusão [...] poderá ser utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral. (Código Brasileiro de Telecomunicações, capítulo V, § 6º. Art. 47).

Com essa união entre o cochara Cabo Zé e o grupo do Matamatá, pode-se supor que essa nova junção totalmente inesperada viria a representar o enfraquecimento da acirrada disputa entre os atores políticos tradicionais dos grupos Cochara e Matamatá. Na tentativa de se manter no poder, os atores políticos, desgastados pelo tempo, buscam se aliar a novos atores como formas de estratégias políticas. Entretanto, não significa que seja o fim das facções. Muito pelo contrário, o cotidiano da política sobrevive a partir de novas configurações, pois não se trata de ideologia, mas, sim, do “aqui” e do “agora”: como se



manter no poder agora; “como fazer com que eu possa me reeleger ou eleger um aliado que me trará prestígio e poder político”.

Na eleição de 2012, Cabo Antônio promove a junção dos dois grupos para derrotar o prefeito Jonatas Oliveira (PSC). Com isso, houve uma quebra de aliança histórica no grupo Cochara: Cabo Antônio se separou do irmão Ferreirinha, que apoiou Jonatas Oliveira à reeleição para o cargo de prefeito. Cabo Antônio, junto com o Matamatá, vence e elege o empresário Vagner Freire. Apesar de ter havido essa quebra de alianças dentro do Cochara, os principais integrantes permaneceram apoiando o candidato Jonatas Oliveira.

Uma família que cresce dentro do campo político e consegue se consolidar nele é provável que busque outros atores para assumirem o papel de reprodutores do capital político da família e, assim, os nomes das famílias continuem representando a política local. No nosso caso, as facções políticas Cochara e Matamatá não se resumem especificamente à imagem dos seus chefes políticos Ferreira e Jonas Vieira, como é possível visualizar outro caso estudado por Santos (2014). O recrutamento de novas lideranças no seio da própria elite política e a consequente transmissão do poder entre membros da mesma família ou de uma mesma rede de base familiar apresenta-se como um dos caminhos de resgate ou perpetuação do reconhecimento, pois a reclamação da qualidade de “especialista político” está diretamente ligada aos movimentos de retenção de “tradições familiares” dentro do espaço político (GRILL, 2008, p.21).

Para aumentar o capital político, estratégias como candidaturas além das municipais são uma das formas de aumentar e reproduzir. Colocar os filhos, netos, cônjuges na política é comum. Um dos mais famosos em Sergipe é o caso de Augusto Franco e Albano Franco, ambos ex-governadores do estado. Exemplos além de Sergipe, vemos o caso de Antônio Carlos Magalhães (ACM) e Antônio Carlos Magalhães (ACM Neto) na Bahia; no Maranhão, o caso de José Sarney e sua filha Roseany Sarney. Em cidades do interior, podemos ver candidatos utilizando o nome de seus pais, que foram em outros tempos, políticos profissionais. O caso das famílias Ferreira e Vieira segue essa linha. A utilização dos sobrenomes demonstra a necessidade de deixar clara a permanência da família na política.

A rede de base familiar faz parte da constituição do desenvolvimento de todo o País. Em Sergipe, tanto na capital como no interior, várias famílias se sobressaem na política e criam uma maior projeção para a dinâmica local, como também para o estado. É fato que o principal nome de família que logo se associa à política em Sergipe é o da família Franco; todavia, várias outras conseguiram ocupar seu espaço, mas à sombra dos Franco (em Aracaju,

a união com a família Franco ocorreu por meio de vários matrimônios, como também com a família Rollemberg, Prado e Pimentel), Teles de Mendonça (Itabaiana), Fonseca e Mitidieri (Boquim), Valadares (Simão Dias), Monteiro (Salgado), Passos (Ribeirópolis) Góis (Riachão do Dantas). Além dessas famílias, há outras que se encontram em suas redes, com aliados e apadrinhados como algumas que se concentram na capital do estado.

A análise das lógicas de sucessão no interior de “famílias de políticos” e “famílias políticas” permite captar os atributos e os critérios de atribuição de excelência social. Quer dizer, a observação dos mecanismos que levam à substituição de determinadas “famílias de políticos” por outras com diferente *background*, assim como a análise das condições de emergência ou ascensão de agentes e segmentos que originam novas “linhagens” ou “dinastias” de políticos possibilitam compreender os princípios de hierarquização social e sua reconversão em princípios de hierarquização política. Como mostra Grill (2008), é com esses procedimentos que se desvenda um espaço de concorrência e como suas transformações – no que tange aos condicionantes de atuação política e de sucesso eleitoral – produzem estratégias de atualização, adaptação e retradução no interior de “linhagens políticas” com vistas à manutenção e à renovação das mesmas na arena de disputa. Para chegar às “redes de base familiar”, as leituras de Lewin (1993) e Pereira de Queiróz (1971) mostram que a parentela, com o passar do tempo, vai se expandindo no momento em que ela deixa de ser uma realidade do meio rural e passa a ocupar o meio urbano atraindo mais redes, mas sem deixar de ocupar o espaço na família, apesar de alguns autores afirmarem que isso só acontece no meio rural, como Palmeira (1996) e Palmeira e Barreira (2004) mostram, através de pesquisas realizadas, em sua maioria no meio rural de estados como o de Pernambuco, a presença de facções políticas, redes de base familiar, ou até mesmo “troca de favores”, como se no meio urbano isso não fizesse parte do cotidiano da política.

Na família Ferreira, na mesma geração de Ferreira, temos os casos de seus irmãos Benedito Ferreira e Cabo Antônio, que entraram na política após Ferreirinha, esse sendo o responsável pela entrada da família no campo político. Este último tem três filhos que seguiram o mesmo caminho: Júlio César Ferreira, Lúcia Ferreira e Ana Ferreira, o primeiro formado em Direito, a segunda formada em Serviço Social e a terceira também formada em Direito. E na terceira geração, temos o caso de Júlio César Ferreira Filho, Julinho Ferreira, como é conhecido, que só possui ensino superior incompleto. Com o irmão de Ferreirinha, o Cabo Antônio, também teve participações na política, como seu filho Júnior Ferreira, que foi vice-prefeito no mandato de Jonatas Oliveira e Alexandre Ferreira, que foi deputado federal.

Já na família Vieira, também com Jonas Vieira como o responsável pela entrada da família na política, com um grande peso para o comércio, tem na segunda geração Mário Vieira e Mara Vieira. O primeiro entrou na política ao ser secretário de obras de Arapongas na gestão de seu pai, após isso, mesmo sem o real consentimento do pai, decidiu concorrer para prefeito do mesmo município, com isso, foi mais além concorrendo a deputado federal, mas em um dos seus mandatos foi cassado por improbidade administrativa, quando era prefeito, e só teve seus direitos políticos de volta em 2013. Já Mara Vieira, formada em Enfermagem, também buscou enveredar o mesmo caminho que o do pai, tendo mandatos de deputada estadual e chegou a ser secretária de saúde em Aracaju/SE. Na terceira geração, os filhos de Mário Vieira ficaram responsáveis em levar o nome dos Vieira à frente. Primeiro com Saulo Vieira, que foi deputado federal, e em segundo, com Marcel Vieira, atual deputado federal do estado.

Desses nomes podemos citar o de Mara Vieira, formada na área da Saúde, que antes de entrar de fato na política eletiva, exerceu o cargo de enfermeira na Secretaria de Saúde do estado. Também assumiu a direção do Centro de Saúde Francisco Fonseca, em Aracaju, pela Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para as suas experiências profissionais em cargos dirigentes. Construindo uma carreira militante em contribuição à saúde da mulher e da criança e reconvertendo em recursos e credenciais para o seu ingresso na política. Além de secretária de Saúde do estado e de Aracaju, Mara também foi secretária de Saúde em Arapongas, na gestão de Mário, seu irmão.

Para isso, Coradini (2004, p. 268) fala:

A rigor, todo investimento político ou eleitoral equivale à negação de qualquer profissionalismo stricto sensu, mas, por outro lado, como se tratam de usos da condição profissional tendo em vista a legitimação de pretensões políticas, essas referências devem ser entendidas na lógica das disputas políticas. Por outro lado, como praticamente nada é exclusivamente “político”, mais que relações estabelecidas no exercício profissional, em geral tratam-se de usos de títulos profissionais em combinação com outros “títulos” e esferas de atuação e a consequente formação de capital de relações e de “liderança”. Em alguns casos, essa acumulação de capital de relações sociais pode estar associada e se complementar com atividades de representação categorial, como a militância sindical ou em algum tipo de associativismo, não necessariamente ligado à “politização” no sentido da “partidarização”. Isso não elimina e, inclusive, está ligado às dificuldades na reconversão direta de vínculos de origem profissional em recursos eleitorais ou políticos em geral.

Todavia, todo o império político dessas famílias não passa do território do estado, pois sua reprodução se encontra somente em Sergipe. E em nenhum dos casos houve uma tentativa ao Senado ou ao governo do estado.

A dinâmica de lutas entre facções marca as disputas políticas no Brasil e realça o papel das redes políticas. Pode-se indicar a configuração de teias de relações que são maximizadas pelos indivíduos e que se caracterizam pela confluência de aspectos como: a inexistência de um conteúdo de união incorporado ou de uma ideologia comum; a incerteza com relação a sua durabilidade; e a organização em torno de interesses, rivalizando com outras facções similares (LANDÉ, 1977; PALMEIRA, 1996). Devido à conjuntura partidária brasileira bastante diversa, a utilização de redes de apoio e alianças de diversos tipos é necessária para uma família ou até mesmo para várias famílias almejam postos eletivos. Várias famílias porque na realidade sergipana, por exemplo, enquanto perdurou o coronelismo, as regiões eram regidas não somente por um coronel, mas por um conjunto de coronéis, os quais tinham o mesmo tipo de poder, e assim criava-se uma rede de base familiar, em que, de forma bastante amíúde, os vários coronéis pertenciam a uma mesma família, na qual eram inseridos parentes consanguíneos ou não (DANTAS, 1997; MONTALVÃO, 2011).

Essa configuração não mudou, somente alterou o contexto histórico; logo, o envolvimento com a política através da inserção em redes de relações estruturadas em torno de disputas pelo poder (facções partidárias, clubes, agremiações, sindicatos, corporações, movimentos sociais) e na burocracia pública, assim como as tomadas de posição e rupturas daí resultantes funcionam como estratégia corrente na tentativa de acúmulo de um capital simbólico ativo em diferentes espaços. Invariavelmente, a interseção que mescla princípios das lutas político-eleitorais, da burocracia do Estado e de carreiras profissionais assenta-se em relações de reciprocidade, fundamentalmente, o clientelismo e a patronagem (GRILL; SEIDL, 2013).

Entretanto, o poderio dessas famílias não se resume aos seus integrantes. Como pode ser visto em relação a mandatos eles são bem restritos. Mas como esses grupos conseguem manter-se? A resposta para essa pergunta é ter uma base eleitoral forte, no que concerne ao objeto de estudo desta dissertação. Mesmo nas eleições municipais, os vereadores utilizam o fato de pertencer à facção x ou y, reproduzindo o discurso de seu grupo, e a imagem dos seus chefes políticos, mesmo que haja alguns casos em que uns vereadores fazem questão de afirmar não seguir grupo nenhum, mas isso só é dito depois da eleição, como será trabalhada mais à frente essa questão, em relação ao cotidiano da política e suas implicações no perfil do vereador enquanto exercita o ofício de “cabo eleitoral”.

Palmeira e Heredia (2001) afirmam que, mesmo sendo a identificação de alguém com a facção vencedora ou com a facção perdedora, um elemento importante na estratégia social

de sua família no período entre duas eleições, são legítimos os relacionamentos entre seguidores de “lados diferentes”, censurados no “tempo da política”. A política não é assunto tratado dentro das famílias, igrejas, clubes, sindicatos. No comércio, no trabalho, nas festas dos que não são políticos é um tema evitado. Entretanto, tendo a rádio como recurso, a política em Arapongas, e mesmo a política de facções, não se resume somente aos políticos profissionais, o que faz com que toda a população participe de forma veemente nos assuntos políticos. Em todas as emissoras de rádios da cidade há programas de cunho político, nos quais os populares ligam para fazerem denúncias, comentários acerca das atuações tanto dos vereadores, do prefeito, como também dos cabos eleitorais, ou das pessoas “não políticas”<sup>11</sup> que, segundo os populares, fazem o trabalho dos que deveriam fazer, e não ganham para isso. É assim que surge um político em potencial? Mais à frente, no capítulo 4, será explorada a noção de carreira do cabo eleitoral, podendo, assim, responder a essa questão, e às outras que surgirão no decorrer da dissertação.

---

<sup>11</sup> Refiro-me àquelas pessoas que não possuem vínculo político ou cargo eletivo.

### **CAPÍTULO 3**

#### **A POLÍTICA DE CADA DIA: ATUAÇÃO DO CABO ELEITORAL**

Para apreender e analisar a atuação dos profissionais da política é necessário o acompanhamento do dia a dia desses atores. Durante a campanha eleitoral de 2014, pude acompanhar os cabos eleitorais para poder compreender como são postas em prática as habilidades desse ofício. Com isso, utilizei do método da observação participante para pôr em prática o que foi dito acima. A campanha eleitoral iniciou-se em 6 de julho de 2014, segundo a Lei nº 9.504/1997, a Lei das Eleições, podendo, assim, serem iniciadas as propagandas eleitorais. Todavia, as articulações para possíveis alianças são iniciadas bem antes deste período.

De acordo com a Lei nº 9504/97, no Art. 26, que fala que tipo de gasto é permitido no período eleitoral, o inciso IV e o inciso VII nos são pertinentes, pois falam exatamente do cabo eleitoral e o que pode ser gasto com ele: “IV - despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas”; “VII - remuneração ou gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviço às candidaturas ou aos comitês eleitorais”. Logo, essas “ajudas” não são ilegais e nem mesmo podem ser consideradas “sujas” ou “corruptas”, como é tido pelo senso comum, que acredita que o cabo eleitoral só atua como tal por dinheiro. Todavia, isso não gera “vínculo empregatício”; não há carteira de trabalho assinada, muito menos contratos. O tal “vínculo empregatício” se dá pela palavra, pela aliança, pela confiança que é exercida entre o candidato (empregador) e o cabo eleitoral (empregado), por mais que esse último já tenha um emprego ou cargo político. O que faz um indivíduo se tornar cabo eleitoral não é a necessidade de dinheiro em si, ou só por estar no meio dos grupos políticos, mas, sim, de se efetivar politicamente.

Já o Art. 100 da mesma lei fala justamente sobre esse vínculo: “A contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes, aplicando-se à pessoa física contratada o disposto na alínea h do inciso V, do Art. 12, da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991” (redação dada pela Lei 13.165 de 2015<sup>12</sup>). Porém, não há necessidade de explicitar em algum documento

---

<sup>12</sup> Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.

quem são esses cabos eleitorais<sup>13</sup>. O Art. 100-A (incluído pela Lei nº 12.891, de 2013<sup>14</sup>) irá determinar a quantidade de cabos eleitorais que é permitida de acordo com as candidaturas:

I - em Municípios com até 30.000 (trinta mil) eleitores, não excederá a 1% (um por cento) do eleitorado;

II - nos demais Municípios e no Distrito Federal, corresponderá ao número máximo apurado no inciso I, acrescido de 1 (uma) contratação para cada 1.000 (mil) eleitores que exceder o número de 30.000 (trinta mil).

§ 1º As contratações observarão ainda os seguintes limites nas candidaturas aos cargos a:

I - Presidente da República e Senador: em cada Estado, o número estabelecido para o Município com o maior número de eleitores;

II - Governador de Estado e do Distrito Federal: no Estado, o dobro do limite estabelecido para o Município com o maior número de eleitores, e, no Distrito Federal, o dobro do número alcançado no inciso II do **caput**;

III - Deputado Federal: na circunscrição, 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para o Município com o maior número de eleitores, e, no Distrito Federal, esse mesmo percentual aplicado sobre o limite calculado na forma do inciso II do **caput**, considerado o eleitorado da maior região administrativa;

IV - Deputado Estadual ou Distrital: na circunscrição, 50% (cinquenta por cento) do limite estabelecido para Deputados Federais;

V - Prefeito: nos limites previstos nos incisos I e II do **caput**;

VI - Vereador: 50% (cinquenta por cento) dos limites previstos nos incisos I e II do **caput**, até o máximo de 80% (oitenta por cento) do limite estabelecido para Deputados Estaduais.

§ 2º Nos cálculos previstos nos incisos I e II do **caput** e no § 1º, a fração será desprezada, se inferior a 0,5 (meio), e igualada a 1 (um), se igual ou superior.

§ 3º A contratação de pessoal por candidatos a Vice-Presidente, Vice-Governador, Suplente de Senador e Vice-Prefeito é, para todos os efeitos, contabilizada como contratação pelo titular, e a contratação por partidos fica vinculada aos limites impostos aos seus candidatos.

A atuação do cabo eleitoral, como o próprio nome já deduz, se dá principalmente durante a campanha eleitoral, logo, para poder entendê-la, é necessário o acompanhamento

---

<sup>13</sup> No art. 100-A, havia o parágrafo 4º que exigia a discriminação de pessoas físicas contratadas: “Na prestação de contas a que estão sujeitos na forma desta Lei, os candidatos são obrigados a discriminar nominalmente as pessoas contratadas, com indicação de seus respectivos números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)”; ele foi incluído pela Lei nº 12.891 de 2013 e revogado pela Lei nº 13.165, de 2015.

<sup>14</sup> Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais, e revoga dispositivos das Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, e 9.504, de 30 de setembro de 1997.

durante todo o “tempo da política”. Todavia, na análise dessa pesquisa, foi constatado que o “tempo da política” explicitado nos trabalhos de Palmeira (1996) não seria somente o período eleitoral, principalmente para a atuação dos cabos eleitorais. É fato que a atuação desses se dá principalmente nas campanhas eleitorais, entretanto, é só nesse momento que os seus trabalhos se tornam públicos; vai além do que podemos dizer “campanha de rua”. Esse acompanhamento será através da observação participante, como já comentada anteriormente, que nos dá meios de poder identificar elementos importantes do “cotidiano da política”.

### **3.1 Acordos e alianças: como se dão?**

Estudos como os de Barreira (1998), Bezerra (1999), Kuschnir (2000), Palmeira e Heredia (2001), Palmeira (1996) mostram a identificação que é feita em municípios do interior brasileiro<sup>15</sup>, nos dias que correm, entre eleições e política, em que o período eleitoral é concebido como “o tempo da política”. Para esses autores, trata-se de período que, para além dos resultados eleitorais, é decisivo no realinhamento social dessas populações. Em uma situação em que mais do que os partidos pesam as facções, em que o voto não é, via de regra, uma escolha individual, mas um empreendimento familiar de “localização social”, as eleições são o pretexto para a redefinição e reafirmação de pertencimentos e a definição de fidelidades. Se isso é verdadeiro para toda e qualquer eleição, pois toda e qualquer eleição, ao mesmo tempo em que envolve disputa é concebida como festa, vale especialmente para as eleições municipais, que representam uma espécie de matriz para as demais.

As eleições para cargos estaduais e federais tendem a funcionar nos municípios pequenos e médios – apesar de Palmeira (1996) afirmar que funciona mais o tamanho do que o ser rural ou urbano, apesar de haver capitais onde há disputas entre poucas famílias pelos principais postos políticos – como uma forma de referendo das divisões sociais e da distribuição de poder operada pelas eleições municipais. As campanhas políticas não se resumem a uma disputa de cargos eletivos. Possuem, ao contrário, significados que lhes antecedem e transcendem os resultados eleitorais. Além da definição de jogos de interesses, alianças e conflitos que se apresentam nesse momento, as campanhas podem ser percebidas através de um dos sentidos dos rituais políticos, que é a expressão de crenças e princípios que justificam e alimentam a própria existência da representação no Estado moderno (BARREIRA, 1998).

---

<sup>15</sup> Não somente no interior, mas no contexto geral dos municípios. O termo “tempo da política” traz uma ideia de que a política em si não faz parte do cotidiano dos atores sociais.



Palmeira e Heredia (2001) afirmam que se aos especialistas, que são os políticos, é dada a possibilidade de fazer política, ou seja, favores e obras todo o tempo, para a comunidade como um todo há um tempo certo para a política, o “tempo da política”, a “época da política” ou simplesmente a “política”, identificada com o período eleitoral. Isso porque a política divide e, para conjurar essa ameaça, é necessário circunscrevê-la no tempo, como uma interrupção do cotidiano, em que a divisão é necessária para ordenar. Todavia, pelo que foi apresentado a mim por parte dos cabos eleitorais, essas trocas de favores com populares não ocorrem somente no “tempo da política”, mas estão presentes nos seus cotidianos. Comentaram também que, como são eles os mais próximos da população, eles são os que atendem e “socorrem” o povo, pois, como um deles falou, “Os deputados estão lá em cima. Aqui em baixo, quem trabalha mesmo é a gente”. Mas esse tempo não se resume ao período eleitoral, mas, sim, durante todos os quatro anos, que vão se renovando a cada “ciclo” no qual são criados e alicerçados as suas alianças e acordos ou até mesmo a quebra desses acordos e o surgimento de novos com outros atores políticos. Além de intermediários políticos, Kuschnir (1999) afirma que muitos vereadores são também “mediadores culturais” entre o mundo dos eleitores, do Poder Executivo e do Legislativo. Atuam como intérpretes desses domínios, participando e estabelecendo vínculos entre seus múltiplos planos de cultura. Logo, os cabos eleitorais aqui estudados também se enquadram nessa afirmação.

Começou-se a falar sobre a campanha eleitoral, em meados de dezembro de 2013, quando Heitor Batista foi chamado para conversar com Julinho Ferreira, candidato à reeleição para Deputado Estadual, sobre uma possível aliança; mas para isso, Heitor sugeriu que ele deveria ter algumas “garantias”, pois sua base eleitoral e sua atuação como vereador na Câmara Municipal em Lagarto estava em evidência. Essas garantias eram: um emprego para um dos filhos em um órgão público e parte do dinheiro da campanha antecipada. Essas duas garantias foram atendidas. Heitor recebeu o valor prometido e seu filho assumiu um cargo na ouvidoria de um órgão público do estado em fevereiro de 2014. Situações como essa são normais, no sentido de que acontece na maioria das vezes, dependendo dos laços políticos que o ator político possuir.

Mesmo com acordos políticos já firmados, da noite para o dia, eles podem ser desfeitos. Para poder explicar o fato, deve-se colocar no contexto da atual campanha em Arapongas. Na última eleição municipal, o grupo Cochara estava com o governo de Marcelo Déda (PT) e o Matamata estava junto com o Democratas. Com a eleição desse ano, as alianças se dissolveram: Julinho Ferreira, do Cochara, se encontrava na campanha para o

candidato ao governo Benjamim Azevedo (PMDB), o qual também recebeu apoio do grupo Matamatá e do prefeito do município, Vagner Freire. Já o cabo eleitoral Heitor, que estava com o Julinho Ferreira, fez campanha para o candidato ao governo Daniel Caetano (PSC) com o candidato Carlos de Barros do mesmo partido, com isso, o cabo Heitor se encontrava em uma situação delicada, pois não podia participar dos eventos do seu deputado estadual por ter a presença de Benjamim Azevedo e, assim, comprometia a sua “visibilidade” para com Daniel Caetano. Logo, o cabo optou por desistir do seu deputado estadual e apoiar outro candidato do mesmo “lado” que o seu governador. A “ajuda” que o cabo recebeu de Julinho Ferreira foi devolvida e eles conversaram sobre a situação, de maneira bem tranquila; o cabo alegou que seria difícil acompanhá-lo devido às suas escolhas políticas no momento e que de maneira nenhuma faria campanha contra a ele. Esse fato é interessante porque mostra como alianças políticas se alteram principalmente no âmbito local, em que a política é dividida entre duas facções que dificilmente compartilham apoio e poderes entre si.

Quando acompanhei a ida de um dos cabos eleitorais para a capital sergipana para uma reunião com uma deputada para atualizações da campanha em Arapongas, fui percebendo que há necessidade de cooptação de outras bases eleitorais (locais ou não) para mostrar a sua relevância e força política; a reunião ocorreu tranquilamente, só que na volta o cabo foi até a casa da cunhada para falar com o esposo dela, um empresário do ramo de varejo em Aracaju, que foi candidato a prefeito de outra cidade do interior do estado na última eleição de 2012, sobre uma possível aliança política com o candidato Daniel Caetano e com o candidato a deputado federal Carlos de Barros, mostrando que essa aliança só traria benefícios para ele, que já teria condições suficientes para poder se eleger prefeito na eleição de 2016, tendo o apoio dos candidatos. Uma semana depois foi firmado o apoio do empresário com os dois candidatos; o cabo eleitoral recebeu uma ligação do próprio Daniel Caetano perguntando como era o trabalho dele, pedindo praticamente recomendações. Nesse caso, vê-se a ligação direta entre o candidato e o cabo eleitoral (líder) devida à importância que o próprio candidato deu ao ligar para o cabo, e esse vê-se a oportunidade de mostrar a relevância da sua palavra:

Não, Dr. Ele é muito competente, é meu concunhado. Homem sério, tem uma base muito forte em Maruim; disse a ele que ele tinha que ficar com o senhor porque ele iria comandar a cidade, porque com o senhor ele ia ter tudo. Ele foi candidato a prefeito lá, e tendo o prefeito do outro lado, fica mais fácil para o senhor conseguir os votos dele.

Outra situação foi a cooptação de outros cabos eleitorais que se candidataram a vereador na eleição de 2012 em Arapongas e que não se elegeram. Buscar apoio de outros cabos que têm suas próprias bases eleitorais é uma estratégia bem praticada entre as

lideranças políticas para fortalecer as suas. Obviamente, eles simplesmente não optam por apoiar qualquer um. As ditas “conversas” ou “reuniões” entre os cabos e os candidatos são o momento em que são ofertadas “ajudas”, como oportunidades de oferecer empregos para os “amigos”. Isso foi observado em três reuniões com dois deputados estaduais e um deputado federal. Nas três primeiras reuniões, os cabos diziam as suas condições: “preciso de alguns empregos para eu poder dar aos meus amigos e mostrar minha força, sabe?”, “eu tenho muitos contatos e isso pode fortalecer muito a nossa base em Arapongas, mas para isso a gente precisa acertar uma ajuda pra eu poder fazer meus trabalhos”, “o meu bairro é o maior da cidade e toda a minha base se concentra nele, meus votos são garantidos, mas pra efetivado, eu tenho que trabalhar para além do meu bairro e é necessária uma ajuda boa pra isso”. Em nenhum momento eles falam os termos “quantia”, “dinheiro”, “valor” ou algo parecido, por ser algo indelicado, e só se chega ao assunto diretamente apenas no final da conversa.

Com a campanha eleitoral já estando em vigor, esse quadro foi mudando aos poucos. Uma das reuniões com o coordenador da campanha para a candidata ao Senado Luciana Almeida, os valores já apareceram e os pedidos aumentaram. Primeiramente, todos os cabos eleitorais, que estavam presentes (nove ao todo), entraram juntos para uma reunião geral sobre o andamento da campanha, o que deveria ser feito. Posteriormente, uma reunião individual foi feita com cada cabo eleitoral, na qual se definiriam alguns valores para a campanha. Nesse momento, só pude acompanhar um cabo eleitoral, pois os outros disseram que não se sentiriam à vontade tendo uma pessoa “de fora” em um momento delicado como esse. No que pude estar presente, valores bem consideráveis seriam o suficiente para fazer uma campanha decente, pois, segundo o próprio cabo, o dinheiro seria basicamente para gasolina, pagar os seus cabos eleitorais secundários e dar uma ajuda aos que ele achasse que precisassem. Assim ficou o acordo para a campanha. Todavia, ele fez um pedido pessoal, que como a sua família também estaria trabalhando na campanha, e seus filhos ainda não tinham nenhuma outra renda, seria de grande ajuda se fosse possível arranjar um trabalho na prefeitura para um de seus filhos. O coordenador da campanha disse que arranjaría o emprego, mas que não seria de imediato, pois teria que ver em qual setor seria possível e se haveria alguém com o contrato para vencer.

A importância das relações pessoais no âmbito do exercício da representação política parece estar associada, entre outros aspectos, a uma concepção sobre a política que a articula à distribuição de favores e ao peso relativo que têm instituições políticas, como os partidos, na competição por um mandato, e principalmente dentro das facções políticas. No caso do Brasil,

Bezerra (2013) exemplifica casos de relações pessoais, a questão da reputação e a representação política; pra além do Brasil, Whyte (2005) também fala sobre esses temas, mostrando, assim, que essas atitudes não são uma prerrogativa brasileira, muito menos que não é uma questão de corrupção, mas, sim, papel intrínseco da dinâmica política. A presença na política de relações pessoais fundadas na circulação de bens e serviços tem sido observada especialmente durante a campanha eleitoral, como já mencionamos anteriormente. As contribuições analíticas mais promissoras do ponto de vista do entendimento do lugar que essas relações ocupam nas práticas políticas se encontram em trabalhos que se recusam a pensá-las estritamente em termos de clientelismo político, corrupção eleitoral ou como o resultado de ausências (de consciência, ideologia ou programa partidário).

No outro dia, houve sessão na Câmara dos Vereadores. Antes do início, os cabos eleitorais Heitor Batista e Diego Fontes falaram a sós sobre a reunião com coordenador de campanha citado mais acima em que alguns pediram valores exorbitantes para fazer a campanha; segundo eles, isso não poderia acontecer, pois acaba passando um descrédito do trabalho deles, tendo uma imagem de mercenários. Além desse acordo com o coordenador de campanha de Luciana Almeida, o cabo eleitoral Heitor também fez acordo com Carlos de Barros e com o candidato a deputado estadual Fernando Gomes (que substituiu Julinho Ferreira). Além de receber “ajuda” para realizar a campanha, também foi pedido emprego para os seus outros filhos. Um apoio por um filho empregado, necessariamente. Aos que foram pedidos os empregos, exigiam que os empregos dados não fossem uma mera mesada, e que os empregados deveriam estar trabalhando. Já com o deputado federal Carlos de Barros, foi uma “ajuda” até então temporária.

Pode-se fazer um paralelo entre esses candidatos e os próprios cabos eleitorais. Os cabos pedem emprego aos candidatos (mesmo que não sejam para si), ao passo que a população sempre está à procura desse tipo de cabo eleitoral para lhe conseguirem emprego; entregam-lhes currículos e os cabos sempre falam “Eu vou ver o que posso fazer, porque eu mesmo não tenho como lhe dar um emprego. Não tenho empresa nem comércio”. Esse caso remete a uma situação em que o cabo Eleitoral Heitor passou em 2010, quando era cabo eleitoral de outro candidato a deputado federal e estava também tentando a reeleição em 2014. Essa situação foi pelo próprio. O cabo eleitoral Heitor realizou um almoço em sua residência e convidou os seus principais cabos secundários para apresentar o candidato e, assim, colocar em pauta todas as demandas que o Heitor e a sua base colocariam para ele. Primeiramente foi feita uma conversa aberta, o candidato apresentou as suas propostas para o mandato e como o

município sairia ganhando com ele na câmara de deputados. Logo após, foi servido o almoço onde todos continuaram conversando e, em seguida, começaram as conversas individuais. Enquanto todos estavam na área externa da casa almoçando, as conversas individuais aconteceram na segunda sala da casa: o candidato e um cabo eleitoral secundário, ambos sentados no sofá, colocam as suas propostas e contrapropostas. Para além dessa situação, outro espaço da casa que também estava inserido nesses bastidores era a cozinha. A esposa de Heitor foi a responsável pelo almoço e as pessoas que constituíam a base eleitoral iam até o cômodo parabenizá-la pelo seu trabalho.

O importante de citar isso é mostrar que a política não é só feita pelo cabo eleitoral, mas, às vezes, a sua própria família adentra nessa política de bastidores. Enquanto a esposa do cabo realizava o almoço, os filhos eram responsáveis por proporcionar um ambiente caseiro à situação, conversando com a equipe de apoio do candidato e ajudando a servir quando fosse necessário. O resultado disso foi a fala do candidato quando a reunião foi encerrada e só restava Heitor, sua família, algumas pessoas próximas do cabo, o candidato e sua equipe. O candidato colocou que a presença da família e a participação da mesma demonstrava que política não se faz sozinho e que quando feita com familiares, ela não dá espaço para coisas destrutivas. A partir daí, visitas constantes do candidato foram feitas à família devido à criação de laço. Mesmo que não se trate de uma família tipicamente política, com vários integrantes ocupando cargos eletivos ou que já fizeram carreira na política, a participação da família no que concerne ao trabalho de cabo eleitoral é importante. Os próprios filhos acompanhavam o cabo em suas visitas em todos os momentos da campanha e assim aconteceu na eleição de 2014.

### **3.2 Os traços da campanha eleitoral e o seu desenvolvimento**

Antes da campanha eleitoral, estava acompanhando o cabo eleitoral Paulo Guerra em um dia de terça-feira para fazer visitas a alguns conhecidos para traçarem estratégias para a campanha eleitoral, e no carro estávamos ouvindo um programa da rádio Nova Aliança FM, no qual o radialista dizia que “os políticos de Arapongas devem se lembrar de suas obrigações. Estão ganhando para isso. Só pensam em campanha eleitoral. Só pensem quando tiver perto, e não durante o ano todo”; perguntei ao cabo quando ele começava a pensar nas campanhas eleitorais e obtive a seguinte resposta:

Eu penso em campanha eleitoral, seja ela municipal ou estadual, quando eu faço o meu trabalho como político. Se eu faço o meu

trabalho bem, necessariamente eu estou apto a me candidatar. Claro que a gente sempre pensa na próxima campanha. A gente vive disso, não tem como fugir se é o nosso dia a dia.

Como proposta, o acompanhamento do “cotidiano da política” é importante para conhecer como que é o dia a dia de um político profissional. Com a volta das sessões na Câmara Municipal, é primordial o acompanhamento das atividades da casa. As sessões têm início às nove horas da manhã, às segundas e quartas. Na primeira sessão do semestre, acompanhei um vereador até a Câmara, no horário de oito horas, onde ele me apresentou aos funcionários da casa, como pesquisadora, dizendo que iria acompanhar o cotidiano dos vereadores, entre outras coisas; todavia, o vereador não ficou na Câmara, andou pelo centro da cidade, falou com populares, distribuiu santinhos, como também teve a oportunidade de ser abordado por outros cabos eleitorais (foram quatro ao total, que não exercem na política profissional) de outros candidatos. Nesse momento, fez-se uma rodinha e começaram a debater sobre as carreatas que aconteceriam durante a semana e sobre as suas campanhas; durante a fala deles surgiu o termo “cabo eleitoral secundário”; todos os quatro usaram esse termo para se referirem aos seus próprios cabos, à sua base eleitoral. Quando perguntei o que viria a ser o “cabo eleitoral secundário” tive a resposta de que “são os que [es]tão rodando os povoados todos a meu mando”. Fato interessante que mostra a relação dessas lideranças com as suas bases eleitorais, e como eles são tratados.

Na Câmara, a tribuna é utilizada para os vereadores terem o seu momento de denunciar condições em que ruas, bairros, povoados se encontram, de parabenizar o serviço de alguma secretaria, de falar o que lhe bem entender. Com o início da campanha eleitoral, a tribuna também tem servido como espaço para fazer campanha. Um dos vereadores falou sobre o andamento da reforma da praça principal do povoado Aldeia Grande, que é de responsabilidade do governo do estado, iniciada no mandato do ex-governador Marcelo Déda, que se encontrava parada há meses, e quando foram retomadas as atividades, parou de novo devido às intensas chuvas; o mesmo caso é o do Balneário “Bica”, na saída da cidade de Arapongas, reforma também de responsabilidade do governo do estado. Segundo o vereador, isso é algo que compromete a visão de responsabilidade que o governo tem, e que isso não pode ser deixado passar, e que “se Deus quiser o outro [Daniel Caetano] assume em 2015 e o estado vai pra frente”. Apesar de ele não ter usado diretamente o nome do candidato, todos têm conhecimento que ele se encontra apoiando Daniel Caetano. Outros vereadores também usaram a tribuna para falar sobre seus candidatos, mas dessa vez de forma explícita. Um usou o espaço para falar sobre o candidato Julinho Ferreira: “ele é a escolha certa para ser um bom

representante, ele é um menino direito, jovem, inteligente, e ele com certeza merece ganhar. O seu número é muito fácil de decorar, xxxxx”. Mesmo sendo uma forma totalmente explícita de incitar o voto, em momento algum o vereador foi repreendido pelo presidente da Câmara.

A inevitabilidade de mostrar-se presente ficou perceptível na convenção do PSC e na inauguração do comitê, quando um dos cabos eleitorais conseguiu entrar ao lado do candidato, nesse que é um momento em que se recebe grande atenção e, assim, fazendo com que fosse visto por todos. Ainda na convenção, o cabo eleitoral conseguiu se instalar no comitê de imprensa, podendo conversar com outros candidatos a senador, deputado, etc. – local onde somente pessoas de reconhecimento se encontravam presentes. Ao voltar ao local onde estavam os outros cabos eleitorais, ele falou:

Tem que fazer essas coisas para os homens grandes verem que também sou grande, tem que aparecer! Não pode dormir no ponto. Eles me vendo logo, depois [es]tou livre pra ir embora. Nesses eventos, a gente só tem que aparecer pra eles verem e pronto, até porque o nosso trabalho é nas ruas mesmo e depois só prestar contas com os votos.

Com isso, a visibilidade se torna uma arma para o cabo eleitoral. Tendo ele uma constante presença, mostra que acompanha o candidato e que seu apoio é importante. Para Goffman (2002), a noção de que uma representação apresenta uma concepção idealizada da situação é, sem dúvida, muito comum. Assim, quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo.

Todavia, um fato que contradiz a fala desse cabo eleitoral é que em uma das idas a Aracaju para falar com o seu candidato a deputado federal, ao receber uma ligação de uma pessoa pedindo uma “ajuda”, o cabo falou: “Ô amiga, eu não estou em Arapongas, vim a Aracaju trazer um pessoal no hospital pra fazer uns exames. Me ligue à noite, que já vou estar em casa”. Não foi necessário questionar o porquê de ele ter dito isso, pois o mesmo já foi se justificando:

Aqui já era pra pedir dinheiro, e assim não dá, né? Só me ligam pra pedir dinheiro, e eu dizendo que fui levar alguém no hospital ou algo do tipo eles pensam que [es]tou trabalhando e alguns até desistem de pedir. Não é por ruindade, se fosse eu não estaria na política, mas é que tem gente que não entende, pensa que a gente tem dinheiro de sobra e não é bem assim.

Nesse caso, a presença não é importante, até porque não são os “grandes” que estão vendo, mas também “mostrar” que está trabalhando independe se é para os “grandes” ou não.

A constante atuação do profissional da política foi percebida após essas reuniões (que aconteceram em Aracaju no gabinete dos candidatos), no regresso a Arapongas, e pude observar como eles atuam e se comportam. Depois de terem saído do gabinete, fomos jantar na saída de Aracaju e durante todo o caminho a conversa foi totalmente sobre a campanha eleitoral e sobre as articulações dos outros candidatos. Um dos exemplos que foi comentado durante o jantar foi que um determinado candidato a deputado estadual pode não ter um grande número de votos em Arapongas por ele estar ligado à família Vieira e ao mesmo tempo apoiar o candidato a senador do outro grupo. E depois, na volta para Arapongas, o assunto continuou o mesmo, mas com pequena variação, sobre a atuação do atual prefeito da cidade de Arapongas (o qual passava por um momento delicado com os professores municipais, que estavam em greve e retomaram a greve em 2015 mais uma vez) e como essa situação pode influenciar na popularidade do ex-prefeito de Arapongas, que foi candidato a deputado estadual e é tido como potencial candidato a prefeito na eleição de 2016.

Outra situação que comprova essa constatação aconteceu na inauguração do comitê do candidato a Daniel Caetano. Ao chegar ao comitê, fomos nos localizar e procurar pessoas conhecidas que variavam entre médicos, advogados e grandes personalidades políticas, como o irmão do candidato, um ex-secretário de obras de obras do estado, um médico cirurgião conhecido do cabo eleitoral, entre outros. Ao encontrar, as conversas eram basicamente sobre como andava a política em Arapongas com os grupos Cochara e Matamatá, e como estava a atuação do cabo como vereador.

Como já foi explicitado, o importante de utilizar o tipo de cabo eleitoral que esta pesquisa estuda é o de investigar, além das apreensões das habilidades, os recursos utilizados por esses profissionais da política que se encontram estabilizados e fazem carreiras dentro do campo. Como são vereadores, o espaço que eles têm na Câmara Municipal faz com que a sua palavra e atuação como cabo eleitoral seja reforçada.

Em uma das sessões, o comitê de campanha do candidato Daniel Caetano foi a Arapongas para acompanhar somente a fala de um dos vereadores, o cabo eleitoral Heitor, pois na semana anterior ele rebateu a fala do candidato Benjamim Azevedo quando foi a uma emissora de rádio da cidade, e falou que o primeiro nunca tinha feito nada para o município. Com isso, uma boa ocasião para os aliados do candidato do PSC, pois tendo a oportunidade de mostrarem-se capazes, somente o Heitor conseguiu aproveitar. Esse cabo foi convidado pelo próprio candidato para acompanhá-lo no comício em outro município vizinho, juntamente com o seu filho. Falas assim são constantes, porque além de confrontarem-se entre



si, os populares que vão assistir às sessões acabam repassando o que viram, além de as sessões serem transmitidas pela internet:

Esse governador não [es]tá com nada. A gente [es]tá vendo o que [es]tá acontecendo com a nossa cidade, o nosso estado. Se Deus quiser, o nosso, o mais competente assumirá em 2015 e não teremos atraso de quatro anos como está com a bica<sup>16</sup>, muito menos o descaso que a gente vê nos hospitais dos municípios afora. A gente precisa fazer com que o povo acorde e escolha o melhor pra todos (CE Diego Fontes).

Quero parabenizar o nosso candidato ao senado Ricardo Lemos pela atuação dele como deputado federal. Tenho certeza de que ele trará mais benefícios do que os outros senadores do nosso estado. Um dia fui falar com Caetano, fazer um pedido a ele para trazer à nossa cidade um aparelho de tomografia. Sei que se tivesse esse aparelho aqui, teria sido melhor no tratamento da minha falecida esposa. O senador se comprometeu em entregar e não entregou. É nele que devemos confiar o nosso estado? (CE Jorge Santos).

Eu tenho certeza de que caso o atual governador se manter [*sic*], ele com certeza dará continuidade às obras do saudoso ex-governador Marcelo Déda, pois foram eles dois que fizeram um projeto juntos para trazer o melhor ao nosso estado. Deve-se prestar atenção em quem se vota. Pessoas com uma grande carreira política, com uma boa experiência sabem o que fazer de melhor para a população sergipana (CE Paulo Guerra).

O prefeito pode até ter falado que podiam apoiar quem quiser, mas quem é Matamatá tem que se comprometer a estar com os candidatos do grupo. Se há um grupo, se faz parte dele, a gente é obrigado a estar junto do grupo. Depois chega a campanha de prefeito, e ficam falando que é Matamatá, mas na hora de estar com o grupo, foi apoiar candidato do outro grupo. Eu não admito isso (CE Paulo Guerra).

Essa última fala é importante no que concerne à importância de mostrar-se fiel ao grupo e de fazer com que o grupo seja prestigiado, mostrando que é essencial a identidade de “ser Matamatá” em qualquer circunstância. Porém, o CE Noé Francisco falou na sessão da Câmara que mesmo sendo Matamatá, iria apoiar o Daniel Caetano; no mesmo momento, o CE Heitor disse que ele “está certo e que tem que buscar apoio, mesmo”. Com isso, questões de autonomia dentro dos grupos por parte dos cabos eleitorais pode se tornar importante para compreender o papel das facções na atuação desses cabos eleitorais, como também para além de “ser cabo eleitoral”.

A continuidade observada entre as relações políticas e os laços cotidianos permite relativizar a ideia de pensar a atividade política como constituída de relações sociais de natureza específica e estranhas ao dia a dia das pessoas. A concessão de bens e serviços sob a

---

<sup>16</sup>A bica é um balneário da cidade de Arapongas que foi construída na gestão do ex-prefeito Cabo Antônio (1993-1996)

forma de favor tem sido uma estratégia conscientemente utilizada por representantes políticos com o objetivo de acumular um capital de relações pessoais a partir do estabelecimento de dívidas pessoais. Para fazer uma campanha eleitoral, o cabo eleitoral utiliza-se de todas as opções que o cercam. Durante a inauguração do comitê de Daniel Caetano na capital, acompanhei o CE Heitor, que pediu para que eu colocasse o adesivo do candidato, alegando que seria mais fácil eu me agregar aos presentes e para verem que tinha gente acompanhando ele. Quando ele se aproximava de algum conhecido, eu era apresentada como “a pesquisadora que está fazendo um trabalho sobre o dia a dia do cabo eleitoral”, falando que era necessário um trabalho como esse para que todos soubessem como é “árdua” a campanha de rua. Nesse momento, o cabo eleitoral fez uma espécie de desabafo:

É um pede-pede que não acaba mais. A gente tenta fazer um trabalho honesto, sem compra de voto e essas nojeiras que muitos fazem, manchando nosso trabalho. Se a gente der, depois vem reclamar que político é corrupto. Também não é assim, não é? Tem muita gente que não entende o nosso lado. Aham que a gente tem tudo na mão. Mas quem sou eu? Todo dia eu trago gente pra Aracaju pra o hospital, no meu carro, com minha gasolina. É sacrifício o que a gente faz.

Comentários assim eram constantes; quando se tratava do trabalho que esses cabos faziam e o reconhecimento que lhes era dado, os cabos falavam abertamente com expressão de tristeza, em alguns momentos, de revolta. Quando questionados do motivo que continuavam trabalhando na política, a resposta era unânime: “A política é o que eu tenho que fazer. Nasci pra isso”<sup>17</sup>.

Nesse mesmo evento havia várias pessoas do meio político como também populares. O CE Heitor, a todo momento, buscava pessoas conhecidas para conversar, pessoas essas de outras cidades, que perguntavam a ele como anda a política em Arapongas etc. Além de conversar com pessoas conhecidas, era apresentado a lideranças de outras cidades, chegando até a encontrar parentes em comum, como também tinha entre seus conhecidos pessoas de outras áreas profissionais que também tinham os seus vínculos políticos. E sempre ao ser apresentado, me apresentava juntamente com ele, como “a pesquisadora do dia a dia da política”.

Quando o candidato Daniel Caetano chegou ao local, o CE Heitor buscou de todas as formas chegar ao candidato, o qual estava sendo fotografado e filmado. Quando conseguiu, o abraçou, e pularam com as pessoas próximas a eles, gritando “é 20”. Minutos depois do ocorrido, estávamos próximos de uma rampa que dava com o palco central, onde estavam

---

<sup>17</sup> Será explorado no capítulo quatro, quando trataremos acerca da carreira política e a apreensão do ofício.

vários candidatos a deputados estadual e federal, e Heitor passou por debaixo do corrimão, subindo na rampa para falar aos fotógrafos que estavam próximos: “Podem se preparar pra tirarem fotos porque vou abraçar Caetano de novo!”. Assim que falou, Daniel Caetano começou a subir a rampa e deu de frente com o cabo, abraçando-o, e falou “Você é meu cabo eleitoral forte. Realmente posso contar com você.”. Depois disso, ele foi até o palco, e o cabo falou aos que estavam próximos: “Vocês viram? Eu tenho moral com o candidato. Tenho moral com o nosso futuro governador. E você anotou isso que ele disse? Anote, porque é importante”.

Além de ter feito isso com o candidato ao governo, também fez com a candidata Luciana Almeida, seu coordenador de campanha e um aliado do PSDB. A seguir, ficamos conversando sobre o ocorrido, e ele sempre repetia:

Você viu que eu tenho moral? Tenho moral com as maiores lideranças do estado. Todos eles devem a mim, não em relação a dinheiro, mas por causa de todo o trabalho que venho fazendo, desde os meus primeiros anos dentro da política. Sempre estive do lado deles, trabalhando duro, e eles reconhecem o meu trabalho. Ajudam-me quando eu preciso de alguma coisa. Eles nunca falharam comigo. Claro que às vezes as coisas demoram, mas isso é normal. Eu sou político, entendo o que eles passam. É muita gente pra atender, pra ajudar.

Ficou perceptível que o reconhecimento e a necessidade de que seja visível para os outros é importante para o cabo eleitoral, pois, assim, demonstra como o trabalho dele é merecedor do que lhe é repassado, e que a troca de favores entre os políticos é algo importante, que transpassa honra, gratidão, uma valorização do trabalho feito e reconhecido.

Mesmo assim, o cabo não ficou durante todo o evento. Ele afirma que a presença nesses tipos de eventos só importa até quando os candidatos o veem. Depois disso, não importa mais, é só pra encher, dar número: “No final, o que realmente importa é fazer a campanha na rua e dar voto”. Mas quando questionei sobre as carreatas e passeatas, se ele dá a mesma importância, a resposta foi diferente:

Nesse caso a história é outra. É como se fosse uma disputa. Se eu sou candidato tenho que mostrar ao meu adversário que eu tenho mais gente, porque, pela lógica, ter mais gente trabalhando pra você é [*sic*] mais votos nas urnas. Nas carreatas, nem importa se uma pessoa tem três carros e bota os filhos pra dirigir os três; a visibilidade põe medo, e essa é uma estratégia sempre usada. Sempre rola essas histórias que algum candidato pagou a x pessoas pra estarem em passeata. É como eu já disse: o que importa é fazer um trabalho pesado de campanha na rua e dar voto. A gente ganha pra isso. Tem que dar a resposta na urna, mas também tem que mostrar pro povo que meu candidato é forte.

### **3.3 Caracterização das facções e seus novos e velhos integrantes: o que isso implica na atuação do cabo eleitoral?**

A facção que assume o controle de um município – sintomaticamente identificada pelas demais e autorreferida como “situação” – é, de modo quase automático, associada à política institucional, à política “externa” e legítima, ao governo (entidade que corporifica o poder externo), e as demais postas na posição residual de “oposição”. Sua pretensão não é propriamente representar a comunidade, mas ser reconhecida pelos de fora e projetar-se para dentro como se fosse toda a comunidade (PALMEIRA, 2004). Para essa parte do capítulo, optei por deixar os nomes dos candidatos para ser mais bem visualizada as relações e laços “sem querer” entre as facções em Arapongas.

Tendo já sido consolidadas as alianças, as facções políticas em Arapongas ficaram com aspectos diferentes das eleições estaduais de 2010, como também a municipal em 2012. O capítulo 2 desta dissertação explicitou como as dinâmicas faccionais foram sendo modificadas com o tempo, de acordo com a integração de novos atores políticos, como também a elevação das figuras dos chefes políticos foram importantes para a consagração dos grupos políticos em Arapongas. As famílias políticas Vieira e Ferreira tiveram os seus nomes representados nas eleições de 2014 com a candidata à reeleição, a deputada estadual Mara Vieira (DEM); o candidato à reeleição, o deputado federal Marcel Vieira (PMDB), e o candidato à reeleição a deputado estadual Julinho Ferreira (PSD). Nas eleições de 2014, o grupo Matamatá optou por apoiar o candidato ao governo Benjamim Azevedo (PMDB), que tinha o apoio do PT, partido que apoiou o ex-prefeito de Arapongas nas eleições de 2012; e Jonatas Oliveira (PSC), que também se candidatou a deputado estadual, todavia, em 2014, apoiou Daniel Caetano (PSC) ao governo. Daniel Caetano teve o apoio de um grande político da capital sergipana e esposo da candidata ao senado Luciana Almeida, sendo que esta última recebia o apoio de Mara Vieira, esta, por sua vez, não declarava nos comícios nem em seu material de campanha qual governador estaria apoiando. Julinho Ferreira tinha o apoio de sua família, que também fazia campanha para o candidato do PT ao senado Ricardo Lemos.

Interessante observar que com essas alianças, fica perceptível como a configuração dos grupos políticos mudou efetivamente, pois, necessariamente, quem faz parte do grupo Matamatá apoiaria os candidatos do seu grupo, mesma coisa com os do Cochara. Todavia, na prática, os apoios não levaram tanto em consideração o “ser cochara” e “ser matamatá”. Antes da sessão de 7 de agosto de 2014, alguns vereadores se reuniram aguardando o início da

sessão e aproveitam para falar sobre a campanha. Um deles falou que o próprio prefeito disse diretamente a ele com as seguintes palavras: “esse é o momento de vocês conseguirem algo porque grupo nenhum elege vereador. Devem procurar apoio mesmo, de quem quiser”. Mesmo com a maioria sendo da situação, até esse momento eram dez vereadores apoiando Daniel Caetano. O atual prefeito de Arapongas, Vagner Freire, e seu grupo apoiaram Benjamim Azevedo ao governo.

Interessa, por exemplo, a um candidato a deputado estadual ou federal que, não tendo bases eleitorais, isto é, nem eleitores nem cabos eleitorais distribuídos ao longo de todo o estado, associar seu nome, em municípios onde é desconhecido ou menos conhecido, a diversos vereadores que tenham peso e base eleitoral e que, atuando como verdadeiros cabos eleitorais, garantam sua entrada nesses lugares. Mas interessa também ao candidato “local”. Assim, por exemplo, estar associado a um determinado deputado, ou candidato a deputado, que tenha peso dentro da facção já é em si importante para um vereador, e ainda o será mais se esse político tiver sua base eleitoral no mesmo território em que o candidato concorre. Como esses grupos já se mantêm há certo tempo, a rede política dos mesmos dificilmente mudará, pois já acarreta no *status* do ator estar vinculado a tal grupo/chefe político, como fala Kuschnir (2000, p. 56) que “o partido é identificado com seus comandantes e seus amigos. Tanto que os partidos e candidatos costumam ser referidos a partir do nome de um ‘chefe político’. À pergunta ‘fulano é de quem?’, responde-se: ‘É do partido do sicrano’”

Há uma correspondência com o que acontece pelo lado dos militantes. Eles sempre dizem trabalhar para alguém, isto é, para um candidato em particular, e nunca para o partido em geral ou para vários candidatos que estão disputando os mesmos cargos. Dentro da facção, ao contrário, a disputa pelo espaço é uma disputa constante. Isso indica a existência de uma temporalidade específica para os políticos, isto é, para aqueles que fazem política o tempo todo, que se diferencia da temporalidade concebida pelas populações como “tempo da política”. O que aparece como sendo uma disputa entre facções é aquela que acontece durante a campanha eleitoral, pois a política, fora do período eleitoral, faz-se fundamentalmente dentro da própria facção. E retomando a fala do CE Paulo Guerra, são eles que levam o nome dos grupos e que fazem eles continuarem no dia a dia da população, pois ela também exige saber de qual “lado” eles estão, tanto nas eleições como também depois dela.

Mas e aqueles que não assumem diretamente que fazem parte de um grupo político? É o caso do CE Noé Francisco, que falou em uma das sessões na Câmara que não é nem do Matamatá e nem Cochara, complementando com “meu compromisso é com o povo”. Afirmou

que foi eleito pela ala do Matamatá, entretanto, isso não diz nada, segundo ele, sentiu-se obrigado a participar de um grupo para poder se eleger, que “infelizmente a política de Arapongas ainda é assim”.

Não vou ficar sendo mandado por chefe político nenhum. Tenho que fazer a minha própria política para o povo. Essa política de grupo em Arapongas tem que acabar. Só traz atraso pra população. A gente que está mais perto do povo sabe das dificuldades que o povo passa. Ao invés que ficar discutindo sobre apoio de cochara e matamatá, a gente tem que focar no que é melhor pra Arapongas, e o que for melhor eu vou estar junto (CE Noé Francisco).

Como forma de rebater, o CE Paulo Guerra, apesar de apoiar a situação, no caso os candidatos Mara Vieira e Benjamim Azevedo, afirma que são visíveis as falhas do governo, mas que sabe que esses candidatos são capazes de melhorar o estado e levar mais recursos para Arapongas.

Ao contrário da simples confirmação do mando de um determinado chefe político ou facção sobre uma mesma clientela, as eleições são a ocasião, por excelência, para as migrações entre facções. O “tempo da política” é o tempo em que são possíveis os rearranjos ou em que são formalizados os rearranjos de compromissos que foram se dando entre duas eleições, que, de outra forma continuariam sendo lidos como ingratidões ou traições. Mesmo quando o resultado é a confirmação do mando da mesma facção, esses movimentos são fundamentais. Entre duas eleições muita coisa se passa: conflitos interpessoais inviabilizam a permanência de duas pessoas na mesma facção; favores de diferentes fontes criam para um mesmo indivíduo ou para uma mesma família problemas de lealdade e assim por diante. O tempo da política é que vai permitir mudanças de fronteira capazes de readequar a sociedade à imagem que ela se faz dela própria (PALMEIRA; HEREDIA, 2001).

Os comícios – ou, mais especificamente, seus palanques – como vamos tentar mostrar – são os lugares, por excelência, de manifestação de identidade de uma facção, senão da própria existência de facções. Aliás, é em torno dos próprios comícios que se dá um dos embates mais intensos desse período que é marcado pelos conflitos. A questão do local onde cada facção fará realizar os seus grandes comícios é considerada crucial nas estratégias de campanha. O resultado dessa disputa, que, muitas vezes, envolve, além da prefeitura e da polícia, a própria justiça eleitoral, corresponde a uma primeira manifestação da força relativa de cada facção. A atribuição, em caráter permanente, de uma praça importante para os comícios de uma facção contribuirá para alterar a geografia social da cidade ou da vila em um determinado sentido e pesará no desdobramento da campanha e, em última análise, nos resultados da eleição (PALMEIRA; HEREDIA, 2001).

O comitê da candidata à reeleição, a deputada estadual Mara Vieira, se encontrava na Praça do Forródrômo, local estratégico, no centro da cidade. As cores predominantes são o azul e amarelo. Apesar de as cores usadas em seu material de campanha ser com as cores azul, branco e vermelho, o amarelo estava presente, cor essa que há várias eleições representa o Matamatá nas eleições municipais. Os adesivos e cartazes expostos no prédio do comitê são somente da candidata e de Luciana Almeida; há também um cartaz com a foto de Jonas Vieira, pai da candidata, chefe do Matamatá.

Um fato interessante que ocorreu foi o de populares terem levado seus filhos, com adesivos e santinhos, mesmo sendo crianças. Questionei uma mãe, que estava acompanhada do marido e filho de seis anos, o porquê de ela ter levado uma criança a um comício, ao que respondeu que “é pra já aprender o que é política, a gente tem que participar, envolver os filhos pra crescerem com discernimento, saber quem é o Matamatá”. Há ainda a necessidade de identificação a partir dos pais, o sentimento de adesão. As próprias crianças pedem adesivos, cantam as músicas, participam da “festa da política”.

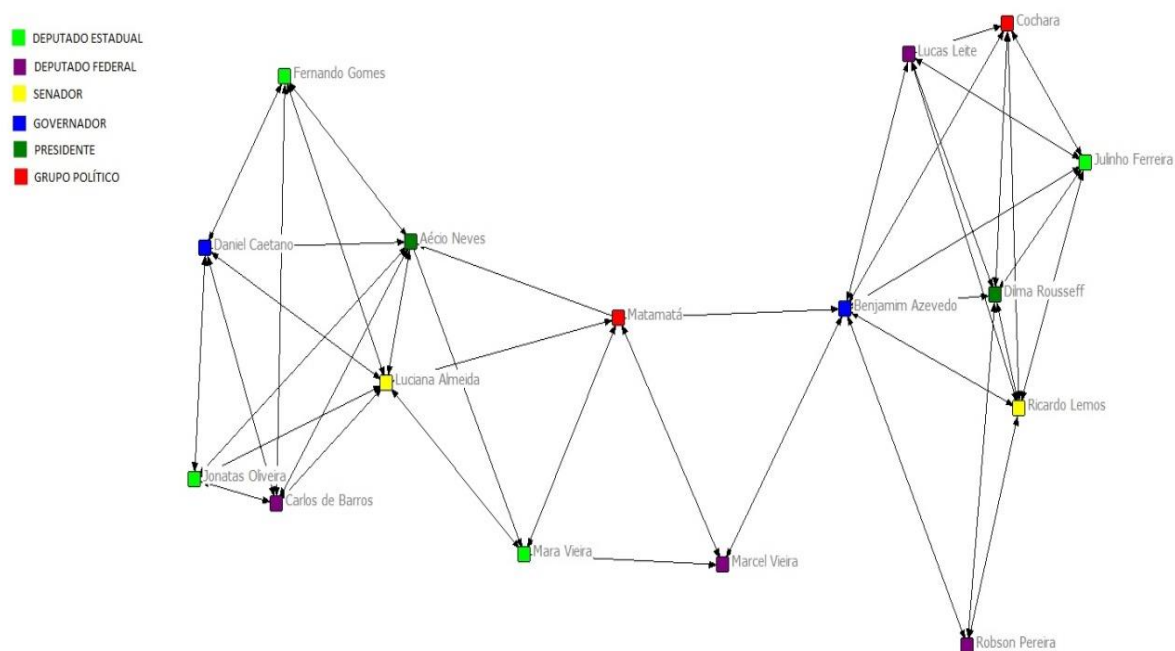
Pode-se argumentar que não seja um fato relevante para a dinâmica política por se tratar de crianças, que nem sequer votam, todavia, é com a socialização que se constrói o tal “discernimento” mencionado pela mãe. Se eu sou de um determinado grupo, obviamente minha família será desse mesmo grupo. Além das crianças, os idosos também fazem parte desses eventos. Questionei alguns idosos sobre o caso e eles disseram que gostam da política e de participar. Um deles ainda disse que sempre que pode, comparece a esse “tipo” de política e que como toda vida foi Matamatá, não é porque já estava livre da obrigação do voto que deixaria de participar. Para esse senhor, não existe idade para a política. Junto às lideranças políticas presentes no local, os secretários do município também fizeram parte.

Na inauguração do comitê da candidata à reeleição, a deputada estadual Mara Vieira, uma “confusão” de apoios se caracterizou de uma forma que até então não tinha acontecido nas campanhas em Arapongas, seja em nível municipal ou estadual. Sendo a candidata do Matamatá, necessariamente as lideranças do grupo a estariam apoiando. No trio elétrico, no momento dos discursos, o locutor sempre falava nomes de candidatos e os seus respectivos números: Mara Vieira, 25983; Marcel Vieira, 1599; Luciana Almeida, 258; Benjamim Azevedo, 15; e Aécio Neves, 45; mas quando Luciana Almeida estava presente, o locutor só falava o seu número e o de Mara. Havia a distribuição de adesivos de Mara e Marcel Vieira, Luciana Almeida e Aécio Neves. Mara só usava os adesivos dela, de seu sobrinho e de

Luciana Almeida. E as bandeiras eram somente da própria Mara e de Marcel Vieira. Apesar de ele não estar presente fisicamente, a sua imagem era sempre lembrada.

Com essa chapa, percebe-se a confusão entre os apoios e mistura de coligações adversárias. Mara Vieira, Luciana Almeida e Aécio Neves pertenciam a uma coligação, e Marcel Vieira e Benjamim Azevedo pertenciam à outra. Mara Vieira, do DEM, foi secretária da Saúde da capital, onde o esposo de Luciana Almeida era prefeito e assim já vinham se aliando desde eleições anteriores, nas quais o partido de Luciana Almeida, o DEM, aliou-se ao PSDB, partido de Aécio Neves, e do prefeito de Arapongas, Vagner Freire. Mas Marcel Vieira, sendo o principal candidato a deputado federal do Matamatá, pertence ao mesmo partido que Benjamim Vieira, adversário de Daniel Caetano, do PSC, que tinha como candidato à presidência Aécio Neves, e aliado a Luciana Almeida. O prefeito Vagner pediu voto para Mara Vieira, utilizando do discurso familiar, dizendo que Jonas Vieira é um grande homem, de bom coração, que nunca mediu esforços para ajudar a quem precisasse. Pediu voto pra Aécio Neves, dizendo que Dilma e Lula, junto com o PT, acabaram com o Brasil. Todavia, Marcel Vieira estava com Benjamim, que tem apoio de Dilma e é coligado com o PT. Também pediu voto para Benjamim, justificando que o mesmo ajudou com o asfalto em Arapongas, porém, não pediu voto para Luciana Almeida. Os gráficos a seguir irão demonstrar esse mosaico de alianças:

Gráfico 1 – Relação entre os grupos e os candidatos





Esse mosaico de apoios complica a atuação dos cabos eleitorais. A maior parte dos cabos eleitorais que estavam presentes não apoiava pelo menos um dos candidatos do Matamatá. O cabo eleitoral João Pedro não apoiava Benjamim Azevedo, mas Daniel Caetano. O cabo eleitoral Artur Machado não apoiava Mara Vieira e nem Luciana Almeida, mas Julinho Ferreira e Ricardo Lemos. Vejamos nos gráficos que seguem:

Gráfico 2 – Relação entre os grupos e os cabos eleitorais

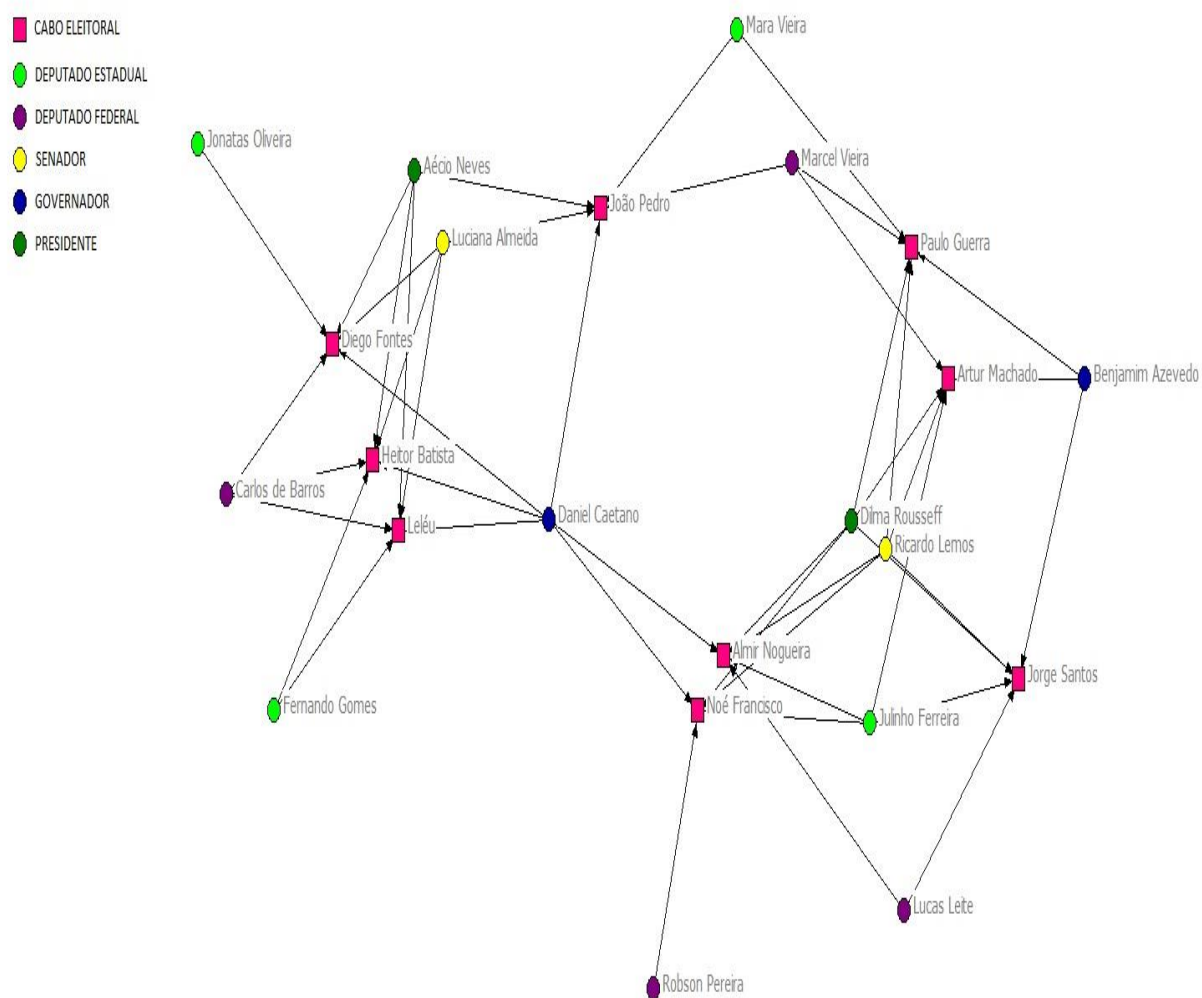
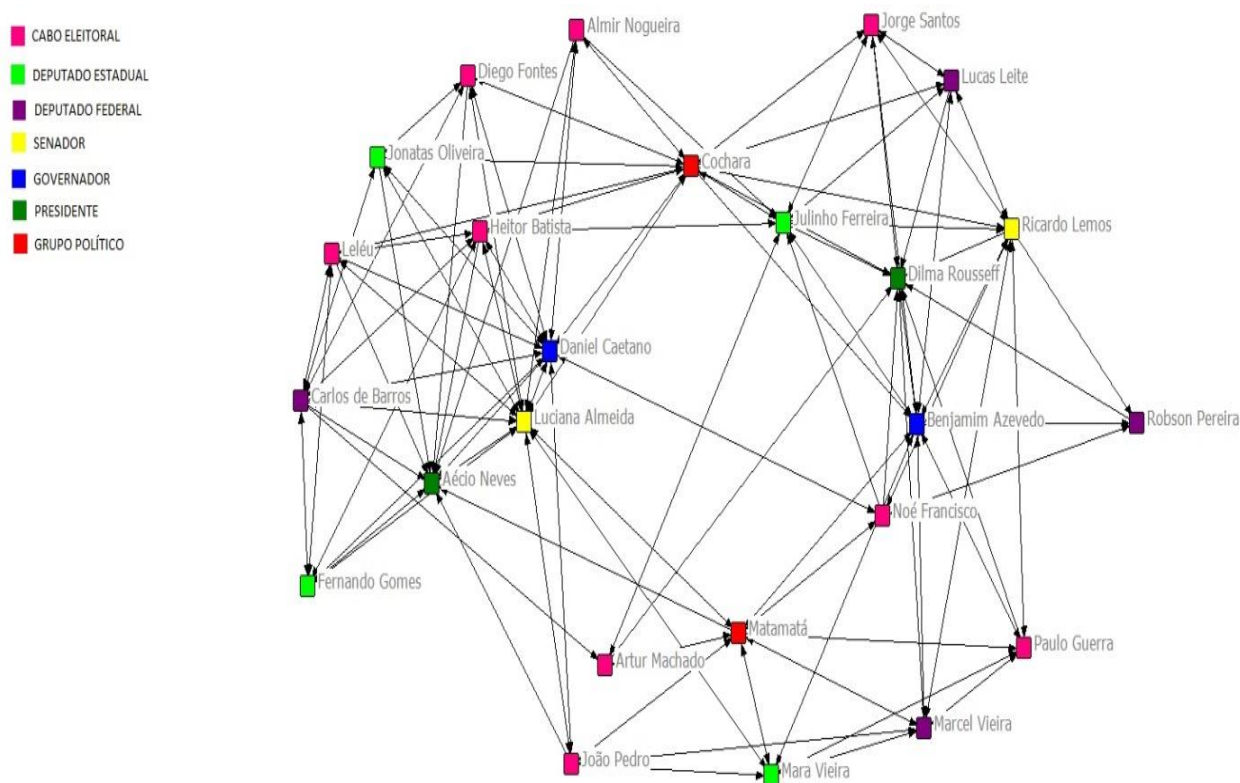


Gráfico 3 – Relação entre os cabos eleitorais e os candidatos



Palmeira e Heredia (2001) afirmam que a circunscrição da política como atividade legítima de todos a um período determinado inibe as atividades políticas de grupo no cotidiano. A militância permanente – marca do trabalho político dos partidos de esquerda e, no passado, também de certa direita – e até mesmo a presença muito constante do político nas comunidades é vista com desconfiança. A política é identificada com divisão (ao contrário da família, que simboliza a unidade) e, por isso, a atividade política constante é vista como uma ameaça à comunidade. Sem dúvida, aquele padrão de militância pode legitimar-se ao longo do tempo, mas trata-se de um processo difícil e de resultados incertos.

Esse caso se diferencia do caso em Arapongas, onde os políticos são chamados pela comunidade para participarem de suas ações, tanto com ajuda como também para dar credibilidade ao bairro, povoado, etc. Não quer dizer que Arapongas seja uma cidade “politizada”, mas de que a política faz parte do cotidiano da cidade, não somente no “tempo da política”. Os cabos eleitorais, para fazerem uma boa campanha, precisam ter um território para atuar em que já sejam conhecidos pelos seus trabalhos e que tenham quem trabalhe com

eles nesses locais. Caso já tenha feito alguma festa em alguma data comemorativa, por exemplo, no dia das crianças, ou se ajudou a levar um posto de Saúde para a comunidade, isso fará com que a sua atuação tenha mais crédito no local do que outro cabo eleitoral que não tenha “feito” algo para a comunidade. E sempre com o cabo eleitoral, será levado o nome da facção a qual faz parte, uma forma indireta de fazer presente a facção, mesmo que o grupo não tenha ajudado.

A senadora Luciana Almeida falou no meio do povo; tinha pedido a palavra para falar primeiro, pois não poderia ficar durante o comício todo, uma vez que iria a outro evento em outra cidade do interior; pede voto para Mara, pelo trabalho feito na secretaria da capital. Não pede voto para nenhum outro candidato. Discurso simples, sem muitas palavras. Já com a palavra, a candidata Mara Vieira usa o nome de seu pai, falando que ele tem serviço prestado à população arapongana e à sergipana, reforçando o discurso familiar. A família foi a sua base e o fato de já ser deputada e ser formada em Enfermagem e o trabalho na área da Saúde são elementos que a faz sentir-se legitimada para continuar o trabalho na assembleia legislativa, retomando também a identidade de ser Matamatá, lembrando o trabalho de seu pai Jonas Vieira, como prefeito de Arapongas e como líder político.

Esses discursos articulam a ideia de uma candidatura “involuntária” com a noção de “dever/sacrifício”, ambos justificados em função do pertencimento do candidato a uma coletividade. Para ser legítimo, o candidato precisa compartilhar valores com uma determinada comunidade, seja ela de caráter local, religioso ou profissional. O papel da “comunidade” é gerar a candidatura do seu “líder natural”. Na visão dos políticos, é o grupo que “lança” a candidatura, que “indica” o nome, que praticamente “obriga” um de seus integrantes a se tornar candidato.

Se, por um lado, o eleitor considera obrigação de o vereador atender a suas demandas, por outro essa concepção está incorporada à representação que o vereador tem de sua própria atividade política. A obrigação de atender é dada por motivações distintas, desde a gratidão por ajuda recebida (em campanhas, por exemplo) até por “questões humanitárias”. O atendimento, no entanto, possui regras implícitas, explicitadas apenas para os membros do grupo que acompanha o vereador. Entre as principais estão aquelas presentes em toda economia da dádiva: o atendimento, o favor e a ajuda são sempre concessões aparentemente generosas, desinteressadas. Assim, mesmo que a motivação para atender responda a critérios diversos, não há dúvida de que a dinâmica da relação entre eleitor e vereador, assim como de grande parte da administração pública, está inserida no circuito da dádiva e em sua lógica

específica. A dádiva é o operador que vincula e obriga, estabelece e renova alianças. Ela é constitutiva das relações políticas no município.

Os vereadores estão inseridos em um circuito de trocas que, mesmo a contragosto, impele-os a atuarem da maneira como atuam, atendendo às demandas. A clara percepção que todos têm da falta de expressão eleitoral que a recusa ao assistencialismo traria obriga-os a atuar no mesmo sentido. A dinâmica da competição interna é implacável, pelo menos para os que pretendem a reeleição. A distinção feita por Kuschnir (1993) entre políticos “ideológicos” e políticos “assistencialistas”, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, não se aplica ao município de Arapongas. Não há espaço para políticos orientados em termos ideológicos, se por isso entendemos um comportamento orientado por linhas estabelecidas nos programas dos partidos políticos. Fora do assistencialismo não há salvação.

Kuschnir (1993; 1995), de modo similar, mostrou que os vereadores da cidade do Rio de Janeiro dependem do Executivo para materializar o atendimento aos seus eleitores. A falta de capacidade do Legislativo de fiscalizar o Executivo expressava-se, entre outros aspectos, na dependência dos vereadores em relação à capacidade de atendimento às suas demandas, feitas pelos eleitores – no que dependem do Executivo. Se, ao desempenhar o papel de *broker*, o vereador “garante uma ascendência sobre a população, em relação ao Executivo ocorre exatamente o contrário” e, portanto, “manter e alimentar a relação com o Poder Executivo é o que garante ao seu papel de vereador o prestígio, junto aos eleitores, de agente da mediação” (KUSCHNIR, 1993, p. 116).

Diante dessa explanação, o capítulo seguinte irá tratar de como esses cabos eleitorais foram construindo o seu espaço na política e como foram adquiridos conhecimentos e habilidades para a execução do ofício de cabo eleitoral. Será visto que não basta conhecer política ou somente ter um cargo eletivo, mas que é necessário um conjunto de disposições para assim a atuação ser realizada e demonstrar que o papel de cabo eleitoral não é só perceptível durante a campanha, mas que certos traços permanecem constituindo, assim, o cotidiano da política.

## **CAPÍTULO 4**

### **CONSTRUINDO UMA CARREIRA POLÍTICA: SOCIALIZAÇÃO E PROFISSÃO**

Este capítulo tem como objetivo identificar o perfil do cabo eleitoral, não só enquanto profissional, mas como esse ator político está sujeito à socialização entre os espaços em que o mesmo faz parte e na construção do ofício de cabo eleitoral, como também como se dá o recrutamento e a inserção nas redes sociais que proporcionam a criação e manutenção desse ofício. Para isso, foram realizadas entrevistas com cada cabo eleitoral focando tanto em sua escolarização, sua entrada na política, sua atuação como vereador e principalmente a atuação como cabo eleitoral nas eleições estaduais de 2014. Como foi colocado na Introdução, as entrevistas foram muito reveladoras sobre situações em que os próprios cabos eleitorais se sentem desconfortáveis, que até mesmo não chegam a comentar em outros locais.

A princípio, cabo eleitoral não é uma profissão e nem uma ocupação. Entretanto, cargos eletivos como vereador, deputado (estadual e federal) e senador são consideradas ocupações de acordo com o Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)<sup>18</sup>, sob o número de 1111, legisladores e prefeito, vice-prefeito, governador, secretário etc.; também entram no código de ocupações sob o número de 1112, dirigentes gerais da administração pública. Com isso, a ideia de que política não é uma profissão já não é mais válida, mesmo não tendo um credenciamento como carreiras já consagradas, como na Medicina e o no Direito, já é considerada uma ocupação.

Isso não invalida o cabo eleitoral por não se encontrar na CBO, até porque não gera vínculo empregatício. Pois que, por mais que o cabo eleitoral não seja nem profissão e nem ocupação, para poder atuar como tal é necessário um saber específico e um investimento, seja de tempo, de experiência, de recursos materiais e/ou imateriais. Esse capítulo irá demonstrar isso, a partir dos cabos eleitorais que acompanhei na campanha eleitoral e das entrevistas semiestruturadas para identificar aspectos importantes para a atuação desse ofício.

---

<sup>18</sup> A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por Portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem às relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO, é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus deputados e senadores, e levada à sanção do Presidente da República.

#### **4.1 Da lavoura à política: processo de formação social e profissional dos cabos eleitorais**

A socialização dos indivíduos ocorre em diversos domínios da sociedade, como a cultura, a religião, a tecnologia e a política, nos quais tomam lugar as diversas experiências que contribuem particularmente para o processo de construção da identidade social e da autoimagem do indivíduo em relação ao sistema político e às instituições da sociedade. Para os deputados e senadores que foram incluídos como universo empírico do estudo, tanto o jogo político quanto o social são duas faces de uma realidade, mas, para que esses atores conservem o poder adquirido, é necessário que ajam não apenas como profissionais da política, mas como mestres em ambas as faces desse jogo. Assim, é fundamental que o capital social acumulado pelo agente seja reconvertido em capital político, segundo mostra Bourdieu (1989).

Como poderá ser observado, para ser cabo eleitoral não é necessário diplomas, certificados para legitimar a sua entrada na política. Os capitais que estão em jogo são, primeiramente, o capital social, de acordo com os espaços de socialização que o ator esteja inserido; e em segundo lugar, o capital político, esse sendo um capital que só é conseguido após a sua entrada e consolidação na política. Por se tratar de um município do interior de um estado pequeno do Nordeste, não é de se esperar que a política tenha sido construída e pautada nos recursos escolares desses atores políticos, muito menos nos recursos econômicos, pois são poucos os que podem gastar no período eleitoral. Em todas as entrevistas realizadas, não houve um cabo eleitoral sequer que não tivesse saído de uma infância na lavoura ou que não teve que trabalhar desde cedo para ajudar os pais:

Assim, o cabo Heitor Batista afirma:

Eu nasci filho de camponês, agricultor, pequeno agricultor rural, e até os 18 anos estive trabalhando com os meus pais ajudando na agricultura, ou seja, na economia familiar. Aos 18 anos já tinha tido a quarta série que era o nível maior lá no interior e como não tínhamos transporte para nos deslocarmos para a cidade, não concluí meus estudos até essa idade, com isso, optei por viajar a São Paulo. Tirei meus documentos e segui, onde passei dois anos, onde serviu pra mim como uma grande escola. Apreendi muita coisa, aprendi a conviver com várias pessoas de várias culturas que eram diferenciadas da minha em que cresci. Retornei a cidade de Arapongas e foi quando me inscrevi e passei na empresa Telergipe. Fiquei por 20 anos.

João Pedro:

A minha infância foi uma infância normal, não tive dificuldades, mas desde cedo minha família colocou que temos que trabalhar. Então,

mesmo criança, eu ajudava na lanchonete de minha mãe, que desde que eu nasci ela já tinha e ia ajudar meu pai no sítio dentro das minhas possibilidades, porque certas coisas crianças não sabem fazer, mas toda a vida eu o acompanhei para que ele soubesse o que eu estava fazendo e onde que estava para que não pudesse haver aquela coisa de não saber onde estava, já aquela coisa da figura do filho. Mas graças a Deus sempre tivemos, através dos esforços dos meus pais, desde sempre trabalharam focando a família, eu tive a facilidade de poder focar nos meus estudos e saber o que eles passaram pra gente, a questão da vida deles e da minha vida.

Leléu:

Nasci em 1968, no Povoado Jenipapo, naquela época não tínhamos carro pra trazer pra maternidade, então eu nasci em casa. Minha infância foi simples, aos 14 comecei a engraxar sapato nas ruas. Na segunda-feira tinha um caminhão que vinha pra Lagarto e eu vinha pra engraxar o sapato do povo e depois comecei a vender picolé na sorveteria de Damares. Ali e depois comecei a negociar com Farinha, ia pra Aracaju dia de quinta-feira. Aos 17 anos, nós viemos morar em Lagarto. Meu tio me ajudou a ser cobrador de ônibus da Dorés, ele tinha amizade com o dono, Horácio das Dorés, e eu comecei a trabalhar de cobrador.

Artur Machado:

Sou da região do Caboclinho e a minha infância tem muita história. Fui criado no interior de um povoado e a gente sabe que com isso a dificuldade é muito grande e a tendência aqui no Brasil é só piorar. Meus pais eram lavradores e eu também fui lavrador, não tenho vergonha disso. Meus estudos ficaram em segundo plano porque no interior ninguém tinha ideia de que estudo era importante e a gente não pensava nisso, só pensava que tinha que trabalhar na roça pra gente ter o que comer.

Paulo Guerra:

Sou do povoado São Francisco, sou filho de lavrador, João José Santos, trabalhador da roça durante oito anos. Comecei a trabalhar na roça a partir dos sete anos de idade. O início dos meus estudos foi lá também, no povoado São Francisco. Fiz os estudos até a quarta série lá e a partir daí, vim embora pra Arapongas, morar com uma irmã minha, que já morava aqui há oito anos e comecei a trabalhar nas lojas Ultralar, e já estudando também por aqui em Arapongas.

Somente três dos entrevistados possuem graduação, um em História, outro em Economia com mestrado em Economia, e o último em Gestão Pública. Os dois primeiros concluíram suas graduações antes mesmo de entrarem para a política; a idade é na faixa dos 30 anos e também se encontram em seu primeiro mandato; e o terceiro começou a sua

graduação durante o seu mandato atual. O primeiro afirma que o seu curso não contribuiu muito para a sua entrada na política, mas serviu como “base teórica” para compreender o ofício político por meio do tempo e mostrou que a política não é a mesma da que ele aprendeu nos livros de sua graduação, e que queria mostrar como realmente é.

A minha formação acadêmica, ela só me deu a teoria do que era política, mas eu, através do que eu via na rua, não sentia o que se passa nos livros didáticos e universitários. O que a gente vê é a prática mil vezes diferente. E muitas das vezes, as pessoas querem botar a culpa nos políticos, mas muitas vezes não são. O Político muitas vezes conduz o que ele faz mobilizando o que está ao seu redor. Esse grupo pode ser um grupo de amigos que trabalham diretamente com o pleito ou através de um grupo próprio da sociedade que implantam certos tipos de posicionamentos que para a gente não desagradar, a gente acaba fazendo e eles veem que não é o correto, mas que é errado.

Ao contrário, o segundo cabo eleitoral graduado e mestre em Economia demonstra a importância dessa ciência tanto para a sua comunidade como também para a sua atuação política, evidenciando uma experiência profissional que possibilitou a aprendizagem no meio administrativo, antecipando a sua capacitação burocrática. Ele fala que antes de entrar na política, trabalhou em áreas diferentes, começando na agricultura, ajudando os seus pais e depois de agricultor foi recenseador agrícola na área de sítios, entre 3 a 4 meses, sendo essa a sua primeira experiência de trabalho. Seus estudos foram na zona rural, no Monte Santo, depois foi pra Aldeia Grande, ainda no interior de Arapongas, para concluir o ensino médio e assim que terminou, fez vestibular, sendo aprovado no curso de Economia na Universidade Federal do estado. Após a graduação, fez o mestrado também em Economia e a sua área foi a de Desenvolvimento Regional. Quando ele estava acabando o seu curso universitário, passou a ser funcionário da Fundação de Apoio à Pesquisa do estado de Sergipe, exercendo o cargo de chefe de gabinete. Ele afirma que um amigo o convidou e como estava acabando o curso de Economia, aceitou. Depois de trabalhar na Fapitec, passou a trabalhar na Casa Civil do governo do estado com cargo comissionado. Foram duas fases, a primeira recebendo pela Casa Civil e prestando serviço a algumas cooperativas, e depois passou a exercer suas funções na própria Casa Civil, como assessor econômico do governador. Além disso, foi diretor de uma cooperativa chamada Coopergrande, também exercendo os cargos de secretário e tesoureiro.

Sobre o terceiro cabo eleitoral, o curso de Gestão Pública só veio a acrescentar à sua carreira na política, pois agora ele poderia legitimar mais ainda o que ele já havia aprendido por meio da experiência de seus outros mandatos:



Quando a gente quer trabalhar para o povo, temos que dar o nosso melhor. Um curso superior é de total ajuda porque a gente vai abrir nossa mente para novas ideias, e se tratando de Gestão Pública, ajudará mais ainda. A gente tem que ter um conhecimento mais apurado pra dar mais prestígio ao nosso trabalho. Só nesse pouco tempo já participamos de dois congressos, o que nos ajudou a modificar algumas ideias. Apesar disso, eu participei da Escola Nacional de Política do Instituto Tancredo Neves, como também de outros cursos menores, sempre da área da política. Quanto mais conhecimento, melhor.

Encontramos aí o que Freidson (1998) chama de *expertise*, criando um antagonismo entre “profissional” e “amador”, que além do ator ganhar a vida com seu trabalho profissional, ele terá uma competência superior, um conhecimento mais apurado quanto à realização de um trabalho profissional (p. 200). Nesse caso, não temos um curso superior que ensine a alguém a se tornar um político profissional, mas cursos que tratem de administração e gestão municipal que contribuem para o lado “técnico” da política, ou seja, contribui para a atuação de um legislador ou de um dirigente de administração pública<sup>19</sup>. Já o lado prático, só é possível adquirir através da experiência, seja ela com ou sem mandato eletivo, pois como é sabido, há vários espaços onde se pode adquirir conhecimento político, por meio de sindicatos, grêmios, associações etc.

Há também os casos em que os políticos profissionais não exercem mais a antiga carreira profissional, e seu tempo é exclusivo para a atuação no campo político. Todavia, não deixam de explicitar a sua formação e ainda usam o título para legitimar o seu discurso. Há um longo movimento que gera a imposição da especialização na política, isto é, em que se exige dos atores que se tornem “profissionais”, consagrando a maior parte do seu tempo às atividades políticas, desligando-se de uma profissão anterior ou mesmo não chegando a exercê-la, conseguindo monopolizar a ocupação de cargos e o direito às candidaturas, conquistando antiguidade e continuidade no interior do espaço político.

Certamente, o indivíduo pode exercer outras profissões e se tornar um líder político, isso fará com que a política insira outras esferas sociais e, assim, reconvertendo em recursos eleitorais, dispensando outras formas de intervenção e admissão social para o ingresso na “política” (CORADINI, 2001, p. 19) e, mesmo assim, podendo atuar nos dois mundos, ou seja, operando ou não diretamente em atividades instituídas como políticas (CORADINI, 2001, p. 22), não se valendo do exercício da profissão política (médicos com suas clínicas, por exemplo, que se candidatam; eles não dependem da política no âmbito profissional, mas

---

<sup>19</sup> Segundo o CBO, sob o código 1112, as ocupações que se enquadram como dirigentes gerais da administração pública são: prefeito, vice-prefeito, governador, governador de distrito, secretário do executivo, presidente da república etc.

aproveita da sua formação já com uma clientela constituída pelos pacientes, podendo muito bem tê-los como possíveis eleitores).

Segundo Rodrigues (2002), Johnson considera que as atividades ocupacionais, na sua essência ou natureza, são uma consequência geral da divisão do trabalho, e que a emergência, em qualquer sociedade de saberes ocupacionais especializados na produção de bens ou serviços cria relações de dependência social e econômica e relações de distância social – à especialização da produção correspondente a desespecialização dos consumidores. Nesse caso, atores políticos que detêm de outra ocupação têm poder de “persuadir” a sua clientela a seu favor, pois o mesmo tem para si a *expertise* e a ela não pode ser contestada pelos seus consumidores. Nesse caso, o cabo eleitoral que é vereador irá acionar a sua base eleitoral para os seus candidatos, utilizando de seu conhecimento político legitimado pelo mandato, em que, ao mesmo tempo, irá acionar para si próprio, antecipando o contato de uma futura campanha municipal.

Sobre participação em sindicatos, só dois entrevistados participaram e detiveram cargos, esse já mencionado acima e o cabo eleitoral que trabalhou na empresa de telecomunicações. Este último coloca que a sua participação no sindicato foi fundamental para a sua entrada na política, apesar de já ter vivenciado por meio do seu pai, que também foi um líder comunitário e cabo eleitoral do ex-prefeito de Arapongas, Ferreirinha, chefe político do Cochara. Ao entrar na Telergipe depois de alguns anos de trabalho, Heitor participou de uma greve dos funcionários da empresa, e devido ao seu destaque nessa greve, a diretoria do sindicato o convidou pra participar do Sinttel, fazendo com que esse fosse o seu segundo passo para uma trajetória na política. Ele afirma que com essa participação foi possível ter experiências que ampliassem os seus pensamentos acerca do que era realmente a política, fazendo com que se tornasse um defensor dos direitos trabalhistas. Com isso, ele permaneceu até o seu último ano na empresa, devido à sua privatização, pediu desligamento, pois entendeu que já não tinha mais interesse e que sabia das consequências que essa privatização traria para os servidores da Telergipe. Mas essa sua experiência no Sinttel possibilitou uma espécie de legitimidade ao seu mandato no que concerne aos assuntos sindicais do município como, por exemplo, o Sintese, que é o sindicato dos professores, onde Heitor atuou no momento em que o Poder Executivo descumpriu a Lei do Piso Salarial. Ele coloca que a sua participação sindical, tanto militante quanto exercendo o cargo de diretor geral, foi importante para o seu primeiro mandato devido à base para essas questões de administração.

Lochard e Simonet (2010) focarão no embate entre a expertise associativa e o conhecimento profissional. Essa expertise associativa consta na ideia de que conforme a participação no militância, o ator social irá desenvolver um conhecimento de acordo com as suas experiências dentro do associativismo; já o conhecimento profissional será aquele em que os atores sociais possuem o conhecimento legitimado, através do exercício da profissão conquistada pelo estudo na área. Para isso, os autores citam exemplos de associações da luta contra a AIDS na França, o Greenpeace, entre outras.

Com isso, eles trabalharão com o conceito de carreira profissional desses atores sociais, conceito esse vindo da escola interacionista, de Chicago. O elo entre carreiras profissionais e o militância demonstrará que um movimento social vai mais além do próprio movimento, dando ênfase aos atores, pois são eles que darão vida ao primeiro. Para esse conhecimento associativista será dado o nome de expertise profana, explicitando assim a diferença entre esse tipo e a expertise profissional. Exemplificando, os autores citam o trabalho de Becker sobre os usuários de maconha, os quais obtêm o conhecimento através da experiência, do contato direto e, assim, produzindo uma expertise sobre a técnica do seu uso. Logo no começo, os autores questionam o monopólio do conhecimento profissional e pontuam que a expertise profana poderia vir a questioná-lo também.

Na construção de seu próprio conhecimento, associações baseadas na experiência, muitas vezes, reclamam um conhecimento profano, com base na experiência que os profissionais não têm acesso e que estava faltando em seu conhecimento. Mas o conhecimento da experiência é apenas uma parte do conhecimento reivindicado por associações. Em um dos exemplos é mostrado que o *expert* profano não fica pra trás quando se trata de conhecimento científico. Com a finalidade de compreender os mecanismos de AIDS e publicações apropriadas em ensaios clínicos, testes e pesquisas de drogas cientistas, especialistas como os profanos que dominam o conhecimento e linguagem científica foram capazes de juntar-se ao círculo de pesquisadores e clínicos.

Todavia, não basta apenas obter o conhecimento científico legitimado pelo estado para que eles obtenham um caminho mais aberto no que tange ao associativismo. Em matéria de luta contra a AIDS, Epstein mostra, por sua vez, que o tipo de cargo ocupado no mundo dos negócios pode ser uma condição estrutural para esse acontecimento. Assim, os médicos registrados por sua prática de consultoria em um relacionamento com os pacientes são mais propensos do que os pesquisadores que não estão inseridos em tal espaço para fazer alianças com os ativistas e considerar o “conhecimento empírico” que eles têm destaque.

Com tudo isso, voltamos ao político profissional, especificamente, o vereador. As perspectivas de um vereador são mais limitadas, pois raramente ele é nomeado para algum cargo de alto valor estratégico na escala federal e praticamente não tem opções de postos políticos eletivos de menor expressão. Logo, o que ele pode pretender é permanecer no cargo e, em caso de se tratar de progressão na carreira, tornar-se prefeito, deputado federal ou estadual, ser nomeado para alguma secretaria ou órgão administrativo estadual, e secretaria municipal. Fora isso, o vereador somente pode lutar pela sua permanência e ir à busca de apoios atuando como cabo eleitoral. Pode aparentar que ser cabo eleitoral para o vereador seja um “bico”, assim como para os cabos eleitorais secundários, mas o vereador que não atua como tal dificilmente conseguirá manter-se no Poder Legislativo e corre o risco de não conseguir mais se eleger; apesar de que ser cabo eleitoral durante as eleições estaduais seja uma garantia de vitória futura, mas de um trabalho antecipado e dobrado de campanha própria. Esse ponto será trabalhado mais à frente neste capítulo.

Com isso, o uso da expertise na militância, mesmo que não exerça a profissão em que se formou, o conhecimento será mais como um trunfo, uma arma para poder acionar quando for conveniente. Os autores chegaram a esse caso a partir de sua principal hipótese, a de que a construção de uma situação de legitimidade que faz com que um sindicalista se reconheça e seja reconhecido como um *autêntico* representante da sua categoria se sustenta sobre duas lógicas singulares, mas co-dependentes: em primeiro lugar, os atributos pessoais – o que inclui sua origem e sua trajetória social; e em segundo, as práticas e os discursos que eles são capazes de formular e reformular ao longo de sua carreira. Tendo em vista articular essas duas lógicas com os processos de engajamento político e constituição da situação de liderança, os autores deram ênfase em algumas fases específicas da trajetória dos sindicalistas; o recrutamento para o movimento sindical; o aprendizado das práticas e dos discursos; e, finalmente, as situações de estabelecimento ou de exclusão no jogo político.

Por mais que alguns desses cabos eleitorais afirmem que atualmente não estejam tão assim a “serviço” dos grupos ou que desejam que esses grupos acabem, nenhum deles entrou para a política profissional só porque tinha “vocação” ou porque sempre sentiu que a política era o seu caminho. Quando se trata de política profissional, ainda mais quando se começa dos pequenos cargos da política e que no município existam facções e chefes políticos, precisa-se de uma mediação para poder ser introduzido nesse espaço. Grill (2013, p. 251) coloca que “os mediadores (porta-vozes ou intermediários) são, nessa ótica, denominados de ‘tribunos de identidade’, pois se dedicam à construção identitária dos grupos: engendrando interpretações

sobre a ‘história local’, redefinindo suas ‘raízes e suas ‘tradições’ [...]” e, assim, redefinindo seus espaços.

Ao serem convidados para participar das atividades cotidianas da política, principalmente quando se trata de um município, as oportunidades são ampliadas nesse espaço, pois a visibilidade que é dada a um cabo eleitoral no começo de carreira o possibilita crescer de maneira independente, mesmo que aos poucos.

Entrei pra política com Ferreirinha, que foi ele que me chamou. Entrei na política, em 1986, e onde era Ferreirinha e Cabo Antônio candidatos a deputado, e eu trabalhei pra Ferreirinha nessa sua campanha, foi com ele que fui aprendendo a fazer política porque não tive estudo nem nada e essas coisas quando a gente não tem estudo precisa de alguém para ajudar a gente, né? Foi aí que comecei na política, como cabo eleitoral mesmo. Na época a gente num ganhava nada, era uma ajuda com transporte, com comida, essas coisas. Não é como hoje, em que muitos pedem um dinheiro absurdo pra se fazer campanha pra outros. A gente que já tem mandato sabe como são as coisas, mas ainda assim não são todos que tem discernimento. Hoje sou o vereador com mais mandatos consecutivos que nossa cidade já teve.

Dos entrevistados, somente um participou de grêmio estudantil e ele afirma que por já ter um contato maior com a política, poderia já começar desde cedo caso quisesse dar continuidade ao legado de sua mãe:

Minha mãe sempre se envolveu com a política, chegando a ser deputada estadual. Eu a ajudava nas campanhas e ao mesmo tempo eu sentia crescendo em mim a vontade de também ser como ela; passei a participar do grêmio estudantil do meu colégio e senti a responsabilidade nas mãos, ser a representação de uma categoria em que eu me encaixo era satisfatório. Sempre moramos em povoado e eu via como era sofrida a vida. Vi que eu deveria continuar o trabalho de minha mãe e hoje sou vereador, na primeira vez que me candidato com ajuda dela.

Algo importante que merece ser destacado antes da exploração dos dados é que durante os contatos com os atores, seja por meio de qualquer metodologia utilizada para esse trabalho, o ator político tem a necessidade de se mostrar “honesto”, no sentido de desmascarar a concepção de “político corrupto” e que isso não ocorre nessa esfera. A reação às perguntas é uma espécie de “escudo”, justamente para quebrar esse senso comum, como se eles tentassem se policiar para que não seja “manchada” mais ainda a visão do senso comum em relação a eles.

Cunha (2008), quando falou em “aprendizagem, iniciação e conversão”, baseando-se no trabalho de Hughes (1964) <sup>20</sup>, tratou disso: o entrevistado que participou da diretoria de associação comunitária fala que partir da conversão não mais se pode dizer que um dia ele deixará de ser político:

A política sempre esteve em mim, mas como um profissional da política, foi quando eu assumi o meu primeiro mandato e senti a responsabilidade de cumprir o meu dever como um profissional. Quando entrei no mundo político, tive dois mandatos seguidos, depois disso, passei oito anos sem um mandato, mas as pessoas continuavam me chamando de vereador e eu nunca deixei de agir como um. Continuei o mesmo trabalho que eu já fazia, assistia os necessitados, levava-os a Aracaju para consultas médicas com o meu carro particular, chegando a fazer isso de madrugada. Era toda semana! Com certeza eu vivia para a política. Eu não recebia ajuda de custo nenhuma. Minha mulher é que sustentava a casa, mas eu nunca deixei de ajudar os outros, mesmo àqueles que não votaram em mim. Muitos que não votavam em mim pediam a minha ajuda e eu não me importava. Eu só queria ajudar.

Tendo feito a sua aprendizagem, através dos meios de socialização que possibilitaram o contato com o cotidiano da política, conhecendo, assim, as facetas, os modos de exercício do ofício, o ator irá incorporar esse aprendizado para passar para a segunda etapa; a iniciação se dá quando o ator começa a atuar no papel de cabo eleitoral, sabendo lidar tanto com pessoas em geral como com os candidatos e lideranças políticas maiores, sendo, neste caso, uma espécie de ponte, se especializando no saber e criando habilidades a partir dessas experiências; a partir daí, conforme a prática se desenvolve, o ator passa a mudar a si mesmo através da incorporação de novas ideias sobre o que realmente é ser cabo eleitoral e da aquisição de competências efetivas que venham a possibilitar o seu desempenho. Essas etapas são essenciais para uma total conversão identitária e assim se consolidar no ofício.

#### **4.2 Inserção e consolidação na política para a “fabricação” do ofício de cabo eleitoral**

A convivência com a ambiência política permite uma absorção intuitiva do “fazer político”, além das habilidades herdadas, paralelamente a todo o investimento escolar e profissional empreendido pelos agentes. As disposições sociais, os hábitos do meio em que se

---

<sup>20</sup> O autor, quando trabalha “a fabricação de um médico” a apresenta como uma espécie de “modelo” da socialização profissional concebida tanto como uma iniciação, no sentido etnológico, à cultura profissional (nesse caso médica) quanto como uma conversão, no sentido religioso, do indivíduo a uma nova concepção de si e do mundo, em suma, a uma nova identidade.

processa a formação do indivíduo, o treino social e as atitudes que lhes são mais úteis no dia a dia também são socialmente incorporados, como os saberes que interferem no rendimento escolar e nas escolhas futuras. Os mesmos saberes não exprimem as mesmas atitudes e não estão ligados aos mesmos valores: enquanto para uns eles provêm da aprendizagem escolar, para outros eles advêm, em primeiro lugar, do meio familiar. Para se valer de algum recurso, a sua reconversão não é algo direto, pois depende das lógicas sociais vinculadas às diferentes esferas, podendo adquirir significados (CORADINI, 2001). O capital político construído com recursos pessoais é baseado no reconhecimento do próprio indivíduo, em seu prestígio e em sua reputação, que são construídos ao longo de sua carreira e que serão reconvertidos em trunfos eleitorais.

Apesar de não achar que a sua formação acadêmica tenha sido uma grande contribuição para a sua entrada, o cabo eleitoral João Pedro exemplifica a importância das facções políticas no município como um dos fatores para a entrada na política:

A questão da política me jogou pra dentro há pouco tempo, apesar de a gente ser torcedor de partidos em Lagarto. Na eleição passada eu dei o meu voto ao vereador José Menezes e acompanhando aqui na Câmara algumas coisas, eu fui me descontentando com algumas coisas que aconteciam. E com isso, o meu pai achou o seguinte: tirar os meus esforços para ajudar alguém de fora, eu prefiro ajudar alguém de casa, ajudar alguém da família. Como eu já tinha uma vontade, e a vontade dele era maior que a minha, a gente começou a manifestar o interesse de candidatura e tivemos acesso ao grupo que nos deu total liberdade da candidatura e o povo deu o voto de confiança e hoje estamos aí eleitos pelo povo.

Torna mais clara a necessidade de mesmo não participar diretamente da política como uma ocupação, o primeiro passo para a inserção nesse campo é que principalmente a família esteja aliada ou apoie algum grupo político. Com isso, a facilidade de se tornar um cabo eleitoral ou até mesmo chegar a pleitear um cargo eletivo aumenta, como também há uma maior diversificação de atores políticos a cada eleição.

O cabo eleitoral Heitor relata que quando Ferreirinha retornou à vida política dez anos depois de ter o mandato de deputado estadual cassado, durante a década de 1960, ele o convidou, pois afirmava que tinha visto nele talento como uma liderança política, apesar de já ter sido uma liderança comunitária, que já vinha do meu pai. Mesmo seu pai não ter tido mandato eletivo, foi também uma liderança comunitária no povoado Caboclinho, onde muitas pessoas dependiam dele, pois exercia o papel de mediador das mesmas para com o poder público, porque precisavam do seu apoio e, assim, crescendo observando o pai trabalhar dessa maneira cresceu junto a vontade de seguir esse trabalho de seu pai, de ajudar quem não podia.

Cheguei ao cargo de vereador justamente por entender que, segundo suas palavras, “poderia fazer muito mais pela população”. Para esses cabos eleitorais, somente a vontade e a vocação para política bastavam para efetivarem seus “sonhos” e “desejos” de fazerem parte de um pequeno grupo de atores que fiscalizariam e legislariam, representando, assim, as suas comunidades e o município. Esse é o discurso mais comum encontrado na política sobre as motivações de inserção e consolidação na política.

Antes de sair da Telergipe, em 1988, ele recebeu um convite do então candidato a prefeito, Ferreirinha, para se candidatar a vereador. Nessa sua primeira candidatura considerou-se muito bem votado, mas não venceu as eleições, ficando como primeiro suplente, mesmo tendo obtido votos que poderiam ter lhe elegido, mas devido à questão das legendas não conseguiu. Continuou trabalhando na Telergipe e mantendo a sua expectativa de se eleger efetivamente, permaneceu se empenhando em fazer um trabalho social que de certa maneira elevasse suas chances de chegar à Câmara Municipal e em 1992 conseguiu se eleger mantendo ainda as suas funções na empresa. Chegando ao final de 1999, a empresa foi privatizada, e ele optou por sair dela e continuar sua trajetória política, pois ainda tinha o mandato até o ano de 2000. Com as eleições desse ano, segundo ele relata, a perseguição dos políticos locais foi muito atenuada devido a sua “boa atuação pautada na idoneidade, responsabilidade com um trabalho investigativo” e que o prefeito na época tinha se sentido incomodado, levando a crer que ele era uma ameaça ao seu mandato, uma vez que ele estava fiscalizando. O cabo afirma que com este pensamento eles passaram a persegui-lo, e na eleição do ano de 2000 eles “caíram em campo”, comprando os seus votos que já eram tidos como garantidos. Ele fala:

E até hoje existe esse tipo de eleitor que troca seu voto por barganha, por cimento, por bloco, por medicamento, e eu não trabalhava com essa natureza e meu compromisso sempre foi com o mandato, de investigar, de legislar, com dignidade, mas infelizmente o coronelismo aqui na cidade ainda estava em pleno vigor, né? Os líderes políticos não simpatizavam comigo porque eu era uma ameaça, tanto um lado como o outro, e eu perdi as eleições de 2000, a de 2004 justamente por essas razões, mas nunca abandonei o meu trabalho, o meu ideal que era ter de volta o meu mandato. Em 2012 fui eleito por um partido, uma coligação que me favoreceu pela legenda, pois na outra de 2008 eu tive muitos votos, mas não entrei justamente por causa da legenda, onde outros vereadores que tiveram menos votos que eu conseguiram entrar, e na de 2012 foi o meu caso. Mas isso faz parte da conjuntura política do momento e aí eu continuo a minha trajetória com os mesmos ideais, só que mais aperfeiçoados, mais dinâmico.

Pelo relato dado em entrevista, o cabo eleitoral só conseguiu se manter na política por meio do assistencialismo, como o próprio afirma ter feito, pois, sem ele, não seria possível



que seu nome se mantivesse considerando o tempo que ficou fora da Câmara Municipal, muito menos sem a ajuda de deputados para os quais trabalhou em campanhas. Depois que saiu da Telergipe, Heitor não trabalhou em outro espaço profissional a não ser o da política. Sua única renda era uma ajuda que recebia de um deputado estadual para quem trabalhou como cabo eleitoral em duas eleições, e durante esse período ele dizia que era “assessor político” do deputado em Arapongas e, assim, ele mediava as ações do deputado para com o município, aliando também às suas pautas. Com isso era possível se manter focado na política e prestar serviços por meio da associação sem ter seu tempo tomado por outra ocupação. Esse fato é um exemplo do clássico de Weber “viver da política e para a política”; vive “da” política porque não tem nenhuma outra fonte de renda a não ser que venha da política, seja por meio de mandato, de “mesada” de algum aliado parlamentar, e vive “para” a política, pois todas as suas atividades giram em torno de sua vocação e grande sentimento para a política, como se tivesse nascido para isso e que é isso que tem que se fazer. Em contrapartida, temos a fala do cabo eleitoral João Pedro que demonstra ser contra a frase “viver da política”:

Deputados podem ser que sejam diferentes, mas no cargo que eu exerço, se a gente for fazer um balanço na história política municipal de Lagarto, 200 vereadores, você conta a dedo os que sobrevivem, passa necessidade. Então é um cargo momentâneo, que se passa, mas que as pessoas não devem focar sempre 100% nisso, porque senão ele pode futuramente para um comércio ou para outra coisa. Todo político tem que ter uma segunda renda para poder, quando sair da política, ter como sobreviver e, como você até colocou, quem entrar na política, entre por um tempo para contribuir com ideias, projetos, tentando facilitar a vida pensando no seu povo. Não entre na política pensando em fortuna que não faz, e não é só viver daquilo ali, porque além de ser passageiro, é algo que depende do povo. Hoje, por mais que você faça algo certo, aquela pessoa que votou em você pode pensar que você não está fazendo, não pode estar agradando os pedidos pessoais, projetos pessoais, da pessoa que é diferente da realidade.

Enquanto uns legitimam as suas carreiras políticas através de estudos ou de participações em sindicatos, outros validam a sua vocação e desejo para a política por experiências pessoais:

Logo cedo meus pais começaram a trabalhar, impossibilitando necessariamente uma continuidade nos estudos, contribuindo, assim, para que permanecessem nessa vida de analfabetos. Mesmo assim construíram uma família de sete filhos; eu, um deles, estudei dois anos de bolsista no José Guimarães Rosa, posteriormente as bolsas foram cortadas e passei a estudar no colégio Lima Barreto. Já no Lima Barreto, meu sonho de infância era ser político. A professora perguntava pra gente e pedia pra redigir uma redação para dizer o que você queria ser quando crescesse. Meu sonho era ser prefeito pra mudar isso, mudar aquilo, mas não era sonho de ser vereador. E isso

foi amadurecendo com o tempo, passei a participar indiretamente, vendo os comícios, acompanhando as eleições e continuei com os estudos. Concluí o ensino médio, comecei a fazer faculdade, mas tive que trancar pela doença da minha esposa, que faleceu há dois anos, para cuidar dela, mas eu tinha um comércio no bairro Pagani e tinha um comércio no bairro Capim, que era de vídeo game, lan house, locadora, tinha bar também, tinha mercearia, e me despertou um desejo, uma chance de ser candidato. Isso porque eu vi a dificuldade que minha esposa passou no momento em que mais precisava do poder público através do SUS. Aos poucos eu fui percebendo que a chance de poder mudar essa realidade para outras pessoas estava em minhas mãos e fui buscando recursos para eu poder concretizar esse sonho. Eu tinha uma mercearia de bairro e em dias de feira sempre apareciam pessoas pobres, pedindo ajuda. Aquilo me inquietava, pois não tinha ninguém que lutasse por essa gente. Com isso, resolvi me candidatar pra lutar por esse povo, e como eu já tinha contato com o chefe do Matamatá, ficou mais fácil ainda a minha candidatura. A partir do momento em que eu senti que eu devia ajudar os excluídos, pude dizer que eu era um político. Pra mim, a política é a forma mais viável e legitimada de se ajudar as minorias. Eu tenho isso pra mim. Tenho um poder que lhe dê [*sic*] condições de trabalhar, é bom.

Segundo este último, não houve ninguém que o incentivasse: “Eu senti dentro de mim que eu deveria entrar nessa luta porque muita gente precisava”, porém, ele não conseguiria entrar na política, sozinho, caso não tivesse contato com algum grupo, pois sem eles, uma possível candidatura estaria inviável.

Sobre vocação, Weber (2010) já colocava que a política pode ser praticada de maneira ocasional, mas que poderia ser possível, de maneira simples, transformar essa ocasionalidade em uma profissão, seja ela como uma profissão secundária, ou melhor, como uma profissão principal, assim como acontece nas mais diversas esferas profissionais. Sobre a política ser praticada ocasionalmente, isso é possível e é exercitada por todos os atores, desde o momento em que praticamos o nosso direito de cidadão ao eleger algum representante, ao depositarmos o nosso voto ou expressando um discurso; quando passa a ser uma profissão secundária, é para aqueles atores que desempenham o papel de “homens de confiança” ou de membros de partidos políticos e que, costumeiramente, agem apenas em caso de necessidade, sem precisar “viver” dessas atividades.

Para Weber, há duas formas de se exercer política: a primeira seria quando alguém vive “para” a política e a segunda seria quando alguém vive “da” política. Ele ainda afirma que não há exclusividade em ambas as formas, até porque geralmente elas são exercidas simultaneamente, seja na idealidade como também na prática. Quem vive “para” a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, no objetivo da sua vida, seja porque é na política que encontra alegria e satisfação em possuir poder, seja porque o exercício dessa

atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma causa que dá significado para a sua existência. Necessariamente, quem tem esse objetivo, se ocupará dessa causa tornando-a seu meio de vida, logo, vivendo dela. Por conseguinte, entrará no aspecto econômico: para quem vê na política uma permanente fonte de renda, é dito que “vive da política”, no contrário, “vive para a política”. Para que alguém possa viver somente para a política, é necessária outra fonte de renda e que esta lhe permita e lhe dê tempo para exercer a atividade política conveniente.

Sobre a profissão política e sobre quem a exerce, Phelippeau (2010) fala:

Como em matéria econômica e em matéria profissional, no campo político os notáveis são por excelência, “amadores”. Ocupam-se negócios públicos porque sua situação de fortuna e sua profissão lhes dão tempo e porque em virtude do caráter cumulativo das escolas de prestígio, sua superioridade social faz deles representantes “de fato” de sua comuna ou de seu cantão, os auxiliares “naturais” dos ministros e dos príncipes. Supõe-se que sua superioridade social é que os torna aptos a dirigir a cidade, e não sua capacidade administrativa ou sua excelência profissional (p. 192).

Logo, parafraseando o que Weber colocou sobre os que se inserem nesse ofício, seriam esses os notáveis que vivem para a política, já que dispõem de tempo mesmo tendo outras atividades a exercer e não necessitam tanto da política para sobreviver. Mas Phelippeau também fala sobre aqueles que vivem da política, pois seriam esses que fizeram surgir o profissional da política, surgindo também uma nova elite política, que se utilizava de outros métodos contrários aos dos notáveis. E essa dualidade entre notáveis e amadores que o autor coloca demonstra que até esse espaço da política não sobrevive somente com um grupo.

O que é mais comum são atores políticos que não conseguem retornar aos antigos mandatos eletivos ou ascenderem a algum outro novo cargo na hierarquia política. A única forma de se manter “vivo” na política é sendo cabo eleitoral no período de campanha para deputados, conseguindo consequentemente um apoio futuro para uma nova candidatura. Quanto a isso, para os cabos eleitorais, fazer campanha para os deputados só fez com que eles saíssem ganhando no sentido de poder também fazer uma própria “pré-campanha”, pois esse é o momento em que eles se encontram mais próximos da população e podem, assim, retomar a sua base eleitoral, fazendo com que os seus candidatos levem melhorias para as suas regiões em seu nome. Logo, o que se está em jogo, principalmente, não é somente a quantidade de votos que eles conseguem para os seus candidatos, mas também manter esses votos para si:

Com certeza que eu penso na minha campanha, a realidade tem que ser dita. Se eu cheguei na casa de um eleitor para eu pedir voto para o meu candidato, automaticamente eu já fui naquelas pessoas que já me acompanham e votam comigo, que são simpáticos ao meu trabalho, então tudo isso já é uma forma de fazer uma visita e falar “eu não sou

candidato, mas aqui está os nossos e em breve será a minha vez”, então a gente já aproveita pra vender o peixe [risos]; a política tem dessas coisas, né? [...] Quando eu perdi as eleições de 2000, me tornei presidente de associação e com esse trabalho consegui trazer muitos benefícios para os carentes da zona rural, que por consequência viviam afastados dos serviços básicos onde o poder público deveria ter atuado. E com mais essa experiência da associação, consegui executar algumas obras de caráter beneficente, temos exemplos de Caboclinho, Asa Branca, Candieiro, Passo Fundo e diversos outros povoados daqui da região e, enfim, foi uma trajetória sempre de luta e também no assistencialismo. Eu sempre desempenhei e desenvolvi por entender que o povo precisava do nosso trabalho e foi muito útil para as pessoas nesses anos que não eram atendidas pelo poder público. Hoje é muito deficiente, imagine anos atrás.

É nessas horas em que o papel de cabo eleitoral se confunde com as ações feitas pelo vereador, não necessariamente com as suas obrigações por lei, mas ações como a de mediação, de assistencialismo, da facilidade de contato com lideranças maiores.

Na época em que eu entrei, eu achava que ser político era ajudar aos pobres. E naquela época não tinha carro, não tinha ambulância, não tinha nada. Então, eu comprei um fusca verde e o pessoal chegava de madrugada me chamando, meia noite, duas horas da manhã, me chamando pra levar alguém no hospital, pra ganhar neném, entendeu? Eu recordo bem de uma situação que tive que levar uma grávida para Aracaju que ia ter o neném de cesariana e quando chegou no meio do caminho, isso já tem 14 anos, a mulher que ia ter o menino pediu para urinar assim no capim, aí parei o carro e depois quando eu vejo, o menino já tinha nascido. O menino caiu no capim, a mãe começou a gritar de desespero ao ver o menino que já tinha nascido, aí a moça que estava acompanhando ela pegou um pano e a gente pegou o menino com a maior dificuldade pra cortar o umbigo, aí voltamos pra Arapongas, a gente já estava em Painhos (povoado de Arapongas), chegamos na maternidade e chegaram com a bacia, tudo certinho pra cuidar do neném. Então a gente, pra ser vereador do interior, a gente passa por muita coisa, principalmente de um interior pobre. Tinha as vezes que o povo precisava arrancar um dente e não tinha dentista, daí eu tinha um amigo que vinha de graça pra mim, o nome dele é Saulo, aí eu o pegava e vinha na sexta. Ele arrancava 40 dentes, aí eu o pegava em Itaporanga com uma moto que tinha um tanque que se chamava tanque de melancia. Aí eu o pegava em Itaporanga e vinha com ele até o Jenipapo. Às vezes, furava o pneu, eu deixava ele no hotel, vinha remendar o pneu e depois ia pegar ele de volta. Aí ele dormia lá, e atendia 40 pessoas que Ferreirinha, naquela época, me deu a cadeira de dentista e quando acabava eu levava ele em Itaporanga de novo. Fazia isso de graça pra mim, me ajudava toda semana.

Esse caso demonstra que para poder viver da política, mesmo quando não se tem um mandato eletivo, é necessária a ajuda de algum político maior, logo, o momento para ser cabo eleitoral é crucial para o futuro político desse ator. Nesse caso, retomamos um caso descrito

no capítulo 3 em que um grupo de vereadores conversou antes do início da sessão sobre quem eles iriam apoiar e um deles, aliado do prefeito, afirmou que o próprio em conversa com os vereadores do grupo Matamatá disse que todos estavam livres para apoiarem quem achassem que deveriam, pois esse seria o momento deles, de pensar em seu próprio futuro político. Logo, nesse momento é crucial saber escolher quem irá apoiar, pois, conseqüentemente, suas escolhas seriam refletidas na futura campanha municipal.

O único político que realmente exerce o papel de cabo eleitoral é o vereador. Afirmando isso, pois qualquer político pode atuar como um, tanto um deputado estadual fazendo campanha para um prefeito de alguma cidade com a qual tenha contato e uma base eleitoral como também o próprio governador do estado pode interceder politicamente; todavia, o trabalho de ir todos os dias às ruas, panfletar, visitar comunidades, bairros, povoados e sempre estar em busca de mais pessoas para trabalhar na campanha só o cabo eleitoral que é vereador pratica. É somente ele, pois ele é o único que realmente depende desse momento. Justamente por ser o político que se encontra no último posto hierárquico da política. Exemplo desse caso foi o apoio recebido pela senadora Luciana Almeida pelo grupo Matamatá, como também de cabos eleitorais do Cochara. Dessa maneira, podemos confrontar a fala de um deputado reproduzida em Bezerra (1999, p. 135), pois o prefeito não pode ser cabo eleitoral de vários candidatos em um mesmo pleito, a não ser pela campanha para senador quando esta for eleger dois senadores.

O vereador, muitas vezes, pode ser um melhor aliado do que o prefeito, principalmente quando este último já se encontra em grupos políticos locais, enquanto o vereador pode caminhar entre os grupos ou apoiar candidatos de outros municípios. Como foi possível visualizar o gráfico de redes, o prefeito do município deu o seu apoio à senadora, mas não dava apoio ao candidato do governo que a senadora acompanhava. Nesse caso, fica em jogo a credibilidade desse apoio quando ele é fragmentado e, assim, não tendo muito efeito a participação do prefeito enquanto apoio para arrecadar votos quando o mesmo não segue uma linha, apoiando candidatos da situação e oposição. Por mais que o vereador seja um cabo eleitoral pequeno, que tem seus contatos, muitas vezes restrito ao município, ele consegue angariar votos que proporcionem segurança a seus candidatos.

#### 4.3 Partido x grupo político: dualidade que interfere na política local

Para a população em geral, pode ser que as eleições se resumam ao “tempo da política”, mas quando há facções políticas que comandam o cotidiano político por meio dos seus integrantes, o “tempo da política” é todo o tempo. Considerando a política através do olhar do nativo, não há tempo sem política devido ao fato de sempre haverem atores que façam com que ela seja atemporal. Sendo assim, as campanhas e as eleições seriam o momento em que mais ela está em evidência, apesar de haver momentos em que ela consiga persistir mesmo quando não há alguém disputando algum cargo eletivo. A política é atemporal graças aos políticos que se encontram mais abaixo da hierarquia da política eletiva<sup>21</sup>. Por mais que o cabo eleitoral seja considerado um ator que tenha data para poder exercer seu papel, ele não fica estagnado até o início das campanhas, até porque a todo o momento são feitos e desfeitos acordos e alianças que necessariamente alteram o percurso até a eleição ou fazem com que continue o mesmo.

A facção continua, em grande medida, a ser vista como um pré-partido tanto pelas Ciências Sociais como também pelos próprios nativos: o poder está em disputa, mas não há programas, regras rígidas de filiação, as coisas funcionam um pouco na base do estar contra ou a favor, prevalecem os interesses particulares sobre o que seria o interesse comum. Mais especificamente na Antropologia, onde as facções foram originalmente vistas como uma espécie de projeção política das linhagens em sociedades não estatais, mas com formas diferenciadas de poder, esse uso foi sendo substituído por uma visão que atribui mais autonomia às facções: grupos ou conjuntos de ação, que não incorporam apenas membros de uma linhagem, não permanentes, não são “um corpo só” que gravitam ao redor de um líder. Isso devido ao fato de as parentelas terem se desenvolvido e tido a necessidade de expandir suas alianças, criando, assim, uma rede de base familiar, como mostra Lewin (1993).

Por mais que os partidos sejam aquelas organizações nas quais os representantes são legítimos e eleitos em eleições diretas, quando se trata de política local, os mesmos perdem total visibilidade e dão lugar às facções políticas. Tanto os próprios políticos como a população não enxergam além dos grupos. Como foi falado, em Arapongas os grupos Cochara e Matamatá controlam o cotidiano da política e só se fala em partidos quando chega o momento de montar as filiações e legendas para as eleições.

---

<sup>21</sup> O vereador seria o cargo mais baixo e o de presidente o mais alto.

A necessidade de um “patrono” para se ter acesso à esfera da política institucional é apontada como uma característica das carreiras políticas no Brasil. Por outro lado, algumas análises apontam o crescimento da influência das estruturas partidárias nesse contexto. A fidelidade ao partido tenderia a resultar em maiores chances de concorrer a um cargo eletivo, assim como de ter êxito na eleição (KUSCHNIR, 2000, p. 55).

Nesse caso, quando a autora fala “partido”, ela se refere à organização institucional, mas durante as entrevistas, em vários, momentos a palavra “partido” era confundida com os grupos dos quais os cabos eleitorais estavam atualmente. Perguntei a eles qual o partido que eles estão ao que responderam “cochara” ou “matamatá”, e mesmo quando perguntei sobre qual partido eles eram filiados, ainda teve alguns que falaram os nomes dos grupos. Para isso, precisava fazer a pergunta já dando uma resposta, mesmo que errada, como “o partido que você se encontra filiado é o PSDB?”, por mais que o ator fosse filiado a outro partido, para estimular a resposta. Não considero que eles não saibam diferenciar um partido político com um grupo/facção/agrupamento, mas devido ao fato de esses grupos estarem presentes na realidade do município desde quando os agrupamentos levavam os nomes “pebas” e “cabaús”, grupos esses que estavam presentes em todo o estado.

Sobre a fidelidade a algum grupo, isso tem mudado aos poucos, e já vários atores trocaram de grupo a partir das alianças que vão sendo feitas, por exemplo, o cabo eleitoral Artur Machado, que iniciou a sua carreira política no grupo Cochara, apoiou na eleição municipal de 2008 o candidato Jonatas Oliveira para prefeito, onde esse indicou para ele o candidato a deputado estadual Julinho Ferreira, do Cochara, para as eleições estaduais de 2010. O apoio foi repetido na eleição de 2014, todavia, o CE Artur já se encontrava no grupo Matamatá, devido à derrota de Jonatas nas eleições de 2012 achou por bem “ir para o lado do prefeito”. O cabo eleitoral não mostra ter problema em trocar de grupo:

Quero deixar claro também porque muita gente tem partido político, e eu não. O meu partido é aquele que olha pela população, pela comunidade, pela região. Hoje posso estar no grupo Matamatá, amanhã posso estar no grupo Cochara, o que seja. Estou em parceria com o prefeito Vagner Freire, por quê? Porque estamos trabalhando e estamos mostrando resultado na nossa região. Tem que ir nas parcerias em benefício para a minha região e para Arapongas. O prefeito não pode trabalhar sem os vereadores, da mesma forma os vereadores não podem trabalhar sem o prefeito. Se trabalhar brigando, você nunca vai conseguir nada de bom para a população e na parceria, na união, consegue tudo e essa é a minha forma de trabalho.

Aparentemente, através dos relatos dados, os grupos vêm perdendo a questão da fidelidade e passam a ter o mesmo “uso” que os partidos políticos: estar em algum para apoiar ou candidatar-se nas eleições. O CE Leléu relata: “Eu atualmente estou sem partido. Estou no

PSD, mas não estou apoiando partido nenhum até agora”. A frase se torna confusa pelo uso da palavra “partido” em vez de “grupo”, mas, mesmo assim, ela diz muito do cotidiano da política.

Ainda há os casos em que por mais que o cabo eleitoral não queira ser vinculado a algum grupo e faça questão de dizer, por mais que ele seja de x grupo, ele apoiará algo do grupo y caso veja que é benéfico para sua região. Segundo Becker (2008), todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Para o autor, essa pessoa é encarada como um *outsider*. Vários são os relatos em que esses atores políticos diziam serem obrigados a se colocar em algum grupo só para conseguir se manter vivo politicamente, colocando que esse era um dos desafios de ser cabo eleitoral e não apoiar os candidatos do grupo que participava.

Veja só, eu recebi mais pressão da sociedade do que do próprio grupo. Os políticos em si, o grupo, os familiares, me deixaram bem à vontade em escolher quem eu queria dar o voto, mas as pessoas da sociedade, por ter essa briga política, às vezes não entenderam as minhas escolhas e me deram mais críticas do que aqueles que eu pensei que poderiam me pressionar a fazer algo. O grupo me deixou à vontade, porém, a sociedade, ela às vezes é um pouco mais “bairrista”. Às vezes, o que acontece nas reuniões, nas cúpulas das candidaturas, e acaba fazendo diferente porque é como diz: “ah, você é líder do prefeito Vagner e Vagner tá votando em Benjamim e você tá votando em Caetano”. Vagner tem um compromisso com Benjamim e Benjamim vem ajudando a cidade e eu estou votando em Caetano porque meu partido estava com ele e eu acho que é uma convicção eu poder votar em uma pessoa que possa futuramente dar apoio até à própria cidade de Arapongas porque eu entendo também que nem tudo tem que ser de um lado só. Não recebi pressão nenhuma do grupo, porém, na sociedade, aqueles amigos que às vezes votavam em um grupo A ou um grupo B vinham com muita brutalidade, era muito forte, às vezes as exigências, as piadas, como se fosse pra botar medo. Eu sinto mais pressão fora do que dentro do grupo político.

O partido no qual o cabo eleitoral é filiado foi usado para justificar a sua escolha para apoiar um candidato que não o do seu grupo. Nesse caso, ele não poderia ser considerado um *outsider*, pois ele sempre vincula as suas posições pelas posições do seu grupo político. E por mais que um cabo eleitoral afirme que não siga um grupo político local, não quer dizer que ele não siga outro grupo. É o caso do CE Heitor, que defende sua posição de político



autônomo e que não segue “chefe político” ou “coronel” nenhum. Todavia, sempre busca fazer suas colocações de acordo com as orientações que são dadas pelo Senador Daniel Caetano. Ele afirma que por mais que não esteja em campanha eleitoral, ele tem o dever de seguir as recomendações do seu líder maior, tanto que no início dos acordos e alianças, ainda em 2013, ele tinha feito um acordo com Julinho Ferreira, deputado estadual da coligação do governo de Benjamim Azevedo e acabou desfazendo para apoiar Fernando Gomes, pois o mesmo não tinha representação no município, fazendo por respeitar as instruções do “líder maior” porque, segundo Heitor, “quem é sério não vive procurando galho pra se apoiar”. Na verdade, durante a entrevista ele não mencionou que trocou de deputado, mas que apoiou os que o Daniel Caetano tinha indicado para ele. Só consegui a informação desse primeiro acordo, pois quando comecei a fazer os acompanhamentos, ele ainda se encontrava com Julinho Ferreira. Além de que apoiar um candidato do grupo contrário ou, ainda mais, apoiar um candidato de fora do município, segundo um dos entrevistados, “triplica a dificuldade de levantar votos em qualquer região”.

Ninguém espera que na política local haja atores que promovam um partido e sua ideologia, tanto é que muitas vezes esses atores não seguem a pauta do partido, nem em nível estadual e nem nacional. E como antes era mais fácil de trocar de partido, muitos políticos têm um grande número de filiações partidárias em sua carreira política. Para eles, o partido serve apenas como uma “institucionalização” de suas ações enquanto um ator político.

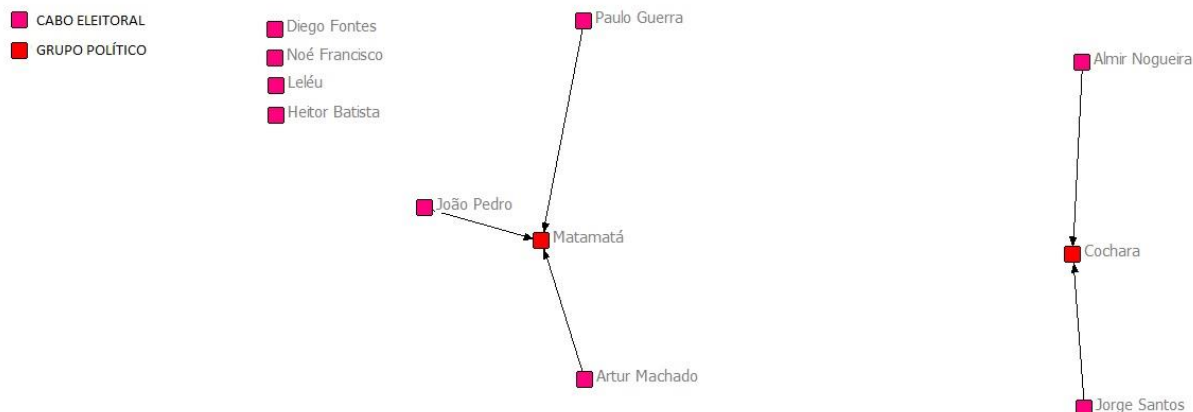
Em 88 foi o primeiro ano em que fui filiado, pelo MDB. Na época era o partido de oposição ao governo. Quando começou a abertura democrática, participei de diversos partidos, PSDB, PFL, PTB, PRB, que na época estava aliado ao PT aqui em Sergipe, mas nunca me filiei a um partido por sua ideologia, até porque não existe isso na política, principalmente no interior. A gente vai é pelas alianças que fazemos e o que seria melhor para a gente se eleger. Em Arapongas tem vereador no PCdoB e sendo aliado ao prefeito que é do PSDB, então, não tem como levar a sério essas siglas e por isso que o povo prefere seguir o “cochara” e “matamatá” porque a identidade é real. [...] Eu já fiz parte de mais de 10 partidos, sendo o primeiro a Arena, ainda na ditadura, hoje participo do PR e já pretendo sair. O que me fez mudar de partido constantemente não é que eu não tenha uma posição, mas é que pra mim, essa coisa de partido não importa. O que for mais favorável para a minha campanha, eu participo, e também se tem peixe grande nos ajudando. Mas nunca deixei o Cochara. É coisa de cidade pequena mesmo. A minha base eleitoral sempre me acompanhou, independente de partido. Eles são fiéis a mim, e não às siglas. Na igreja, sempre tive ajuda, não de todos, é claro, mas nunca me queixei disso. Nunca deixei de trabalhar em prol de uma parte da população porque eles não eram do mesmo lado que o meu.

Entretanto, um dos cabos eleitorais se mostrou muito ligado à questão dos ideais e com certa preocupação com as diretrizes do partido em que se encontra filiado. O mesmo cabo eleitoral que é mestre em Economia e participou de uma cooperativa, apesar de se encontrar filiado ao PRTB, um partido conservador, fala que está no partido, mas que suas ideias não estão vinculadas ao que o diretório nacional discute. Ele afirma que apesar de Levy Fidélis ser o presidente do partido, suas ideias estariam totalmente contrárias às ideias que ele tem politicamente e que se fosse para estar em um partido que combinasse ideologicamente, ele estaria mais ligado, segundo ele, “ao que o pessoal chama de esquerda”. Até a sua entrada na política demonstra um fator diferente da entrada dos outros cabos eleitorais; o interesse partiu de conversas entre ele e um grupo de jovens que queriam inserir alguém na política que tivesse uma melhor qualificação [escolar e ideológica], e que, assim, ajudasse a fazer uma política melhor, totalmente desvinculada dessa questão de Cochara e Matamatá. Ele ainda salientou que por mais que não quisesse que sua política fosse vinculada aos grupos é difícil ir só por essa questão de não fazer parte de grupo pra entrar na política. Coloca ainda que até o momento, dificilmente consegue se eleger caso não “apoie” um agrupamento ou outro:

Eu tive que apoiar alguém, que foi o candidato a prefeito do Matamatá, e disse a ele, inclusive, que eu não era nem Cochara e nem Matamatá, e que estaria apoiando ele enquanto pessoa, e não como alguém do Matamatá, e que eu não iria acatar nada que não achasse certo e bom para a população. Isso eu deixei bem claro, e o grupo que me lançou na política já tinha essa ideia. Existe uma discussão sobre isso e levando em consideração o que os partidos de direita reivindicam e o que os partidos de esquerda reivindicam, eu estaria mais ligado à esquerda. É até uma contradição porque esse partido é de direita, o PRTB. Aí como ultimamente não é mais fácil de trocar de partido como antigamente, eu estou aguardando as definições para as trocas pra eu poder tomar uma posição melhor e digamos, assim, me direcionar a partidos que combinem comigo ideologicamente.

Quanto ao fim dessas facções políticas, todos os entrevistados foram unânimes em concordar que a política seria mais bem tralhada caso eles fossem livres de compromissos com esses chefes políticos. Mas ninguém procura desvincular-se totalmente desses grupos, pois sabem que não haverá sucesso efetivo em sua carreira política. Como mostra o gráfico a seguir, alguns ainda demonstram certa fidelidade ao grupo, enquanto outros assumem não participarem dos grupos locais.

Gráfico 4 – Relação entre grupos, candidatos e cabos eleitorais



Estudos de ocupações comuns no Interacionismo Simbólico mostraram que o sucesso ocupacional depende de encontrar uma posição para si naquele grupo ou naqueles grupos que controlam as recompensas dentro da ocupação, e que as ações e gestos de colegas desempenham um grande papel na decisão do resultado de carreira de qualquer indivíduo, até para carreiras desviantes, como mostrou Becker (2008). Isso foi o que aconteceu com o CE Leleu, que conseguiu se eleger sete vezes seguidas para vereador, mas nunca tentou se candidatar para prefeito devido às restrições que são feitas nos grupos, e afirma que “quando a pessoa começa a crescer um pouco, eles cortam as pernas, tesouram”, fazendo com que, apesar de conseguir sempre se manter com boa votação tanto para si como para os candidatos estaduais, ele é obrigado a permanecer no posto. Quando questionei o porquê de ele não se lançar sem apoio dos grupos locais e só contar com o apoio dos seus aliados maiores, ele afirma que nem com apoio de “gente grande” se consegue ganhar se não for do Cochara ou Matamatá.

Eu sou um pouco rebelde [risos], não gosto de estar atrelado a esse tipo de grupo político que sempre busca estar no poder e eu não posso assumir isso. Eu primeiro analiso a opinião do meu eleitorado, as pessoas que me acompanham e as suas tendências. Então a gente vê o que é “menos ruim” e acompanha, só que aqui tratam de uma politicagem que eu nunca aprovei e repudio essa política do Cochara e Matamatá. Pegar dois grupos políticos e jogando um de contra o outro, e em um período um está no poder, posteriormente troca de lugar com o outro só para se manterem no poder. Então, eu não aprovo esse tipo de política; então, eu não posso dizer que eu sigo a grupos políticos; eu voto no candidato que é melhor para a população no momento. Então, claro que a gente sempre recebe orientação do nosso majoritário, o senador Daniel Caetano, a minha base aqui

sempre me acompanhou nessa questão, então, será o caminho mais viável. Eu acho que isso tem que ser mudado, com certeza, eu estou trabalhando para contribuir com essa mudança e quero que a juventude participe e também ajude a mudar essa realidade política do nosso município. Politicagem suja, politicagem que só traz prejuízo para o cidadão. Nós precisamos comungar com as novas ideias. [...] Tem que mudar, agora, embora não é fácil. O próprio povo deveria ter essa consciência. Preocupa-me muito porque o próprio povo sabe que tem direito ao voto e à democracia, eles deveriam, quando tivesse um candidato diferente, com uma visão diferente, que eles seguissem aquela pessoa, mas geralmente quando aparece um terceiro ou quarto lado, aí muita gente não confia, não acompanha, e fica aquela torcida como se fosse jogo de futebol, isso é onde fica a minha preocupação. Na eleição, a gente sempre quer estar em um lado ou do outro, para ver o que vai dar. Um lado perde, um outro ganha, e fica aquela confusão que eu não concordo. Fico muito preocupado com a situação.

Por mais que esses atores falem que a política feita hoje em dia no município precisa acabar, nenhum deles procurou, em outras situações, apoiar alguém que não esteja vinculado a algum grupo, apesar de já ter havido algumas candidaturas pelo PSOL no município, ninguém buscou se aliar, pois como já foi colocado pelos próprios, se não apoia um grupo no momento da eleição, eles não conseguem se eleger e ficam no “limbo” político, aguardando uma próxima eleição estadual para reforçar seus apoios e configurar uma eleição municipal mais à frente. E para eles, como poderá ser visto, ser cabo eleitoral não basta para crescer politicamente.

#### **4.4 Ser ou não ser cabo eleitoral: eis a questão**

Para Hughes (1964), o ponto de partida de toda análise sociológica do trabalho humano é a divisão do trabalho, sendo assim, não se pode separar uma atividade do conjunto das atividades em que ela se insere e dos procedimentos de distribuição social das atividades. Consequentemente, as questões mais pertinentes a serem formuladas, diante de qualquer trabalho, são, segundo o autor, as seguintes: O que você considera repulsivo, penoso ou vergonhoso em seu trabalho? Você tem a possibilidade de delegar os trabalhos desagradáveis? A quem? Como? Se não, por que você continua a fazê-los? Assim, o "profissional" é a um só tempo quem pode delegar os "trabalhos desagradáveis" a terceiros e conservar apenas o que está ligado a uma satisfação simbólica e a uma definição prestigiosa ("curar os doentes", no caso da medicina). No caso do nosso objeto empírico, o cabo eleitoral é aquele que faz as próprias atividades, mesmo tendo um cabo eleitoral secundário para poder delegar trabalhos

que ele não queira fazer. Entretanto, o crédito não seria dele, quando fosse prestar conta com os seus candidatos. Quando a isso, há ainda mais uma especificação entre o cabo eleitoral “principal” e o secundário em relação aos trabalhos delegados. Os cabos eleitorais “principais” têm liberdade dada pelos seus candidatos para trabalhar da maneira e onde quiserem, já os cabos secundários têm suas atuações em locais específicos, mas ainda de acordo com o seu capital social. Mesmo assim, nada impede que o cabo “principal” trabalhe nos locais já delegados por ele para os seus. Para ele, não há o *dirty work* que Hughes (1964, p. 49) coloca.

Para apreender o fenômeno "profissional", o autor também apresenta duas noções essenciais que ele denomina *licence* (diploma) e *mandate* (mandato). A *licence* é a autorização legal para exercer determinadas atividades que outras pessoas não podem exercer; o *mandate* é a obrigação legal de assegurar uma função específica. Ele escreve que *licence* e *mandate* constituem as bases da "divisão moral do trabalho", que ele define como "o processo pelo qual diferentes funções valorizadas por uma coletividade são distribuídas entre seus membros, tanto grupos como categorias e indivíduos" (1964, p. 79). Objeto de conflitos essenciais, essa divisão do trabalho implica uma hierarquização das funções e uma cisão entre funções essenciais (sagradas) e funções secundárias (profanas). Há duas operações que presidem à seleção dos profissionais: separá-los dos outros (*licence*) e confiar-lhes uma missão (*mandate*).

Se os exemplos canônicos do médico e do advogado são tão frequentemente associados à figura desse "profissional", é porque os caracteres eminentemente secretos, íntimos e tabu da doença e do crime parecem evidentes. Mas, diz Hughes (1964, p. 95), é possível estender a análise a um conjunto considerável de atividades: basta que elas tenham sido definidas como "sagradas" e que o segredo de sua importância possa ser preservado. Dessa forma, tudo que concerne à coesão comunitária, aos "ritos de passagem" e às relações entre tempo individual e tempo social (nascimentos, mortes, casamentos) deve ser confiado a "profissionais" que guardarão segredo sobre as "reais" significações de sua "missão" simbólica.

Na política eletiva, a *licence* seria a eleição, onde a população escolheria aquele político que está mais qualificado para representá-la e o *mandate* seria o cargo eletivo após a vitória na eleição. Porém, qual a *licence* de um cabo eleitoral? O cabo eleitoral “principal” teria como *licence* o seu mandato eletivo, devido ao fato de ele poder legitimar o seu conhecimento político e que, conseqüentemente, haveria uma base consolidada para trabalhar

para ele, sendo o seu *mandate* trabalhar para um candidato, conseguindo votos, cooptando mais pessoas para a sua base. Já o cabo eleitoral secundário, a *licence* poderia ser o seu nível de capital social já que é um requisito fundamental para a atuação. Um cabo eleitoral que não tenha contatos nas diversas esferas sociais dificilmente poderá ser contatado por algum candidato, seja qual for o cargo a que ele concorrerá; o *mandate* seria a incumbência delegada pelo cabo “principal”.

Tendo em vista de ser um profissional, tem-se a ideia de que como qualquer outro, ele só exerceria a sua profissão no local de trabalho, entretanto, a profissão política está no “ser”, no próprio indivíduo.

Dentro de casa ou fora de casa, de domingo a domingo, nós somos políticos. A política não te dá folga. Passeando na rua, encontro com algum cidadão e ele me para pra falar sobre o quê? Política! Encontro algum colega vereador, só falamos de política! Vou à igreja, e sem querer, no final da missa, chegam pra mim pra falar de política. Você vê que não tem como separar a sua vida pessoal da sua profissão. Mas a gente sabe e aceita isso, porque como trabalhamos para o povo, temos de estar abertos para isso.

Um último critério ocupa lugar importante nas análises de Hughes relativas às profissões em sentido amplo. Sua definição como carreira e como meio de socialização. Se o grupo profissional é, segundo ele, "aquele que reivindica o mandato de selecionar, formar, iniciar e disciplinar seus próprios membros, e de definir a natureza dos serviços que ele deve *realizar* e os termos nos quais deve fazê-lo", e se esse mandato concerne a "determinadas funções sagradas implicando o segredo", ele é necessariamente acompanhado do desenvolvimento de uma "filosofia", de uma "visão de mundo", que inclui os pensamentos, os valores e as significações implicados por seu trabalho. Compreende-se, pois, por que esse mandato pode chegar ao *monopólio*, excluindo todo não membro do exercício do trabalho e regulando a totalidade das relações englobadas pela atividade. Compreende-se também como esse mandato é geralmente acompanhado de um conjunto de *discriminações* contra todas as categorias sociais suspeitas de não serem capazes de cumprir tal mandato e de não saberem conservar tal segredo. Assim, toda profissão tende a se constituir em "grupo de pares com seu código informal, suas regras de seleção, seus interesses e sua linguagem comuns" e a secretar *estereótipos profissionais*, excluindo, de fato, quem não corresponde a eles (1964, p. 126).

Todo político tem a sua base eleitoral, que é onde se mantém as relações, sejam em ruas, bairros, cidades, regiões, sempre dependendo de qual mandato o ator exerce.

As bases eleitorais são mantidas por relações de conhecimento, amizade e compadrio. Essas relações são mantidas com lideranças locais e moradores. Ao se considerar essas relações tem-se uma indicação, por sua vez, dos meios

através dos quais parlamentares viabilizam sua entrada nas localidades (BEZERRA, 1999, p. 102).

Entretanto, é de grande importância falar que mesmo tendo essas bases é de total responsabilidade do político manter essas relações firmes, por meio dos cumprimentos das promessas feitas, ou seja, depende do seu desempenho e, como coloca Bezerra (1999, p. 103), “ela não é somente o local ao qual o parlamentar retorna, mas é para onde dirige sua atividade”. Segundo os entrevistados, esse também seria um dos seus maiores desafios: corresponder à base eleitoral. Muitos relataram que não são mais atendidos pelos candidatos para poder prestar contas com as suas comunidades e, assim, dificultando o seu trabalho político.

Infelizmente o deputado estadual que eu apoiei foi uma vergonha para Arapongas, uma vergonha para a região, e uma vergonha mais ainda para mim que vinculei mais uma vez o meu nome ao dele. Porque quando passou as eleições, o deputado Julinho Ferreira nem o meu telefonema ele quis atender. Para mim, então, tem que ser um político não só em eleição, quero um político para antes e depois. O povo precisa do poder público, do poder municipal, dos políticos, é para antes e depois. E ele não, porque com a forma que ele agiu comigo, um vereador, não é para manter aliança, porque nem sequer me atende quando ligo. Imagine se fosse um eleitor. E outra, daqui de Arapongas, não é discriminando os demais vereadores, cabos eleitorais não, eu fui o primeiro que mostrou força para ele, e depois que passou as eleições, pra mim, para os meus amigos e para a minha região, foi um chute que ele deu. [...] Para todos os candidatos que trabalhei eu dei retorno, tenho como comprovar pra eles e eu fiz isso. Mas o que me deixa mais triste é que isso perpetua de forma negativa pra gente. A gente trabalha, pede voto, ajuda a ganhar, e na hora de voltar os olhos pra gente, quem quer saber? Quem quer saber do cabo eleitoral que se matou de ir pros povoados seja debaixo de chuva ou de sol? Quando a gente volta pra esses lugares, pra visitar e saber como andam as coisas, todo mundo pergunta quando que o deputado Carlos de Barros vai cumprir as promessas. Durante o ano de 2014 ele me ajudou, a minha pessoa, e eu achei que ele iria continuar assim quando ganhasse, mas quando eu ligo ele nem sequer atende. Deixa tocar, ou desliga logo. Eu sou político, eu entendo que não dá pra atender tudo logo, mas já se passou um ano. Que coisa ainda tem pra “ajeitar”? Em 2016 isso vai dificultar pra mim quando eu for pleitear a reeleição, mas vou confiar no meu trabalho que desenvolvi desde 2013. Já sei que com ele eu não vou ter ajuda.

Dessa maneira, ao fazer acordos com candidatos, o cabo eleitoral não sabe muito bem se os acordos serão efetuados após as eleições, caso o candidato vença, fazendo com que se torne basicamente um acordo “às cegas” e colocando em jogo a própria credibilidade. Quanto a isso, não há uma “solução” específica, pois a política é feita de instabilidade, principalmente para os cargos mais baixos na hierarquia. Ser cabo eleitoral tendo já um mandato complica

mais ainda, pois um cabo eleitoral secundário só tem que prestar contas com aquele que o “contratou”, pois é o cabo “principal” que acaba respondendo pelos votos levantados pela sua base eleitoral.

Mas quando o caso é favorável ao cabo eleitoral, o mesmo faz questão de convidar os candidatos eleitos para ir ao município fazer visitas onde teve um número considerável de votos. Segundo Bezerra (2004), a proximidade entre políticos situados nos distintos planos da hierarquia política é visto pela população e pelos envolvidos como parte da rotina da atividade política. A mobilização de políticos, autoridades ou conhecidos visando a agregar apoio para fins específicos é matéria da qual a política é feita no cotidiano e que se sustenta nos arranjos que possui. A essas relações estão associadas, entre outros elementos, concepções sobre o poder e a reputação dos políticos envolvidos. Aos cabos eleitorais que apoiaram candidatos do município a facilidade de estar mais em evidência aumenta, pois seus nomes continuarão em destaque. Bezerra (2004) colocou que do ponto de vista dos parlamentares e autoridades governamentais é importante continuar tendo seu nome vinculado à sua base eleitoral, pois assim renova as alianças, e o autor ainda destaca que as matérias tratam predominantemente de políticos vinculados à região, e assim, essas notícias fazem sentido na medida em que é uma forma de divulgação de seus nomes e ações em favor dos municípios. E ainda a partir da concepção dos políticos locais, o acesso às autoridades governamentais e parlamentares contribui para a construção de sua própria reputação. Tornar público esses contatos é uma forma de demonstração de força social a partir da explicitação de relações políticas e pessoais que podem ser mobilizadas para viabilizar intervenções nos governos estadual e federal.

Todavia, ainda há um problema em “ser” cabo eleitoral. Alguns entrevistados não assumem ser cabo eleitoral, apesar de terem consciência e afirmarem que fazem um trabalho de cabo eleitoral pelo fato de o termo “cabo eleitoral”, para eles, está ligado a uma prática “corrupta”. Não que levantar votos para candidatos seja ilegal, mas por alguns “se venderem” e não trabalharem de graça. O CE Jorge Santos afirmou isso:

Eu não trabalho com cabo eleitoral, e eu até aconselho a ninguém trabalhar, porque cabo eleitoral você faz um determinado acordo com ele e se trabalha pra você, ele tem que prestar o serviço já que recebe pagamento, automaticamente a essa situação o cabo eleitoral se transforma em uma vara de anzol pra pescar e essa pescaria lhe custa caro. Ele quer transferir a liderança dele pra uma compra de voto, e é uma coisa que a gente não aceita. Quem trabalha com políticas públicas não trabalha com compra de voto. E infelizmente os cabos eleitorais eles querem fazer isso em todos os requisitos e em todos os sentidos, em todos os estados do Brasil.



Entretanto, quando ele fala sobre cabo eleitoral, ele se refere ao cabo eleitoral secundário, que para ele seriam as pessoas que trabalham como bico e não como uma prestação de serviço, onde não deveria ser dado dinheiro. Mas ao final da entrevista, o mesmo confessou: “Julinho me ofereceu 15 e eu aceitei, e se eu tivesse pedido 20 ou 25 ele me dava, porque ele sabe que eu trabalho mesmo e não é como esses que pedem dinheiro e não faz nada”; logo, para ele o problema em si não é o cabo eleitoral, mas trabalhar com pessoas que não sejam de sua confiança, pois ele fala que só trabalha com um “grupo de amigos”. Esse caso reflete como há uma marginalização dentro da própria hierarquia política e que, apesar de os próprios vereadores reclamarem de que são taxados de corruptos sendo que eles são os únicos que trabalham efetivamente pela população, eles enquanto cabos eleitorais “rejeitam” os cabos eleitorais secundários. Quando questionei ao CE Jorge Santos se esse seu grupo de amigos não seriam eles os seus cabos eleitorais secundários, ele disse que sim, porque ele confia neles e sabe que tem “retorno”. Logo, demonstra a questão não é ser “cabo eleitoral”, mas sobre os laços pessoais que se estabelecem. Como foi colocado anteriormente, a *licence* do cabo eleitoral secundário viria a ser o seu capital social, transparecendo “confiabilidade” para o cabo principal para contratá-lo.

Além de conseguir levantar votos e cooptar mais pessoas para a campanha de seu candidato, o cabo eleitoral deve ainda lidar com os vários pedidos de ajuda feitos pelas pessoas no momento das visitas às comunidades. Isso aumenta quando o cabo principal detém um mandato eletivo e, assim, as cobranças aumentam.

Geralmente eu vejo a necessidade da pessoa e procuro outra forma de ajudar, porque quando a gente está na política, estamos dia a dia visitando e se depara com uma série de problemas e ninguém pediu para topa com aquele problema, é a necessidade daquele momento da pessoa, então a gente vê se realmente aquela pessoa necessita, se está precisando independente da política a gente tem que ajudar, dar a mão àquela criatura e com isso de qualquer forma está conquistando a simpatia daquele eleitor, e isso é real. [...] Os pedidos de ajuda é uma situação complexa porque as pessoas criaram essa coisa de que político tem que dar, é de obrigação do político. Já chegaram várias pessoas em minha casa pedindo para que eu ajudasse num talão de energia que estava cortada e eu contribuí, não pude dar o valor todo, mas ajudei como pude. A energia foi religada, mas no mês posterior ela esteve novamente na minha casa pedindo ajuda para religar, daí eu disse “minha senhora, a senhora me pediu pra religar, quem tem que fazer a manutenção é a senhora mesma, eu não tenho a obrigação de lhe dar, foi só uma ajuda” “é, mas o senhor é vereador”, “sim, eu sou vereador, mas para legislar e fiscalizar, eu dou porque tenho um bom coração não por ter obrigação de dar”, “mas você não foi na minha casa pedir voto pro seu deputado? Então pode, sim, me dar”. Então são essas as situações que constantemente acontecem, mas que a gente não pode fazer isso porque ‘tá’ incentivando o eleitor a continuar

pedindo e ele vai tanto pedir a mim como a outro candidato e assim vai.

Porém, já foi relatado antes no capítulo 3 que os cabos eleitorais pedem uma “ajuda” aos candidatos para poderem fazer a campanha, porque já sabem dos custos que vão ter. Nas observações feitas durante a campanha eleitoral, os cabos eleitorais relatavam que se não houvesse ajuda por parte dos candidatos, não haveria como fazer uma campanha porque não teria como tirar do próprio salário de vereador por alegarem ser pouco para as próprias despesas e, assim, assumir os custos além. A troca de serviços e favores entre políticos é uma das questões examinadas pela literatura sobre clientelismo político. De modo mais frequente, a ênfase dos estudos recai sobre o significado eleitoral destas práticas, particularmente o seu caráter instrumental para a conquista dos votos. Nesse caso, entre outros aspectos, pouco é dito sobre essas práticas e as relações que mobilizam fora do “tempo da política”.

Sobre esse termo utilizado por Palmeira (1996) e entre outros autores que tratam da antropologia da política, o “tempo da política” não pode ser resumido ao momento das eleições, primeiramente por causa da dinâmica da política no âmbito local, pois ela não para, somente aumenta, estabiliza ou diminui, ela nunca é interrompida e, segundo, não haveria troca de favores, uma vez que é essa troca que simboliza a aliança entre um candidato e um indivíduo, que não só acontece no período eleitoral, já que é com o passar do tempo que os elos são forjados e somente na eleição que é feita a última parte da troca, com o depósito do voto na urna eleitoral. Esse exemplo dado não tira a importância de quando o voto é dado primeiro e depois o candidato cumpre com o acordo; por isso, uma das coisas que questionei aos entrevistados foi a relação deles com os candidatos após as eleições e se haviam cumprido com o que tinham prometido, visto que é o mesmo tipo de relação que um vereador e um indivíduo tem.

Olhe, a relação nunca é a mesma que durante a campanha, até porque a campanha é um período curto e obviamente a acessibilidade a eles é melhor do que posteriormente à campanha. Eu não tenho muito do que reclamar porque todas as vezes que eu os procurei eu fui bem recebido, sobretudo com o deputado Robson Pereira, que eu tenho uma certa amizade com ele. Procurei pra fazer algumas solicitações para a minha comunidade e ele se prontificou a ajudar. Existe uma boa relação, mas nunca é a mesma que a do período eleitoral. Eu entendo porque isso acontece também quando assumimos o papel de candidato e não mais de cabo eleitoral, mas também ocorre de alguns não compreenderem.

Para Velho e Kushnir (1999), o vereador é personagem central de uma ampla e diferenciada rede de relações, constituída por diversos grupos e numerosos indivíduos. Essas

redes de relações podem ser classificadas em três eixos distintos, sendo que cada um corresponde a um tipo de interação e atuação específica. Grosso modo, esses eixos seriam o da relação do vereador com a população em geral da cidade (eleitores em potencial), com outros vereadores da mesma Legislatura e o Executivo municipal. Acrescento ainda o papel dele enquanto cabo eleitoral com os candidatos, dado que já foi colocado o grau de importância do vereador como um cabo eleitoral, grau esse muitas vezes maior do que geralmente é dado ao prefeito do município, devido ao *mandate* que lhe é conferido.

Assim, por ser um ofício, muitas vezes ignorado pela literatura, ele acaba também sendo desconsiderado na hierarquia política. Só quando as Ciências Sociais passar a tratar o cabo eleitoral como um ofício que requer uma série de especificidades é que ele poderá ser melhor visualizado e mais valorizado pela política em geral. Se Pereira de Queiróz (1976) afirma que a política começa no município, por que não dar mais ênfase àquele que conduz toda campanha eleitoral e ainda vai além dela? O termo cabo eleitoral pode ser estendido para além da eleição, e para o cotidiano da política, já que o “tempo da política” não para.

## CONCLUSÃO

Essa dissertação consistiu na busca de uma contribuição para a Sociologia no que concerne à preocupação em ajudar a entender mais sobre o cabo eleitoral, objeto esse que não é estudado e bem pouco mencionado nos estudos das Ciências Sociais. Esse foi o primeiro propósito para a escolha do objeto empírico, pois, assim, em uma tentativa de desvendá-lo tanto social quanto sociologicamente. Os desafios que foram encontrados para fazer um estudo sobre o ofício de cabo eleitoral em sua maior parte foi no levantamento de uma literatura que ajudasse a analisar os processos de aprendizagem, iniciação e conversão para esse ofício. Um ofício por ele necessitar de competências e habilidades para o exercício do mesmo. Devido à falta de obras que pudessem dar conta da investigação sobre o cabo eleitoral, foi necessária uma ruptura com alguns conceitos já consolidados nas Ciências Sociais, como foi o caso do “tempo da política”.

O objetivo desta pesquisa foi o de compreender como se “fabrica” um cabo eleitoral. Nos utilizando do termo em destaque a partir do legado de Everett Hughes, foi possível analisar esse ofício através da Sociologia dos Grupos Profissionais, apesar de ele não ser considerado uma profissão, nem mesmo uma ocupação, devido ao fato de estudos como o de Hughes (1964) e de Becker (2008) entre tantos outros da escola do Interacionismo Simbólico por tratarem de carreiras que muitas vezes não são consideradas pelos estudos sociológicos, os quais priorizam especificamente a grande legitimidade que é dada às carreiras com diplomas. Por se tratar de um ofício da política, foi necessário se ater à sua dinâmica profissional, que já é considerada uma ocupação segundo o Código Brasileiro de Ocupações, mas só abarcando os cargos eletivos ou delegados, mas, assim, abrindo espaço para um ator de grande importância para a execução do cotidiano da política, que é o cabo eleitoral.

Devemos especificar ainda que o cabo eleitoral que nos propusemos a analisar foi o vereador atuando nas eleições estaduais de 2014. A escolha dele se deu por ele também ser um ator importante para a dinâmica da política local e que acaba transcendendo para além do município, pois ele também se encontra na posição de mediador, por mais que as suas atribuições que constam no CBO sejam as de fiscalizar, legislar e criar leis. Por mais que alguns deputados ou senadores falem que o principal cabo eleitoral é o prefeito do município, nossas análises, por meio dos métodos da observação participante, de entrevistas semiestruturadas, como também um levantamento do contexto histórico e político do ofício

de político no município em questão, nos apresentaram uma nova visão que é a de que o vereador, enquanto cabo eleitoral executa as funções de um cabo eleitoral de uma forma bem mais exaustiva do que um prefeito poderia exercer. Por mais que este último tenha o “controle” do município, ele não (ou dificilmente) vai às ruas, visita casas, distribui “santinhos”, busca mais gente para a campanha, funções essas que o vereador sempre está disposto a fazer. Essa disposição se deve ao fato de o vereador necessitar de apoio externo para uma possível candidatura futura.

Com a finalidade de demonstrar como esses cabos eleitorais se inserem nesse espaço, consolidando uma carreira de profissional da política, foi necessário fazer um levantamento do *background* social desses atores, pois, sem ele, não poderíamos identificar os espaços que os moldaram e lhes predispuseram para a política, como também entender como é feita a manutenção de uma carreira que muitas vezes se torna instável devido ao prazo limitado que se tem para exercer, no caso, tratando do mandato eletivo de vereador. Foi possível identificar, nos espelhando mais uma vez no trabalho de Hughes (1964), uma espécie de *licence* e *mandate*, fazendo com que fosse possível uma maior aproximação do campo profissional.

Além de contribuir para a Sociologia dos Grupos Profissionais, buscamos também uma ampliação na visão da Sociologia Política, ao tratarmos de um ofício da política, e que é pouco mencionado por essa, pela Antropologia da Política, e mais ainda pela Ciência Política. Neste caso, por mais que essas vertentes das Ciências Sociais busquem estudar a representatividade política no âmbito local, raramente mencionam o papel do cabo eleitoral em seus estudos, principalmente os que se pretendem a estudar as relações entre deputados e senadores com as suas bases eleitorais. Nesta dissertação buscamos dar mais espaço a esse ator político esquecido e seguir os passos de Pereira de Queiróz (1976) ao examinar o cotidiano da política partindo do município. Se a política se inicia no município, por que não dar ênfase aos atores que dela fazem parte? E ainda mais quando propomos o estudo com um objeto que é esquecido por duas vezes: o cabo eleitoral que é vereador.

Mas por que não estudar somente o cabo eleitoral? Devido às especificidades que cercam esse ofício, o cabo eleitoral se divide em dois: o cabo eleitoral dito “principal”, aquele que irá trabalhar diretamente com o candidato e que possui um nível de liderança política alto, pelo menos em nível local, como é o caso do vereador; e o cabo eleitoral secundário, aquele que é cooptado ou que já faz parte da base eleitoral do cabo “principal”; essa divisão já é nativa, a qual foi percebida através das observações participantes. Para compreender o ofício

de cabo eleitoral, além de analisar o seu background, é necessário também se ater ao contexto histórico e político que permitiram a atuação desse ator. Com isso, escolhemos um município que tem por característica principal a sua divisão entre dois grupos políticos: Cochara e Matamatá. Antes desses grupos, o cotidiano político do município como também do próprio estado era regido por dois grupos, o Peba e o Cabaú. As alianças feitas no âmbito local eram regidas pelas orientações feitas por meio dos chefes políticos desses grupos. No município em questão, o grupo Peba era composto por duas famílias, Brito e Saraiva, enquanto que o grupo Cabaú era composto por vários coronéis, que se aliaram para quebrar a hegemonia das outras duas famílias políticas.

A partir daí, deu-se início ao crescimento desse grupo de coronéis, mas que posteriormente foi dividido em dois por desavenças que podem aparentar ser coisa supérflua, só que ao tratar de política, nada é relevado. Seguindo assim, um desses coronéis conseguiu se sobressair estando no poderio político do município por décadas e sempre competindo com outro coronel, mas com o fim do Estado Novo, novos atores foram surgindo por meio dos apadrinhamentos feitos pelos dois chefes políticos. Importante destacar que o coronel era um grande cabo eleitoral, considerado até como o primeiro (BLONDEL, 1957), e que o cabo eleitoral principal hoje faz o que o coronel já fazia em sua época, mesmo que se utilizando de outros meios; mandar ir buscar alguém para votar, pedir votos para algum político, estabelecendo trocas de favores, já eram práticas comuns no tempo do coronelismo. Com o início da ditadura militar, esses novos atores foram se estabelecendo no cotidiano da política local, onde alguns conseguiram chegar, na época, à Assembleia Legislativa do estado, e, assim, criando novos laços e os futuros grupos que se encontram até hoje, Cochara e Matamatá, nomenclatura essa inspirada em uma telenovela da Rede Globo, cujo enredo da novela acabou se encontrando com a realidade política desse município, e onde duas famílias encabeçam os grupos, apesar de haver outras que façam parte de suas relações, estabelecendo, assim, uma rede política de base familiar, segundo as leituras de Lewin (1993).

Nessa estrutura política de dois grupos, que mesmo sendo uma eleição para deputados, senador e governo, o papel dos grupos é importante para o desempenho dos cabos eleitorais. Primeiramente, por eles já exercerem um mandato eletivo em nível local, espera-se que eles apoiem os candidatos dos seus respectivos grupos, mas não é uma regra e, sim, uma opção. Apesar da identidade política que essas facções enraizaram no município, os cabos eleitorais são livres para apoiarem a quem eles quiserem, pois é nesse momento que eles cravarão um importante passo que é o da sua futura campanha. Um cabo eleitoral que já detém de um

mandato não irá apoiar alguém só por apoiar ou muito menos ficar de fora da campanha eleitoral, mas irá apoiar aquele que ele acha que pode lhe dar um retorno futuro. Até porque, nesse momento, os cabos eleitorais irão antecipar a sua própria campanha, uma vez que ele estará voltando às regiões do município em que ele é mais bem recebido e que contêm, assim, a sua própria base eleitoral.

Através das constatações feitas durante a campanha eleitoral, na qual acompanhei vários cabos eleitorais nas reuniões de campanha, nos comícios, as idas aos comitês para prestar contas, como também para renovar as “ajudas”, alguns fatos me chamaram a atenção e que são características que se destacam na atuação do cabo eleitoral. Primeiro: a necessidade de cooptação de outras bases eleitorais (seja ela do próprio município ou não), incluindo antigos vereadores, como também aqueles que somente chegaram a se candidatar, mas que acabam representando algum bairro e tem um número considerável de votos, demonstra o nível do capital social do cabo eleitoral. Esse é um dos fatores principais para se tornar um cabo eleitoral. Segundo: saber ser discreto nos primeiros momentos das conversas acerca das “ajudas”, pois caso se fale em “ajudas” exorbitantes, o seu trabalho pode não ser mais requerido e, ainda assim, dificultando outros possíveis acordos, somente depois de um pouco de trabalho prestado há a possibilidade de mudarem essa “assistência eleitoral”.

O terceiro é: pode ser considerado mais como um trunfo, que seria a participação da família no processo da campanha eleitoral; um trunfo, pois não são todos que têm uma família em que a esposa e filhos contribuam de acordo com os seus respectivos papéis sociais e, assim, passando uma imagem de cabo eleitoral “sério”, com efeito, conseguindo aproximar mais os candidatos a ele. Quarto: a importância de se ter um mandato eletivo, pois ele se torna mais um veículo para propagar as ações dos seus candidatos, que no caso do nosso objeto viria a ser a tribuna na Câmara de Vereadores, reforçando a importância da escolha do objeto empírico. Quinto: a inevitabilidade de se mostrar presente reforça a questão da representação que Goffman (2002) e outros estudiosos do Interacionismo trabalham, sendo, assim, um elemento importante para demonstrar aos seus candidatos que ele cumpre uma agenda de campanha e que os acompanha como também um fator que contribui para a criação de laços entre outros atores que se encontram no momento, forçando a sua popularidade.

O sexto fator: a constante atuação do profissional da política é algo que se encontra em qualquer político. Por ele estar inserido nesse espaço, grande parte das suas ações será voltada para o seu ofício, mesmo que seja inconscientemente. Em outra cidade, encontrando um amigo, ele não se apresentará como um ator social, mas como um ator político. Esse fator

também comunga com o trabalho de Goffman (2002). Sétimo: ser reconhecido pelos candidatos demonstra que a necessidade de aprovação de seu trabalho faz do cabo eleitoral como um empregado que espera que o empregador reconheça a sua função na empresa e que ela é essencial. Nesse caso, solicitações para ir a comícios em outros municípios, pedidos aceitos sem muita conversa, ou até mesmo um convite para recepcionar o candidato em sua casa ou ajudar na organização dos comícios no município.

À primeira vista pode aparentar que essas características identificadas por meio das atuações dos cabos eleitorais não podem dizer muita coisa sobre eles, mas quando foram colocadas junto com as situações que demonstraram esses pontos, fica evidente que o cabo eleitoral criou os seus próprios princípios assim como todo grupo profissional, segundo Hughes (1964). Quanto a isso, foi possível identificar uma espécie de *licence* e *mandate* possibilitando uma melhor visualização do ofício de cabo eleitoral (seja ele o “principal” ou o secundário, no qual cada um tem as suas especificações). Ficou mais perceptível também por meio da análise do *background* social desses cabos eleitorais que, partindo do âmbito local, o que mais se encontra são atores com pouca instrução, em que um número reduzido possui título escolar devido à sua origem social, e que para adentrar no mundo da política é necessário o incentivo sempre partindo da socialização que esse ator tem. Seja na esfera familiar, profissional, militante, ou em qualquer outro espaço, cada esfera irá ter a sua parcela para a elaboração de uma “vocação” para a política. Assim, pela maioria, não ter um emprego além do mandato eletivo, o viver “para” e “da” política se torna essencial para a apreensão de competências e habilidades e, assim, construir uma carreira que é dividida entre o mandato legitimado e o ofício “marginalizado”, no caso do cabo eleitoral. Por viver da política, o cabo eleitoral não tem outro recurso financeiro para a sua futura campanha e, então, se encontra na necessidade de assumir esse papel.

Devido à dinâmica do cotidiano da política, esses cabos eleitorais muitas vezes se encontram forçados a se identificarem como pertencente a um grupo ou de outro, e com isso os partidos passaram a ser confundidos com os grupos políticos, em razão da importância que é dada a eles, em parte pela população e em parte por alguns cabos eleitorais que assumem que por mais que a política passe a ser vista como um jogo de futebol, em que há dois times disputando, é necessário seguir os encaminhamentos feitos por eles, e que não importa em quais partidos estejam filiados, pois a questão da ideologia não se encaixa com a existência de dois grupos divididos entre famílias. E mesmo aqueles que admitem não seguir grupo político, eles acabam recebendo indicações de outros grupos sobre como atuar. Para esses,



participar dos grupos locais demonstra certo “atraso” político, o que seria algo prejudicial, mas esses grupos nada diferem dos outros que eles seguem, somente por se tratar de um grupo em nível estadual e, que de certa maneira, esses grupos locais também se encontram enquadrados, pois no município os partidos podem não ter tanta importância, mas eles precisam estar alinhados aos partidos dos grupos em nível estadual.

Para finalizar, reforço a crítica ao termo “tempo da política” empregada por grande número de pesquisadores das Ciências Sociais, pois ele, pelos menos para esta pesquisa, não consegue dar conta caso se siga a risca o significado que lhe é empregado. Para a realidade do nosso objeto empírico, o “tempo da política” não se resume somente às eleições, apesar de ele ser uma figura que representa as eleições, mas de que ele é todo o ciclo político, em que a cada dois ou quatro anos é possível renová-lo por meio das mais diversas atividades que cercam o cabo eleitoral, sendo este o principal ator da base eleitoral de um candidato, seja qual for o cargo que pleiteado. Corroborando para essa análise mais uma vez o fato de que, se a política se inicia no município, deve-se dar espaço para os atores que fazem parte desse cotidiano da política local.

Acentuamos novamente que ser cabo eleitoral e, ainda, exercer a função de vereador tem sido demonstrada como uma importante etapa de constituição e concretização de uma base eleitoral forte, antecipando a sua própria campanha. Além disso, este estudo concedeu uma melhor demonstração, de maneira mais ampla, a outras questões como a dinâmica das facções, das parentelas, das coalizões e, principalmente, das relações entre os grupos e o nosso objeto de estudo. Sendo assim, esta dissertação buscou estender o debate no âmbito da Sociologia dos Grupos Profissionais e da Sociologia Política, como também diminuir as fronteiras com a Antropologia da Política e com a Ciência Política. Quanto à continuidade deste trabalho, será feito em outro âmbito, tratando das formas de recrutamento e investimento na carreira política, utilizando o recurso familiar como principal estratégia, mais especificamente dos deputados estaduais e federais eleitos em 2014, como também os senadores eleitos em 2010 e 2014 com o propósito de compreender as redes de base familiar que concentra sua dominação na política, chegando, assim, à base eleitoral ou que consegue aliar a política a outros espaços. Neste caso, será possível analisar também o ponto de vista desses políticos para com o objeto de estudo que foi investigado nesta dissertação, esperando, assim, novos resultados que possam mais uma vez diversificar essa questão que é a política.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M<sup>a</sup> G. S. **Sergipe: Fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. Atividades Produtivas. In: DINIZ et. al. **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991.
- BARREIRA, Irllys. **Chuva de Papéis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.
- BECKER, H. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- \_\_\_\_\_. Participação Popular e Conflitos de Representação Política: Notas a Partir de um Caso de Orçamento Participativo. IN: Carla C. Teixeira; Christine de A. Chaves. (Org.). **Espaços e Tempos da Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- \_\_\_\_\_. Representantes políticos, relações pessoais e reputação. In: GRILL, I. G.; SEIDL, E. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BLONDEL, J. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, vol. 40, n° 2, p. 1-7. Rio de Janeiro, 1997.
- CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?: Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2010.
- CUNHA, N. V. Como se **fabrica um policial: considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional**. *Comum* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 9, n.22, p. 198-207, 2004.
- D'ÁVILA FILHO, Paulo M.; LIMA, Paulo Cesar G. de Cerqueira; JORGE, Vladimir Lombardo. **Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004**. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 22, n. 49, p. 39-60, mar. 2014.
- DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: UFS, PROEX / CECAC, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. **História de Sergipe: república (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. Aracaju: Editora UFS, 2013.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.
- FREIDSON, Eliot. **Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1998.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOODY, J. **O Roubo da História. Como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2008.
- GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil no Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1997.

- GRILL, Igor Gastal. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: GRILL, I. G.; SEIDL, E. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- GRILL, Igor Gastal. **Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão: Rio Grande do Sul e Maranhão**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2008, vol.16, n.30, pp. 65-87.
- HUGHES, Everett. **Men and their Works**. Collier-Macmillan Canada, Ltd.: Toronto, Ontario, 1964.
- KUSCHNIR, Karina. 1993. **Política e mediação cultural: um estudo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. Uma pesquisadora na metrópole: identidade e socialização no mundo da política. IN: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- \_\_\_\_\_. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- LANDÉ, Carl. Introduction: the dyadic basis of clientelism. Pp. xiii–xxxvii IN: S. W. Schmidt, J. C. Scott, C. Landé, and L. Guasti. **Friends, Followers, and Factions: A Reader in Political Clientelism**, Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1977.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.
- LEANDRO, Helio. SANTOS, David. “Grandes Famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Grupos familiares e dinâmicas do poder. **Scientia Plena**, v. 6, n. 12, 2010.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar**. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LOCHARD, Yves. SIMONET, Maud. Les experts associatifs, entre savoirs profanes, militants et professionnel. In DIDIER, Demazière. CHARLES, Gadéa. **Sociologie des groupes professionnels**. La Découverte, Recherches, 2010 p. 274-284
- MARTINY, C. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município” **Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)**. Dissertação de Mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.
- MESQUITA, Jefferson. **Radiodocumentário Progresso Am E Eldorado Fm: Palanques eletrônicos dos Saramandaias e dos Bole-Boles no município de Lagarto-Se**. (Monografia) Graduação Comunicação Social – Jornalismo. Complexo de Comunicação Social. Universidade Tiradentes, Aracaju, 2012.
- NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil – Col. Descobrimos o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- OLIVA, T. A. Estruturas de Poder. In: DINIZ et al. **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991.
- OLIVEIRA, Wilson. O Antropólogo como “espião”: Quando a observação participante põe em “risco” as fronteiras entre os grupos estudados. **R. Pós Ci. Soc.** v.7, n.14, jul./dez. 2010.
- PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, C. **Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. **Política Ambígua**. Rio Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2001.

- PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. In: GOLDMAN, Marcio & PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- PALMEIRA, Moacir. Voto: Racionalidade ou Significado? **Rev. bras. Ci. Soc.** v.7 n.20 Rio de Janeiro out. 1992.
- PETRARCA, Fernanda R. Esfera Política e processos de consolidação dos saberes profissionais. IN: GRILL, I. G.; SEIDL, E. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M<sup>a</sup>. I. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- PHELIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, A. & LACROIX, B. (orgs.). **Norbert Elias. A política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- REIS, Eliana T. dos. PETRARCA, Fernanda R. Profissões e os Espaços da Política: As potencialidades de uma agenda de pesquisa. **Repocs**, v.12, n.23, jan/jun. 2015.
- RODRIGUES, Maria Ligia. **Sociologia das Profissões**. Portugal: Celta, 2002.
- SANTOS, Raylane do Nascimento. **Em Busca da Imagem Perfeita... Imagem, Legitimidade e Representação do Poder Público Local (Lagarto – Sergipe, na Década de 1960)**. Monografia (Graduação em História) Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.
- SANTOS, Pâmella Synthia Santana. **Ribeiros versus Reis: Um estudo sobre Elites Políticas, Facções e Carreiras**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
- SAWICKI, Frédéric. Classer les homes politiques. IN: OFFERLÉ, Michel. **La profession politique, XIXe-XXe siècle**, Paris, Belin, coll. Socio-histoires, 1999, p. 135-170.
- VILAÇA, Marcos Vinícius; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Coronel, Coroneis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- WHYTE, William Foot. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.